Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Casa de Oswaldo Cruz

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ

LUIZ VIEGAS DA MOTTA LIMA

(Entrevista)

Ficha Técnica

Projeto de pesquisa – Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil

Entrevistado – Luiz Viegas da Motta Lima (LV)

Entrevistadores – Luiz Octávio Coimbra (LO), Marcos Chor Maio (MC), Nilson Moraes (NM)

Data – 31/07 a 12/08/1986

Local – Rio de Janeiro, RJ

Duração – 10h

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

LIMA, Luiz Viegas da Motta. *Luiz Viegas da Motta Lima*. *Entrevista de história oral concedida ao projeto Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil*, 1986. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 2024. 120p.

Resenha biográfica

Luiz Viegas da Motta Lima nasceu no Rio de Janeiro, em 1923, filho de Pedro da Motta Lima, jornalista e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e de Priscilla Viegas da Motta Lima; ambos nascidos em Viçosa, Alagoas.

Estudou o curso primário em escola pública e o ginásio no Colégio Pedro II. Em dezembro de 1940 ingressou, através de concurso público, no quadro de funcionários do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), onde trabalhou até 1943. Nesse momento, foi admitido também por concurso no Banco do Brasil.

A partir de 1944, participou intensamente de todas as lutas e mobilizações do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro até o movimento militar de 1964. Foi um dos fundadores da Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, sendo o seu primeiro presidente, em 1957, e reeleito, sucessivamente, até 1964.

Participou também da fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC), ocupando o cargo de secretário-geral de 1961 a 1964.

Membro do CPB desde 1944, concorreu pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no período que antecedeu a mudança da capital para Brasília.

Luiz Viegas constou da lista dos primeiros 101 brasileiros atingidos pelo Ato Inconstitucional nº 1 (AI-1), em abril de 1964. Nessa ocasião, exilou-se na Embaixada do México, no Rio de Janeiro, e depois transferiu-se para a Tchecoslováquia, onde viveu até 1965, quando então retornou ao Brasil. Demitido do Banco do Brasil por decreto-lei, em outubro de 1964, foi anistiado e aposentado em agosto de 1979.

Em 1980, colaborou na organização do Departamento de Aposentados do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, no qual atua até hoje. Participou ainda como um dos organizadores do IX Congresso Nacional dos Aposentados e Pensionistas, realizado em 1985, em Curitiba e da criação da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, sendo um dos seus vice-presidentes.

Em 1986, participou da Comissão de Alto Nível, patrocinada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que sugeriu um plano de mudanças na Previdência Social.

SUMÁRIO

1ª Sessão – 31/07/1986

Fita 1 – Local de nascimento; a vida política do pai; origem materna; lembranças dos movimentos políticos de 1930, 1932, 1935 e as consequências para a sua família; conflito com integralistas no Colégio Pedro II.

Fita 2 – Lembranças do internato do Pedro II; o vestibular para engenharia; o ingresso no IAPB; comentários sobre a unificação da Previdência Social; as comunidades de serviços; os benefícios dos segurados do IAPB; a Carteira Imobiliária do IAPB; os critérios para ocupação de um imóvel do IAPB; as doenças mais frequentes entre os bancários; o tratamento de tuberculose nos hospitais do IAPB.

Fita 3 – A simulação de doenças entre os bancários; a transferência para a agência de Madureira por perseguição do Banco do Brasil; o *stress* provocado pelo trabalho na agência Madureira; a transferência para a Carteira Agrícola do Banco do Brasil; a cumplicidade dos médicos com os bancários em algumas situações; os motivos da frequência de tuberculose entre os bancários; origem social dos bancários; a importância de ser funcionário do Banco do Brasil; o movimento no IAPB de apoio ao rompimento de relações diplomáticas do Brasil com as forças do Eixo; o início da militância sindical; os cargos ocupados até 1964; origem da CONTEC.

2ª Sessão – 07/08/1986

Fita 4 – A trajetória histórica do IAPB e a relação com os sindicatos bancários; a luta pela lista tríplice; a eleição de Enos Sadoch de Sá Mota para a presidência do IAPB e as críticas à sua gestão; a eleição de sindicalistas para a direção colegiada do IAPB; a luta para direcionar o IAPB aos bancários; atuação da direção colegiada do IAPB; a relação entre os sindicatos bancários e o IAPB; comentários sobre liberdade, democracia e conquistas dos trabalhadores; a intervenção no Sindicato dos Bancários do RJ na redemocratização de 1945; a situação do IAPB no período de intervenção no Sindicato dos Bancários do RJ; a pressão dos bancários durante a intervenção do sindicato.

Fita 5 – A história da lista tríplice para a presidência do IAPB; comentários sobre a liberdade sindical em diversos períodos do Brasil contemporâneo; política e Previdência Social; os partidos políticos no Brasil; os partidos e a Previdência Social; a candidatura a vereador pelo PTB; a constituição das federações regionais dos bancários e a origem da CONTEC; o surgimento da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT); atuação do PCB no movimento sindical.

Fita 6 – A excessiva valorização da força política da CGT no início dos anos 60; a política do PCB para a Previdência Social; posição diante da unificação da Previdência Social; a resistência dos bancários diante da unificação; origem da assistência médica na Previdência Social; os desvios da assistência médica da Previdência Social; a luta pela aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) e a participação dos comunistas; o interesse dos bancários pela Previdência Social; comentário sobre a greve

geral; comentário sobre a utilização do Hospital dos Bancários por outras categorias profissionais; a importância da Previdência Social para o movimento sindical; a importância da Previdência Social para os bancários; comentário sobre a direção colegiada na Previdência Social.

3ª Sessão – 12/08/1986

Fita 7 – A experiência da direção colegiada no IAPB; atuação de Dante Pellacani como líder sindical; os serviços médicos do IAPB; referência ao Instituto de Aposentadoria dos Industriários (IAPI) e ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM); o Hospital dos Bancários e a utilização de seus serviços médicos em dois períodos diferentes; comentário sobre o Hospital dos Marítimos; a experiência do IAPB através de convênios com casas de saúde particulares; a compra do Hospital dos Bancários; comentários sobre o "peleguismo"; o trabalho de organização do Departamento de Aposentados do Sindicato dos Bancários do RJ; os congressos da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

Fita 8 – A contribuição dos congressos para a luta dos aposentados da Previdência Social; as relações entre o movimento sindical e o movimento dos aposentados; as associações de aposentados; origem das associações de aposentados; análise do movimento militar de 1964 e a visão das lideranças sindicais; o projeto de reforma bancária da CONTEC apresentado ao Congresso Nacional, em 1963; a luta da CONTEC contra a corrupção e o empreguismo na Previdência Social; os acontecimentos que precederam o movimento militar de 1964; o movimento militar de 1964; a perseguição e o exílio.

Fita 9 – A volta do exílio; o trabalho como fiscal de obra de construção civil; o ingresso na faculdade de economia; o trabalho como contador da Carvalho Hosken Engenharia; a experiência universitária; comentários sobre a liderança dos técnicos do ex-IAPI na Previdência Social; referência a Jessé Montello; a qualidade do ensino universitário; a situação da Previdência Social após a unificação; os convênios entre os sindicatos e a Previdência Social; as condições da rede hospitalar previdenciária; a reivindicação para a volta da direção colegiada na gestão da Previdência Social; a política de saúde aprovada pela VIII Conferência Nacional de Saúde; os pontos de consenso na Comissão para a Reformulação da Previdência Social.

Fita 10 – A participação dos trabalhadores na comissão para a reforma da Previdência Social; a importância da Previdência Social em congressos sindicais antes de 1964; comentários sobre o processo de liquidação da Previdência Social durante o regime militar; a participação do movimento sindical na VII Conferência Nacional de Saúde; o projeto de Roberto Campos sobre a Previdência Social; o endividamento da Previdência Social no período da recessão econômica; a participação do Sindicato dos Bancários na Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado sobre a crise da Previdência Social; comentários sobre o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e o Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU); relato da morte do líder sindical bancário Aluísio Palhano Pedreira Ferreira.

Primeira Sessão

Data: 31/07/1986

Fita 1 – Lado A

NM - Senhor Viegas, antes de mais nada, nós gostaríamos de saber quando o senhor nasceu?

LV - Eu nasci em 25 de abril de 1923, aqui, na cidade do Rio de Janeiro, inclusive com uma característica interessante, porque nasci no Estácio, ali na Travessa Pedregaz, ao lado da Brahma, onde hoje se faz o desfile de carnaval. Mas meu pai era um político que vivia a maior parte do tempo escondido, fugindo da perseguição policial da época e não me registrou, só foi me registrar três anos depois, mas registrou na data certa, na hora certa, só que o local para registrar, para não pagar multa, fui registrado como tendo nascido na Rua da Quitanda. Isso já é uma característica, pois fui registrado na mesma data com minhas outras duas irmãs, que nós somos quatro: três irmãs e eu. A primeira foi registrada certinho, mas os outros três só vieram a ser registrados mais tarde, quando ele teve tempo.

MC - O que o seu pai fazia?

LV - Meu pai era um jornalista. O nome do meu pai é Pedro Motta Lima, foi jornalista e foi diretor de jornal de esquerda sempre, alguns jornais do Partido Comunista. Os títulos de jornais *A Esquerda*, era um dos jornais, teve *A Manhã* que foi fechado em 1935, depois ele foi diretor da *Tribuna Popular*, que foi fechada também. Aliás, todos os jornais dele foram fechados. *A Esquerda* foi fechada, *A Manhã* foi fechada no dia 27 de novembro de 1935. *A Imprensa*, A *Tribuna Popular* foi fechada e depois se sucedeu a *Imprensa Popular* que também foi fechada, todos os jornais. Então, e homem era escritor, jornalista, ativista político e em decorrência disso tinha sempre mais tempo de exílio e foragido do que participando da normalidade.

MC - O senhor disse que quando o senhor nasceu, ele já vivia essa situação de fugir da perseguição política. E nessa época, basicamente, ele era vinculado a algum movimento, algum partido?

LV - Ele era ligado ao movimento, participava do movimento tenentista da época, o sentido progressista da época. Eu nasci em 1923. Meu pai, alagoano, Viçosa das Alagoas, veio muito jovem para o Rio de Janeiro e já se integrou na luta. Uma vez ele chegou a ser preso, levado à presença do então deputado, senão me engano, Rui Barbosa. Tinha sido seviciado na polícia, então foi notícia na época. Meu pai casou em 1920, com 22 anos, depois nasceu a minha primeira irmã em 1922, eu em 1923, a outra em 1924 e outra em 1925. Era uma luta, Era uma luta, essa época era de turbulência, era época das revoluções sucessivas. Revolução de 1922. Revolução de 1924, houve uma tentativa em 1925 também. Então ele estava sempre com um pé aqui e outro lá. Sempre participando ativamente disso.

MC - E qual era a inserção dele dentro do movimento tenentista, como ele participava dentro desse movimento?

LV - Eu não conheço em detalhe, mas ele participava ativamente como jornalista, como ativista, como tudo. Tinha atuação mesmo... Naquela época, inclusive, muito do idealismo tenentista, não muito lastreado na realidade, com aquele sentimento de que era possível aquele grupo corrigir as mazelas todas do país. Ainda sem uma profundidade maior de consciência do problema do país, mas ele participava com todos aqueles tenentes da época. Miguel Costa esteve em São Paulo durante ano e meio, nós moramos em São Paulo, ele atuou em São Paulo.

MC - Isso foi em que época?

LV - Foi em 1930 a 1932, nós viajamos por um acaso histórico. Me parece que foi acaso histórico, no último trem que circulou de São Paulo para o Rio de Janeiro antes de 1932, da Revolução de 1932. Foi um trem diurno, nós saímos de manhã e a revolução se instalou, eclodiu em São Paulo e não saiu mais nenhum outro trem para o Rio de Janeiro. Foi o último trem, e nesse trem viajava toda a família de volta de São Paulo para o Rio de Janeiro no último trem. Tanto que a nossa mobília ficou no *front*, no caminhão que tentaram pegar. Naquele tempo confiscavam os caminhões na estrada, então tentaram confiscar o caminhão, mas por sorte nossa quando tiraram os primeiros móveis e jogaram, inclusive quebraram umas cadeiras e tal, passou um outro caminhão vazio e eles aí pegaram o caminhão vazio e o dono do caminhão querendo preservar o seu patrimônio, o seu ganha-pão, entrou no mato, retirou uma roda, escondeu a roda e ficou naquele caminhão. Isso eu me lembro, eu era menino. Nessa época eu tinha nove anos e me lembro que de vez em quando o motorista procurava meu pai para dar algum dinheiro, para ir se sustentando e como uma garantia de preservar os nossos móveis. Nós, morando numa pensão no Flamengo, na Rua Corrêa Dutra.

MC - Nessa época que o senhor nasceu, o seu pai era jornalista. Ele trabalhava especificamente em que jornal?

LV - Todo jornalista trabalha em tudo quanto é jornal, é tradição do jornalista. Mas o que eu me lembro assim, ele trabalhou n'*A Manhã* de Mário Rodrigues, trabalhou n '*O Imparcial*, ele trabalhou em vários outros jornais. Eu só me lembro assim dele ter trabalhado nesses jornais que ele foi diretor porque marcou mais. Ele trabalhou em muitos jornais. Já bem mais tarde, por exemplo, trabalhou no *O Globo*, na época da guerra, quando voltou do exílio e, voluntariamente, quando o Brasil declarou guerra ao eixo. Ele voltou, voluntariamente, apresentou-se ao governo para servir ao Brasil, para trabalhar no esforço de guerra. Então o governo o mandou para a Ilha Grande e ele cumpriu pena na Ilha Grande de dois anos, de onde saiu indultado por um movimento de jornalistas encabeçado pela ABI. Era Herbert Moses nesse tempo, então esse indulto, ele só aceitou o indulto porque se lançaria na campanha de anistia que de fato fez. Já saiu da prisão lançando a palavra da anistia e esse movimento da anistia cresceu e acabou resultando na anistia de 1945 que ensejou a libertação dos presos políticos e tal. Nessa época, quando ele saiu da prisão, foi trabalhar no *O Globo*, fazendo *O Globo Expedicionário*, um jornal especial para os nossos pracinhas no *front* da Itália. Uma vida muito cheia de... Se eu for falar sobre ele eu vou tomar todo o tempo...

NM - Eu só queria fazer mais uma última pergunta, quer dizer, por enquanto sobre seu pai. Os jornais de esquerda que o senhor mencionou, tanto *A Esquerda*, como *A Manhã*, *Tribuna Popular*, *Imprensa Popular* são jornais que estavam muito ligados ao Partido Comunista?

LV - Os dois últimos sim. Os dois últimos eram órgãos oficiais do Partido Comunista. *A Tribuna Popular* e a *Imprensa Popular* na legalidade, inclusive. O jornal foi lançado no dia 22 de maio de 1946 para anunciar, inclusive, o comício do dia 23 de maio em São Januário, onde pela primeira vez, o Prestes apresentou falando em nome do Partido Comunista, em nome dos comunistas. *A Tribuna Popular* e a *Imprensa Popular* formam órgãos oficiais e depois, até oficiosos do Partido Comunista, do movimento comunista. Agora, *A Manhã* foi um órgão de massa e tal, mas vinculado ao movimento naquele tempo que era a Aliança Nacional Libertadora, que tinha os comunistas, tinha talvez até a hegemonia dos comunistas, mas era um movimento antifascista, fundamentalmente, com uma gama muito ampla de pessoas que nada tinham com os comunistas, mas eram antifascistas democráticas e participantes. *A Manhã*, então teve mais essa característica: era um jornal de massa, chegou em determinado momento a ser o matutino de maior circulação da cidade, mas esse não era vinculado expressamente ao Partido Comunista. Lógico, meu pai sempre foi um homem ligado ao movimento comunista.

MC - Era isso que eu queria perguntar ao senhor... O senhor sabe em que época ele entrou para o Partido Comunista?

LV - Olha, eu não sei em que época, em que ano, mas oficialmente ele só entrou na legalidade do partido, até eu fui portador, e eu acredito que isso tenha sido um teste que meu pai fez comigo, eu era menino e ele, na clandestinidade, mas em casa, me fez uma confissão dizendo: "Olha, meu filho, nem sua mãe sabe disso, mas eu vou dizer para você. Eu sou um homem ligado ao Partido Comunista". Naquele tempo era Partido Comunista do Brasil, hoje Partido Comunista Brasileiro. "Sou um homem ligado ao Partido Comunista, mas ninguém sabe disso, nem sua mãe. E você não diga para ninguém." Eu, de fato, não disse. Mais tarde, na legalidade quando, em solenidade, ele recebeu o carnê do partido e foi revelado que há vários anos ele era membro do partido, minha mãe inclusive ficou sentida de não ter sabido disso, ele disse: "Não, eu não disse para você para lhe preservar." "Mas como é que disse para uma criança? Ele não explicou. Eu acho que foi um teste que ele fez comigo, o filho varão, talvez um machismo dele, alagoano.

MC - Já que o senhor mencionou a sua mãe, eu gostaria que falasse um pouco da origem dela.

LV - Minha mãe é também alagoana de Viçosa, da mesma cidade do meu pai e meu avô, que era uma figura genial para a época, porque abolicionista, republicano e foi um homem que tentou se formar em medicina, mas não pode por motivo de doença. Ele tinha tracoma ou glaucoma, seja lá o que seja, perdeu quase totalmente a visão. Um homem que morreu com 96 anos de idade, homem forte, mas durante muito tempo foi farmacêutico em Viçosa. Era um homem que falava francês, inglês, enfim um homem que falava francês, inglês, enfim era um homem de cultura, amava a literatura e naquele local pequeno, ele participava de um movimento que era característica muito interessante de Viçosa. Foi em Viçosa que também atuou Graciliano, Otávio Brandão também é de Viçosa, de Alagoas, foi contemporâneo de meu pai, amigo de meu pai. Então, nessa vivência, o meu avô teve uma influência numa geração e ele era professor. Ele foi professor da minha mãe; minha

mãe era três anos mais velha que meu pai. E nessa, eu acredito que nessa ida de minha mãe estudar com meu avô, o meu pai acabou "querendo" e quando ele veio embora, veio para o Rio de Janeiro e depois fez o pedido de casamento através do meu avô. Ele ficou se correspondendo e minha mãe continuou em Viçosa. Depois minha mãe veio acompanhada de meu avô paterno, quer dizer, do futuro sogro, veio de navio do norte para se casar no Rio de Janeiro. Eu não sei, mas foi em 1920, parece.

MC - Qual o nome do seu avô?

LV - Meu avô era Joaquim Pinto da Motta Lima.

MC - Isso o avô materno?

LV - O avô paterno, Joaquim Pinto da Motta Lima.

MC - Dele que o senhor está falando.

LV - Dele é que eu estou falando, o paterno, pai do meu pai é que era esse. Meu avô materno era tabelião em Viçosa, não tinha atividade política, morreu relativamente cedo. O Viegas, a quem devo esse nome, que sou mais conhecido, é nome materno. O Viegas não tinha atividade política embora não fosse nunca foi um conservador. Na família de minha avó materna inclusive havia um caso de filhos escravos que não açoitavam escravos, batiam numa barrica e mandavam que os escravos gritassem para fingir que ele estava açoitando e essas coisas assim. Eu não tenho por que me queixar dos meus ancestrais, não.

LO - Qual a importância que o senhor dá á família, aos seus ancestrais, na sua opção de vida?

LV - Ah! Eu tenho a impressão que é determinante porque eu nasci e me criei vivendo muito a realidade, a realidade do País. Lógico que fui criança, não me queixo. Eu fui normal, fui uma criança normal, não tive problema nenhum, mas vivi todas aquelas passagens e aquelas agitações de meu pai e torcia por ele, e tinha uma característica interessante que nós éramos pequenininhos e, como o meu pai estava sempre perseguido e perguntaram qual o nome do seu pai e a gente dizia: "Papai". A gente sabia que ele se chamava Pedro Pinto da Motta Lima, sabíamos completamente, mas não dizíamos porque éramos macaquinhos ensinados para não dizer o nome, ele ainda dizia para a gente: "Eles vão achar vocês são bobos, vocês vão estar enganando os burgueses."

MC - Quais são as lembranças que o senhor tem, já que o senhor falou que se lembra de várias passagens dessa época de infância, onde é que o senhor passou a infância, no Estácio?

LV - Não, não, não. Eu passei muito a infância na casa dos meus tios também. Tenho dois tios fabulosos: um por parte de pai, Rodolfo Motta Lima, que foi deputado federal, liberal, jornalista também, foi diretor do Prefeitura do Rio de Janeiro, fundador do Clube Municipal do Rio de Janeiro. Rodolfo Motta Lima, já falecido, esse era uma figura por que eu acredito que ele e mais um irmão da minha mãe, Homero Viegas, que chegou a ser secretário geral do Ministério da Fazenda, esses dois sustentaram muito a família para que meu pai pudesse ter atividade. Eles foram assim uma espécie de mecenas político de

meu pai. E nós, toda vez que as coisas apertavam, saíamos de nossa casa e íamos para as casas de tios e principalmente destes dois. Mas eu me lembro que comecei a dar conta da minha vida na Rua Joaquim Nabuco, numa vilazinha de fundos de fronte do antigo Castelo do Conde, que é esse do Castelinho que era o Modesto Leal, em 1927, 1929. A Rua Joaquim Nabuco era um areal, a gente ia pisando na areia até o Castelinho, hoje Ipanema, pegando no espinho, cuidando para que não entrasse espinho no pé. Isso em 1927, 1929, está aí. E eu tive uma infância normal, tive meu automovelzinho, não tive do que me queixar. Depois fui para o Internato Pedro II, cursei cinco anos de internato, foi uma grande escola de vida. Fui moleque de praia, fiz as minhas gazetas na Quinta da Boa Vista como todo garoto, mas uma característica interessante: eu tinha consciência da necessidade de não fazer besteiras grandes, porque isso poderia repercutir de maneira desagradável. Pelo menos a minha mãe incutia um pouco isso na minha cabeça, que podia redundar em prejuízo para o meu pai ou em descaracterização. Vejam o político que não cuida do filho, então o filho é um... Não sei se minha mãe usava isso como técnica, coitada, para que eu me portasse bem. Então, desde os doze anos, às vezes quando eu ia fazer uma besteira maior eu contava até dez, racionava e, se a besteira era muito grande eu não fazia. As besteirinhas a gente sempre faz, isso é salutar.

MC - O senhor fez cinco anos de internato no Pedro II, foi só o primário?

LV - Foi o ginásio, eu fiz o primário todo em escola pública, a primeira cola foi na Rua Nascimento Silva. Depois eu fui da escola Cócio Barcelos, em Copacabana, aliás quando foi fundada a escola. A primeira turma quando começou funcionar a escola Cócio Barcelos, em Copacabana, esquina com Barão de Ipanema, fui aluno daquela escola. Eu e minhas irmãs, as três irmãs. Eu, se não me engano, fiz na escola Cócio Barcelos meu quarto ano, mas estudei na escola pública em São Paulo. Estudei numa escola na esquina da Silveira Martins, ali defronte ao Catete, justamente quando voltei de São Paulo em 1932, sempre em escola pública. Depois fiz o Pedro II e fiz o complementar de engenharia, que eu pretendia ser engenheiro, também no Pedro II, no externato, na Rua Larga. Mais dois anos, então cinco anos de internato, dois anos de externato e fiz serviço militar no Exército, embora em unidade quatro, negócio de reservista na artilharia. Depois, quando veio a guerra, eu fui, para poder melhor servir na luta contra o nipo-nazi-fascismo, defesa da Pátria, aquele negócio todo, eu fui para o CPOR* para ser oficial e fui declarado aspirante-oficial. No dia da declaração, Brasil em plena guerra, já participando na Itália, eu e outros companheiros assinamos uma declaração pedindo a nossa imediata transferência para o *front* para lutar em defesa do País, pela pátria contra o nipo-nazi-fascismo. Era um negócio patriótico.

LO - Não deu tempo isso aí, não?

LV - Não, não deu tempo. A guerra acabou e o engraçado é que já naquela época começava o pistolão para ir para a guerra. O negócio, o sujeito ganhava três vezes, tal e coisa. Eu, nessa época, já estava trabalhando no Banco do Brasil, então foi patriotismo mesmo, sentimento antifascista mesmo.

NM - O senhor seria um jovem consciente politicamente?

* Centro Preparatório de Oficiais da Reserva.

LV - Era, dentro do possível era. Com a escola toda de informação de vida, era. Eu, já no meu primeiro emprego, em dezembro de 1940, fui remunerado como diarista no Instituto dos Bancários, no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, na Avenida Nilo Peçanha 31, trabalhando na seção de cadastro. Entrei num contrato de exploração de mão-de-obra promovido pela Hollerith. Doou bolsas. Eu fiz o concurso e fui como diarista ganhando 15 mil reis por dia. Meses depois eu passei a ganhar 20 mil réis por dia e depois tirava uns 500, 520 e, em um ano e dois meses depois de trabalhar, fui efetivado só que com 500 mil réis, descontando 30 para a Previdência. Eu fui reduzido, passei a ganhar 470, naquele tempo isto era dinheiro, não era um mal salário, não. Tanto que eu ajudava, metade eu dava em casa para ajudar no aluguel. Nesse tempo eu morava na Rua Maria Amália, na Tijuca, ali perto. Eu tenho uma atração por cervejaria, não sou de beber, não gosto muito de bebida, mas nasci ao lado de uma cervejaria e morei muito tempo nessa Maria Amália, Hanseática, antiga Hanseática da Cascatinha. Era lá, sentindo aquele cheirinho de cevada.

MC - Senhor Viegas, eu queria voltar um pouco. O senhor disse que na época do internato, foi uma experiência importante para o senhor... Eu gostaria que o senhor falasse um pouco dessa experiência de escola, o senhor disse que sempre estudou em escola pública. O que se lembra em termos de ensino, de convivência com as pessoas?

LV - Naquele tempo a escola pública era uma grande escola, depois houve uma intenção de liquidar com a escola pública para favorecer a escola privada e tenho consciência disso e acho que muita gente tem consciência disso. Escangalharam com a escola pública para alimentar o comércio da educação, como no comércio da medicina também fazem isso no INAMPS, já que vocês estão fazendo um trabalho para a Previdência. No INAMPS há um processo de liquidação da assistência médica oficial para alimentar os convênios e os comerciantes da medicina. Então, os comerciantes da educação também foram privilegiados nisso. Àquele tempo, a escola pública era uma excelente escola. Eu me lembro, inclusive, de uma certa característica; nós tínhamos turmas mistas, meninos e meninas e, naquele tempo, "menino não brinca com menina." Eu sempre brinquei e sempre bom, não sei se porque eu tinha três irmãs - minha mãe tinha um trabalho em casa antimachista: mulher, os direitos da mulher; minhas irmãs tinham os direitos iguais, aquele negócio todo, eu não era o privilegiado, pelo menos penso que não era. Talvez até minhas irmãs possam achar que eu tenha sido. Mas não. Então, tinha características interessantes. Na Escola Cócio Barcelos, por exemplo, uma vez organizando clubes de biblioteca e não sei quê, cada um escolhia um País e nós escolhemos lá a Costa Rica. Até nisso você vê, a Costa Rica, na América Central, não foi das piores, não. Até bem pouco tempo, Costa Rica era, inclusive, um país que não tem exército, já meu pendor pela Costa Rica, embora tivesse muita simpatia não sei por que, por Cuba, eu tinha uma coisa e eu nem sabia nem o que era Cuba, nem coisa nenhuma e eu tinha simpatia por Cuba. Mas o meu grupo era de Costa Rica e só eu e um outro colega que era muito chegado a mim, era paranaense, me lembro que era Renato, mas não me lembro mais, perdi com o tempo, e meninas, era o grupo. E um dia o Renato veio me dizer: "Olha, Luiz, você me desculpe, mas eu vou sair do seu grupo porque estão dizendo que grupo que tem menina é grupo de marica". Eu disse: "Bom, se você não tem segurança..." Eu tinha, o que nesse tempo eu tinha, eu devia ter, foi em 1934, então tinha onze anos". Se você não tem segurança, mas eu fico". Então fiquei eu sozinho com um grupo de meninas. E naquele tempo eu era primeiro aluno de turma, então tinha um certo xodozinho, de certa forma também namoricava no meu silêncio sem confessar, aquelas meninas.

Fita 1 - Lado B

MC - Eu gostaria que o senhor continuasse com essas lembranças de escola.

LV - Essas lembranças de escola foram lembranças muito boas porque, inclusive, eu era assim como um protetor das minhas irmãs. Duas irmãs menores que não eram tão menores assim, porque lá em casa é quase tudo diferença de onze meses. Minha irmã mais velha para mim é só onze meses, e de mim para outra é onze meses e para outra mais nova tem uma diferença de um ano e dias. E eu era o protetor das outras duas irmãs menores. Eu é que levava de bonde, aí em Copacabana, nós morávamos, naquele tempo tinha outro nome, mas é Princesa Isabel hoje, ali na saída do túnel, e ia para o Cócio Barcelos ou antes era uma outra. Parece, não sei se era Afonso Penna o nome da escola, não me lembro, era qualquer coisa assim lá perto. Depois, quando fundaram a escola Cócio Barcelos, acabaram com essa. Então, eu era protetor, eu às vezes entrava em briga porque aquelas coisas de criança: "Tentou namorar a minha irmã." A minha irmã reagia, eu nunca fui protetor de minhas irmãs em negócio de namorados, mas se ela reagia, se achava afrontada e eu aí tinha que... E apanhava porque eu nunca fui brigador, não. Então, geralmente levava a pior nesse negócio, mas ia, o negócio tinha que ser, afinal de contas eu tinha que ser o homem naquele negócio.

LO - O senhor acredita que tinha um projeto familiar, havia um projeto de seu pai, de sua mãe?

LV - Não, intencionalmente não, havia um zelo. Minha mãe é uma figura, porque minha mãe foi uma mulher que se dedicou aos filhos profundamente, foi muito sacrificada nessa vida toda porque enfrentou barras sozinha e tal. Eu tinha muita pena da minha mãe. Mas ela foi uma mulher formidável porque ela não tinha participação política, não era uma pessoa de participação, mas era tão solidária ao meu pai, solidária ao pensamento de meu pai, que fazia com que a gente cultuasse e nunca se queixou junto a nós pela ausência dele, dessa situação. Eles acabaram até se separando, mas já depois de fazer bodas de prata eles se separaram, mas ela foi solidária com a imagem dele. Mas isso era um negócio assim talvez por um processo educacional, não era intencional, não havia um dirigismo. Agora, havia muita clareza, as coisas eram explicadas que havia pobres e havia ricos e os ricos eram em função de explorar os pobres e essas coisas, numa linguagem de infância. Nós nunca fomos monstrinhos, de ser superdotados. Eu nunca fui, não me considero um machista, nunca fui empanzinado com literatura nem coisa nenhuma. Vivi normalmente, mas a escola da vida e o exemplo, acho que a educação tem muito exemplo. Então o exemplo me direcionou, e acredito que não tenha havido um projeto intencional, mas, pelo exemplo, funcionou.

MC - O senhor não sentia assim num ambiente familiar, principalmente em relação à sua mãe, uma tentativa de frear os filhos, frear o seu pai, frear os próprios filhos no sentido da militância política, do medo, dizer: "Meu filho não vá, cuidado". Porque essas coisas, em geral existe uma...

LV - É instintivo inclusive, eu acho.

MC - A mãe sempre acaba por segurar...

LV - Eu sempre tive mais preocupação com meu filho, minha filha, do que comigo. Isso é normal, eu acho que é perfeitamente normal. Quando o meu filho começou a ter atividade política estudantil em plena ditadura, anos 1967, 1968, eu ficava sem dormir, ficava em casa agoniado. Mas, então imagino o que a minha mãe não passou e tal. Mas apenas havia o seguinte: sempre que o pai conversava comigo, me mostrava que a gente não tinha que ser o herói individual, a gente tinha que participar das coisas coletivamente. Daí talvez essa minha tendência muito mais para sindicato, para atividade assim de associações de classe e tudo mais do que militância política, perfeitamente caracterizada como tal. Eu sempre fui mais uma pessoa de atividades, assim de grande assembleias, de participação, porque o meu pai dizia: "Aquele que se destaca muito, geralmente, é golpeado. Então a segurança está na coletividade". E essas coisas, coisas que ele conversava como um pai conversa, nas vezes que a gente conseguia conversar, porque meu pai trabalhava de noite, dormia de dia, eu ia para a escola. Ele raramente parava em casa, então a gente não tinha... Tinha conversa de domingo e tal, era a mesa alegre, meu pai era uma figura alegre. Quando estava em casa era mais criança do que as crianças, ele é que começava a bagunça na mesa, minha mãe era mais disciplinadora. Eu só me lembro uma vez que eu devo ter feito uma besteira muito grande que meu pai me deu uns bolos, mas nunca. A educadora era minha mãe. Então não houve e não havia isso. Agora, havia orientação para não cair em aventuras, isso sim, tanto que minhas irmãs, também, quando houve a legalidade do partido em 1946, elas tiveram atuação, depois pararam, mas tiveram atuação política também.

MC - O senhor passou por algum tipo de dificuldade na infância em termos de faltar recursos, viver em condições mais de penúria, algum tipo?

LV - Não, fome eu nunca passei, inclusive por causa disso, acredito que em parte, por essa solidariedade de irmãos. Principalmente desses dois tios que eram pessoas, me parece, que tinham recursos, então eles nos apoiavam muito. Então, a mim nunca faltou roupa, nunca faltou comida, nunca. Passei momentos em que não tinha casa, morava na casa de outros, mas na casa de primos, de tios que nos queriam muito e eram muito queridos, então, tinha carinho, tinha. Também passei cinco anos num colégio interno, sendo que em 1936, eu comecei a frequentar o Pedro II e, por incrível que pareça, no dia primeiro de abril de 1935, foi uma peça, mas foi muito boa a peça... Em 1936, como meu pai teve, nessa época eu tinha casa, morava em Copacabana, frequentava a praia de Copacabana, na Princesa Isabel, embora com outro nome, tinha a praça Demétrio Ribeiro em frente e tal, mas eu tinha vida de garoto. Meu pai chegou a ter automóvel nessa época. Então, eu participei com ele da aprendizagem do automóvel.

LO - O senhor teve além de seu pai, algum outro modelo de profissional que lhe tenha servido de influência na sua opção política, na sua opção profissional?

LV - Não, a minha profissão nada tem com o meu pai. Eu segui, eu desgarrei porque inclusive sou engraçado, porque sou filho de jornalista e pai de jornalista. E escapei. A minha opção profissional não foi por mim. Como já disse a vocês, já disse, eu pretendia ser engenheiro, mas... Voltando ao negócio sobre privações, não tinha cinema toda semana, por exemplo, e a gente tinha consciência e dizia: "Vocês não foram ao cinema?" "Não porque é fim do mês, papai está sem dinheiro". Essas coisas eram normais, a gente falava assim sem trauma, falava normalmente, achando que era uma coisa... Por que em casa se falava claramente: "Não tem dinheiro, não dá para isso, não pode comprar isso". Eu, por exemplo, desejei sempre uma bicicleta. E nunca tive esta bicicleta. Talvez por

causa disso que dei logo uma bicicleta para meu filho. Mas não tive a bicicleta porque, na época que meu pai podia me dar bicicleta, que foi nesse ano de 1935, antes de novembro, quando ele trabalhava em três lugares (ele trabalhava no Instituto Brasileiro de Café, trabalhava n' *A Manhã*, era o último a receber e nem sempre recebia, e numa empresa, Flecha de Ouro, uma empresa de transporte que era daquele que foi deputado, Maurício Goulart, que era muito amigo de meu pai e tal. Meu pai tinha uns amigos, tinha Roberto Lira e tinha outras pessoas que desconfio que, de certa forma, também ajudaram meu pai.

LO - Eu queria só repetir a pergunta, queria saber se houve algum modelo que ele tenha influenciado politicamente?

LV - Não. Nunca fui nem "pedrista", compreendeu? Porque meu pai, por exemplo, lógico que era meu pai e é meu pai até hoje, e voltei a reencontrar. Uma das coisas mais emocionantes da minha vida, foi em 1964, 1965, quando voltei a reencontrar meu pai no exílio em Praga, na Tchecoslováquia. Ele morando e trabalhando em Praga, e aí descobri a grande figura que era meu pai, que não conhecia direito. Fui... (emocionado) é engraçado, a gente fica mais velho e fica mais frouxo. Mas então, essa vivência foi muito gostosa porque encontrei uma figura, e descobri que ele era mais jovem do que eu, e me corrigi de uma porção de preconceitos, de uma porção de coisas que eu tinha por causa da figura de meu pai, que era de foto um sujeito jovem, liberal, alegre, e muito consciente, era muito tolerante. E eu, com a diferença de 25 anos, descobri que era muito mais intolerante do que ele. Então, essa convivência já depois de adulto me foi muito benéfica porque acho que remocei com a convivência com meu pai. Mas esse modelo não existiu, nem ele, eu digo assim sinceramente que eu acho que não tive nem meu pai como modelo. Nunca persegui modelo, não.

LO - Alguém que lhe tenha influenciado, influência decisiva.

LV - Não, a única influência que eu tive foi para ser Flamengo, porque esse tio José Viegas, médico, porque meus primos eram América e a camisa era vermelha e essas coisas todas. E eu tinha uma ligeira inclinação para o América, mas o meu tio em 1933 disse: "Vou te levar para assistir a um jogo de futebol só se for para torcer pelo Flamengo". E eu fui torcer para o Flamengo, gostei e torço até hoje. Então, eu acho que a única influência assim não foi muito difícil também não.

MC - Senhor Viegas, por favor, o senhor tem alguma lembrança da Revolução de 1930?

LV - A de 1930 eu só tenho que a minha irmã dizia. "Ih! Parece um carnaval". E porque era um pessoal passando de automóvel e gritando. Eu morava nesse tempo na rua, não sei se era ali no fundo de Copacabana, uma casa, que até não era... O meu pai não estava legal nesta casa, não aparecia com o nome dele. Então, eu me lembro assim o automóvel passando, todo mundo gritando, automóvel de capota arriada, pessoal fazendo e minha irmã fez esse comentário: "É, parece o carnaval!" A única lembrança de 1930 é essa que eu tenho.

MC - Em 1935, só tinha 12 anos.

LV - Em 1932, eu tenho a lembrança porque a mobília ficou no *front*, eu viajei no último... Nas anteriores não, eu era muito pequeno. Em 1922 eu não tinha nascido. Em 1925 eu

tinha dois anos, por isso eu não me lembro, só fatos contados que meu pai foi procurado na casa, não encontraram e levaram o meu tio, essas coisas assim. Isso a gente sabe do anedotário, de que meu pai estava escondido, se escondeu no telhado, depois saiu simulando o jardineiro, passou para o lado do tiro e deu boa noite com sotaque, e essas coisas assim, isso eu me lembro porque era contado. Agora, 1935 eu me lembro, porque ai já era menino de doze anos, já estava no Pedro II e parece que já estava em férias. É, em novembro já estava de férias e morava na Rua Princesa Isabel, numa vila, e a polícia foi lá. E meu pai, logicamente o meu pai nunca era encontrado, porque ele sabia escapar muito bem. E ele disse que a virtude era não ser preso, e ele só foi preso, com essa atividade toda, duas vezes: uma logo no princípio da atividade dele, foi essa que ele foi levado à presença de Rui Barbosa, na Câmara dos Deputados, que ele era muito novo ainda. E a outra, quando ele voltou, voluntariamente se entregou. O Brasil tinha declarado guerra e então o governo estava fazendo aquilo que achava que devia ser feito e ele veio se apresentar para colaborar e foi para Ilha Grande. E eu fui visitá-lo lá. Mas em 1935 ele não foi apanhado. É uma barbaridade a ignorância da polícia, em casa, rebuscando, isso eu me lembro. Várias vezes chegar a polícia, entrar por dentro de casa, apanhar tudo quanto é livro pegar *Vinte e quatro horas na vida de uma mulher* e pensar que era livro de sacanagem e levar, coisa assim. A ignorância é muito grande. Disso eu me lembro, e me lembro inclusive que minha mãe era uma pessoa que nesse momento guardava muita tranquilidade e salvou um livrinho de anotações de meu pai, e o único nome complicado que ela se lembrou de dizer foi determinismo histórico. "Ah! os seres vão levar isso? Mas isso é apenas determinismo histórico!" Aí, feito, o tira olhou assim não entendeu, lógico, e disse: "Ele perde tempo escrevendo história?" e ela: É para se ver. Então, aquilo eles não levaram! Não levaram o caderninho de anotação do meu pai. Mas isso era muito desagradável. E meu tio, então, tio mais velho, que nada tinha de político e que é citado como o grande amigo de Graciliano Ramos, que era o correspondente de Graciliano naquelas cartas, ele aparece muito citado como Joaquim Pinto. Era o meu tio mais velho, muito mais velho que meu pai, ficou com pena da minha mãe e foi visitar a minha mãe e foi preso. Curtiu prisão sem motivo nenhum, era funcionário do Ministério da Agricultura. Ficou preso, só foi solto porque era contraparente do General Mendonça Lima, que era irmão de meu tio, de uns primos meus, conhecia o Joaquim Pinto, como era chamado, e sabia que o Joaquim Pinto não tinha atividade política nenhuma. Aí se embrenhou, foi encontrar Joaquim Pinto lá no fundo da masmorra e conseguiu retirar Joaquim Pinto, senão talvez estivesse até hoje lá.

MC - Ele está preso aonde?

LV - Na polícia civil, acho que na Rua da Relação.

MC - Rua da Relação.

LV - Esquecido lá porque a família reclamava, mas 1935 foi um negócio sério, então o sujeito era preso e, o crime dele era ser irmão do meu pai.

MC - O senhor se lembra alguma coisa em termos de agitação de rua, manifestações?

LV - Ah, me lembro! No Morro do Leme, porque eu morava no Leme, o Morro do Leme sendo ocupado por tropas, eu me lembro só disso.

MC - Eu estou me referindo à agitação de rua de 1935, alianças...

LV - 1935, foi a minha primeira corrida, foi em 1935, mas já no movimento estudantil. Eu era aluno do Pedro II, estava fardado de internato e quando saia, gostava de ir para a Rua Buenos Aires onde funcionava o jornal do meu pai, A Manhã, para ver a rotativa girando. Eu tinha paixão por máquina, queria ser engenheiro mecânico, então, adorava máquina e ver uma rotativa girando para mim era uma coisa espetacular. Eu ia para lá, sempre que podia. Eu saía aos sábados e ia para lá. Então, tinha uma campanha de abatimento de 50% para os estudantes no Largo de São Francisco. Eu fui, era passagem. Eu estava no Largo São Francisco e a polícia chegou dando pancada e eu dei uma corrida com um medo tremendo sem saber direito por que estava correndo. Saí correndo lá para o jornal do meu pai e ai contei, fiz um pouco de reportagem, talvez tenha sido até um trabalho de reportagem.

MC - Nesse período de 1935-1936, depois com o Estado Novo, o seu pai ficou para a clandestinidade?

LV - Clandestinidade, embora algumas vezes em casa.

MC - Em casa...

LV - Porque nós morávamos justamente lá nessa Princesa Isabel e aí a casa teve que ser fechada, eu fiquei no colégio. Em 1936, eu praticamente morei no colégio, só. Saia no domingo para passear na Rua Professor Gabizo, onde morava esse meu tio Rodolfo, lá fazia uma visitinha e voltava para o Colégio Pedro II, internato, ali no Campo de São Cristóvão. Atravessava a Quinta a pé, saía na General Canabarro, Professor Gabizo, e ia para casa do meu tio e tal, e voltava para o colégio e ia dormir, então dormia no colégio. Mas minhas irmãs já estavam com minha avó materna, por que minha avó paterna morreu, meu pai tinha sete anos, depois meu avô casou com uma cunhada e meu pai teve madrasta, que era a tia dele. Eu e a minha avó materna, com a minha mãe, fomos morar na Rua Maria Amália, justamente ali. E só em 1936, no final, é que eu passei 1936, 1937, aí em 1937 eu voltei a ir para casa aos sábados e domingos e nas férias. Passava muitas férias em Niterói na casa desse outro meu tio, Homero Viegas. Então era isso aí. Então 1935, foi isso, 1936, as consequências foram essas, a casa desmanchada... Depois vou para essa casa da Maria Amália, frequentando mais cinco anos de Pedro II.

NM - O senhor nunca notou, em relação aos seus colegas de turma de Pedro II, algum cuidado especial na relação com o senhor?

LV - Olha, no Pedro II tinha uma coisa muito interessante, porque nós fazíamos luta antifascista dentro do colégio. Havia os integralistas naquele tempo e ao mesmo tempo nós tínhamos companheiros como o João Maurício Campos de Medeiros, era meu contemporâneo de Pedro II, de internato. João Maurício, filho de Maurício de Medeiros, foi aquele oficial da aeronáutica que foi abatido e morto durante a guerra, João Maurício Campos de Medeiros... João Maurício já era um antifascista dentro do Pedro II, ele e mais outros como o companheiro Wilson Pitombo, que mais tarde foi meu companheiro de Banco do Brasil, também, e de partido, de militância partidária. O Pitombo, João Maurício e mais uns outros brigavam com os integralistas, que tinha um núcleo integralista dentro do Pedro II. Dentro do internato usavam a camisa verde por baixo da farda. Eu me lembro que no canto do internato tinha um muro lá e eles resolveram que aquilo era a sede do núcleo, coisa de criança, e passaram esculpindo um sigma, vários dias, caprichando num sigma num muro. Quando eles terminaram, que iam inaugurar...

Eu acredito que João Maurício e outros, eu não sei quem foi, infelizmente eu não participei disso porque foi muito gostoso. No dia em que eles iam inaugurar, tinham marcado da noite para o dia, aquele sigma foi fechado e ficou um quadrado com um X cruzado. Aquele sigma fechado, escangalharam com a escultura no muro, então deu um desespero e a gente escondidinho... Eu tinha o quê? Tinha treze anos, catorze anos... Com aquele negócio, aquela consciência também de não me expor muito porque podia prejudicar meu pai, aquele negócio de que eu falei da autocrítica que eu sempre tive, mas se a gente gritar: "galinha verde" esse negócio, a gente sempre gritava. Eles cercavam e eu me lembro uma vez que eu saía do Pedro II e estava toda a turma dos integralistas preparada para dar uma surra no João Maurício. Aí, solidário com o João Maurício eu me lembro que apareceu o Pitombo, que foi muito amigo, meu, já faleceu, e outros que colocaram ao lado do João Maurício e o João Maurício disse: "Não, vocês todos juntos, não dá, mas um a um..." e saiu na pancada. Depois veio a direção do colégio, mas tinham essas refregas. E eu não, eu me fazia de bobo, eu tinha mesmo, eu era garoto, eu entrei com 11 anos, fiz 12 anos no colégio em 1935 e saí em 1939, então saí com 16 anos, eu era menino mesmo e não tinha participação política, não tinha atividade. Eu torcia muito pela Espanha contra a França, porque nós vivemos aqueles noticiários... Torci muito porque em 1939, setembro de 1939, eu era quintanista, último ano quando começou a guerra, então eu comecei a torcida do colégio. A gente tinha a simpatia dos antifascistas e tinha e animosidade com os fascistas, o que pudesse fazer de prejuízo para os fascistas integralistas, a gente fazia. Até um fato muito lamentável é que tinha um colega muito bom, muito bonzinho, mas o irmão dele era um dos líderes integralistas e ele se dizia integralista, e eu acredito que não era não, por que ele era muito bacana, o rapazinho. Não podia ser integralista. Mas ele, por uma briga desse negócio de Pedro II, e militar e não sei quê, ele levou, ele foi apanhado na Quinta da Boa Vista, por um grupo de aluno do clube militar e levou uma surra, e morreu o rapazinho em consequência dessa surra. Vejam só, ele não era fascista, por que ele sabia quem o tinha agredido e morrendo, perguntaram a ele e ele não revelou, não dedurou ninguém. Esse não era integralista, não. Então, a gente para esses caras, e os caras diziam: "Você está na minha lista", diziam. E eu me lembro, por exemplo que no dia 10 de novembro de 1937, o colégio nos botou todos no refeitório reunidos, o colégio todo sentado no refeitório, nas massas para ouvir o discurso do Getúlio declarando o Estado Novo, e o discurso foi feito, depois tocou o hino nacional e os integralistas levantaram o braço de anauê e uns poucos hesitantes lá ficavam com medo e iam levantando o braço e nós fuzilávamos com a vista quem levantava o braço e aguentava de bracinho para baixo, sem levantar o braço, sem coisa nenhuma. Era a nossa forma de protesto. Mas era um negócio muito juvenil, muito inconsequente e desorganizado. Eu, pelo menos, não participava de organização nenhuma. Agora, o gostoso do Pedro II a que eu me referia é o seguinte: é que eu não tive irmão e sempre desejei ter irmão, coisa de garoto, eu tinha três irmãs, me dava muito bem com as minhas, inclusive a minha irmã logo imediata, ela jogava futebol comigo, e tudo mais. Por que eu puxava para jogar futebol. As duas mais moças participavam da brincadeira. Em compensação, eu brincava de boneca com elas também e tal. Fazia fantasias para as bonecas; não tinha esse negócio não; não tinha machismo, não. Eu tinha uma consciência muito definida, assim nunca tive preocupações...

Fita 2 – Lado A

LV - Um negócio que eu sempre desejei ter era um irmão e não tinha, e de repente eu ganhei 500 irmãos. Nós éramos internos, quer dizer, acordávamos, estudávamos, brincávamos e tudo mais, 500 irmãos, quer dizer, um negócio fabuloso, com todas as distorções, gente boa; gente mau caráter. Tem de tudo, eu não cito nomes por que... Mas

tive maus colegas, [...], mas era excelente. Eu acho que naquela época, o ensino era excelente, se formava um sentimento de humanismo, até hoje a base eu tenho de cultura, de humanismo e tudo mais, é do Pedro II, e principalmente, do internato.

MC - O senhor se lembra de professores que marcaram o senhor?

LV - Ah, me lembro! Me lembro, como não. Teve inclusive um, depois, que se revelou um fascistão, mas teve muita influência na minha vida: era meu professor de matemática, Haroldo Lisboa da Cunha. Depois ele foi até diretor do [Colégio] Pedro II, e de certa forma até perseguiu meu filho, só não perseguiu mais porque descobriu que era meu filho, e na hora de expulsar o meu filho, fui para lá e ele não sabia o que eu era, então ele talvez até tenha relaxado o negócio, no último ano do meu filho no Pedro II, no externato aqui. Mas esse professor era muito bom professor de matemática, e eu era um bom aluno de matemática, era o primeiro aluno da turma de matemática e ele me deu muita consciência, porque ele era metódico, ele era organizado, ele era disciplinador, e ele gostava das provas bem arrumadas, limpas. Ele me deu muito de método, de disciplina, foi uma influência benéfica na minha vida. E eu nunca deixei de ser o piadista da turma, tirava 90 na prova mensal, mas a minha nota final era 30, ou menor, porque sempre tinha uns dois zeros de piadinhas que eu dizia na hora de aula, bobagem de criança que ele não perdoava. Ele me dava o zero mesmo e depois dividia a minha nota. Mas ele teve uma boa influência sobre mim. Por outro lado, tinham um professor, como eu me lembro, um professor de português, Oswaldo Mendonça, que falava de uma maneira engraçada. Ele era surdo, então não ouvia o que a gente falava. Ele ensinou, inclusive, a origem do meu nome, Viegas, foi quem me ensinou. Eu já sabia até que citando os fenômenos, hoje eu esqueci os fenômenos, mas ele me disse que a origem do meu nome era Moura, Benegas, quer dizer, filho de Egas que passou para a Espanha como Benhegas, depois deu Biegas e, depois passando para Portugal, deu Viegas como não podia deixar de ser.

MC - Engraçado por que Benegas, filho de Egas, por que Ben em hebraico é filho.

FITA COM PROBLEMA TÉCNICO INAUDÍVEL

LV - Era Benegas, então o meu ancestral mouro era Benegas. E passou para a Espanha, depois esse Viegas veio de Portugal para Minas, aí para São João Del Rey, que tem muito Viegas em São João Del Rey, em Juiz de Fora. Aí, um vendedor de gado foi lá para o Nordeste, vendeu uma partida de gado, encontrou uma viuvinha de 19 anos, não voltou, ficou por lá e aí eu nasci, em consequência disso. Mas, então o Pedro II foi muito... Esse Oswaldo Mendonça era um professor que dizia: "Rapaz, tu estás, és uma estupidez. Estás bem enquadrado na mentalidade do Estado Novo. "Isso dentro, em pleno Estado Novo, ele falava assim pleno Estado Novo, num colégio oficial, professor catedrático de português. Esse homem, de certa forma influía na gente, influía na gente criando assim... Se um jovem já é destemido, aquele homem que tinha coragem de falar mal do Estado Novo, que a gente não gostava, em plena aula do Pedro II, isso era altamente incentivador, educativo. E tinha um outro também, por exemplo, Honório Silvestre, professor de Geografia, era uma figura, um homem que tinha pouca higiene, futucava nariz, espalhava giz em cima da mesa, mas era uma figura. Como pessoa humana era uma figura. O Lafaiete Rodrigues Pereira, que de fato me fez aprender até esqueleto das aves, anatomia. Eu aprendi muito de história natural, botânica, até hoje os meus conhecimentos, algumas coisas até profundas que ele ensinou. Em compensação, tive professores que foram culpados de eu não ser engenheiro hoje. Posso até citar o nome dele: Jorge Samar, que eu

era bom aluno de física e quando chegou a hora do vestibular é que eu descobri que se fazia problemas de eletricidade, e eu não sabia. Eu nunca tinha feito um problema de eletricidade, nunca tinha aprendido, e dei azar porque ele sempre foi meu professor de física, a não ser no último ano do segundo ano do complementar de engenharia, que o meu professor era um jovem professor. Eu não me lembro o nome dele, mas me dava a última aula da noite, do curso noturno, ele abrindo a boca com sono, eu também com sono, nos dois, a turma e ele dormíamos na aula, então a aula era uma coisa horrorosa, a física que me impediu que fosse engenheiro.

LO - Você fez vestibular?

LV - Fiz vestibular, pela primeira vez na minha vida fui reprovado, isso me traumatizou a ponto de largar os estudos. Nessa época, eu já tinha entrado no Banco do Brasil e era rapaz pobre, não tinha condições de frequentar cursinho, que já naquele tempo começavam a aparecer. Agora, passei bem em matemática, passei bem em desenho, passei bem em sociologia, passei bem em outras matérias que tinham naquele tempo, eram seis matérias.

MC - Sociologia fazia parte do vestibular de engenharia?

LV - Era sociologia, eram seis matérias: matemática, química-eu passei até em química - física, história natural. História natural eu não fui muito bem porque talvez um ponto fraco que era geologia e mineralogia, que não era um ponto forte meu, e foi o mais pedido e também foi difícil. E tinha desenho, que era descritiva. Mas aí eu abandonei o estudo, fui para o Banco do Brasil e, comecei na atividade sindical e tudo mais, não sobrou mais tempo para nada. Mas assim mesmo...

LO - O senhor, entrou para o Sindicato em 1945, entrou antes?

LV - Eu me filiei, entrei no Banco do Brasil em 1943 e em 12 de março saí do IAPB. Aliás eu podia ter entrado no Banco do Brasil em 1942, em dezembro.

MC - Eu queria que o senhor... Como foi esse processo de começar a trabalhar?

LV - Eu morava na Rua Maria Amália, e nessa Rua Maria Amália havia Haroldo Bretas, que era médico, e se não me engano era médico também de militar. Ele era pai de umas colegas de minha irmã mais velha, que era do Instituto de Educação, e nos frequentávamos muito a casa. Ele tinha três filhas e não tinha filho, e de forma eu frequentava, e ele gostava de mim, de certa forma ele me perfilhou. Me lembro que ele foi fazer uma vez um exame médico no Internato São José, na Usina da Tijuca, e me levou como auxiliar do exame médico para eu fazer certas medidas... Medir altura, eu, nessa época, já estava fazendo complementar de engenharia, já estava trabalhando, não, não estava trabalhando ainda, não, eu era estudante ainda do internato, em 1939, deve ter sido em 1939, era último ano de ginásio, nas férias, não sei, ou princípio do ano. Ele me levou para fazer esse exame lá. Foi uma forma que ele descobriu de me ajudar. Então eu pesava média e tomava umas certas medidas, parece de cintura, de tórax e umas coisas assim, de fita métrica, anotava numas fichas e passava para ele, ele examinava e eu ganhei 500 mil réis naquele tempo ou 300 mil réis. Um dinheirão, eu nunca vi tanto dinheiro na minha vida! E esse médico então quando, em 1940, eu terminei o serviço militar e comecei a manifestar o desejo de trabalhar, ele tinha conhecimento, disse: "Olha, vai

haver exame na Hollerith, vão selecionar pessoas para trabalhar, não sei aonde... Você quer fazer esse exame?" "Como não, quero"? Fui. Então era um exame de aptidão, de classificação alfabética, esse negócio... E com aquela disciplina que eu tinha adquirido no Pedro II de organizar tudo e tal, sempre fui muito organizado, e no movimento sindical, minha característica fundamental esse programa organizativo. Então eu me dei bem nesse exame, me dei bem porque fui o terceiro classificado no exame, e imediatamente terceiro classificado, sendo que os dois primeiros empataram. Então eu fui terceiro e, na verdade, segundo. E fui chamado para trabalhar na implantação de um sistema de cadastro de associados no IAPB, botava em ordem alfabética, batia um negócio lá numa tela, nuns painéis e eu fui trabalhar lá como diarista.

NM - E nessa época o senhor já sabia o que era IAPB?

LV - Não, não sabia e nem desconfiava o que era IAPB. Só fui descobrir, meu tio era médico do IAPB depois de estar trabalhando no IAPB, e aí... E esse tio era irmão mais novo de minha mãe, e inclusive morava comigo, morou comigo algum tempo. Nessa época, eu acho que não morava mais comigo, mas morou porque lá em casa como boa casa nordestina sempre tinha um irmão, um agregado, uma pessoa assim que morava com a gente, e esse era o irmão caçula muito querido de minha mãe. Minha mãe, das mulheres, era a mais velha, a não ser esse Homero, que era o mais velho de todos, então tinha sempre um tio em casa. E esse tio muito querido porque ele foi quase irmão assim, era o irmão mais moço de minha mãe e eu acredito que bem mais moço, então nós tínhamos ... Ele foi meu tutor em determinado momento responsável no internato, quando meu pai teve que picar a mula em 1935. Ele ficou como meu responsável, então tinha esse relacionamento todo. Depois é que eu descobri inclusive que ele era médico também do IAPB. Eu nem desconfiava o que era IAPB.

MC - O senhor, na época que começou a trabalhar, foi iniciativa própria ou houve alguma pressão familiar? Eu sentia já uma necessidade de começar a trabalhar? Como é que foi isso?

LV - Não... Eu sentia o seguinte: eu era rapaz, tinha os meus desejos, queria por exemplo ser sócio do Tijuca Tênis [Clube], eu queria ter uma roupinha melhor, muitas vezes eu herdei roupas do meu tio. Minha mãe e minha avó, que trabalhavam muito bem na máquina de costura, ajeitavam roupa, terno, ajeitavam do meu tio para mim. E o meu tio era muito mais largo que eu, mais baixo que eu, e faziam isso, e então eu, como rapaz, sentia que tinha de trabalhar. E minha irmã mais velha, que é diferença de onze meses de mim, foi trabalhar também com dezesseis anos, foi trabalhar no Ministério da Fazenda e me dava mesada. Minha irmã me dava uma mesada, então eu tinha, sentia necessidade de deixar de receber mesada de minha irmã. Nessa época meu pai estava sei lá onde. Estava na Argentina, no Uruguai, ou por aí. Muitas vezes ele dizia que estava na Argentina ou no Uruguai, mas estava por aí mesmo. Então senti necessidade, eu acho, não me lembro exatamente, mas acho que procurei, procurei trabalhar, procurei para ver, ganhar alguma coisa, inclusive para ajudar em casa. Só de aluguel eram 500 mil réis. Naquela época, era uma casa, então eu fui... Agora, o primeiro trabalho que tive foi uma tentativa de Júlio Barata de me envolver, ele era o meu professor de latim, jornalista. Conhece Júlio Barata?

MC - Conheço, foi ministro...

LV - Foi ministro, é isso aí mesmo. E muito ligado e tal... E me deu São Tomás de Aquino, para mim, que escrevia pessimamente à máquina, porque aprendi a escrever à máquina em casa, sozinho, na máquina de meu pai, com um método... Então eu me viciei com toda uma... Autodidata em datilografia, quase não passo, no banco por causa da datilografia, mas escrevia, batia muito mal à máquina e nunca fui grande aluno de português, sempre foi a minha diferença, o português. E ele me deu o São Tomás de Aquino para eu passar para a ortografia moderna, datilografando. E me pagou, me pagou esse trabalho, não me lembro quanto foi, mas me pagou numas férias, e vejam só: perdi as férias. Fiquei agoniado, tendo que fazer aquele negócio, devo ter feito uma porcaria. E ele me pagou aquilo, mas por outro lado, na conversa ele me perguntou onde que o meu pai estava. E meu pai estava na minha casa, comigo. E eu dizia que o meu pai não me ajudava no trabalho de São Tomás de Aquino, não. Inclusive, depois que vim a entender que ele também teve a intenção que eu lesse São Tomás de Aquino, na esperança de que aquela influência de São Tomás de Aquino passasse para mim. Depois, mais tarde, é que compreende isso: meu pai não me impediu que eu lesse São Tomás de Aquino, que eu fizesse a tradução, que eu agoniasse da datilografia, não me ajudou nisso, apenas disse: "Cuidado com esse cara! E evidentemente eu não disse que o meu pai estava na minha casa, comigo. Mas, depois então, o benefício foi o Bretas que mais tarde veio a ser até o meu padrinho de casamento - já faleceu. O doutor Armando Bretas me encaminhou para fazer este concurso e foi bom porque inclusive eu devo a ele o auxílio de indicação, mas não devo o emprego. O emprego foi conquistado num concurso. Então, isso para um jovem, tem uma satisfação muito grande de ter conquistado por concurso tudo que...

LO - O senhor fez concurso para o Banco do Brasil ainda no IAPB?

LV - Ah, sim! Eu fui para o IAPB, como eu disse, trabalhei um ano e dois meses como diarista, depois me efetivaram e eu fiquei atrapalhado, perdi dinheiro, e nesse tempo até minha avó todo mês me dava 50 mil réis para completar o que faltava, que era justamente o desconto de trinta mil reis. Descontava para a Previdência e eu pagava no princípio do mês, e no meio do mês já pedia de novo, e ela já tinha aquela notinha... Na primeira vez não quis receber e disse: "Não, não faça isso porque senão, se eu não pagar esse empréstimo, primeiro porque eu pedi emprestado, segundo porque se eu não pagar esse empréstimo eu não vou lhe pedir mais! Dado eu não vou pedir mais. E assim já sei que tenho esses 50 mil réis. E ela conservou os 50 mil réis, tinha lá um lugarzinho já esperando mesmo o 50 mil réis que eu pagava para ela. Ela guardava - não tinha inflação - para me dar no meio do mês porque eu já ficava atrapalhado. Metade ou mais da metade eu dava em casa. Mas dava para vestir, para fazer algumas coisas assim, de extravagância de rapaz, e até de vez em quando comprar uma roupa na capital, na exposição, roupa feita. Aí, de repente eu tinha um colega, Décio Coutinho, que tinha sido o primeiro classificado e - Décio Martins Coutinho - perdi de vista porque ele foi para o Banco do Brasil. Eu ainda o encontrei no Banco do Brasil, mas depois perdi de vista, não sei o que é feito dele... Não é sindicalista, pelo contrário, é muito conservador. Ele chegou a ser aluno da Escola Naval e largou. E era um sujeito muito inteligente e tal e coisa, mas perdi... Esse Décio tinha feito concurso seis meses antes para o Banco do Brasil e tinha passado até parece, que em primeiro lugar, e disse: "Olha, estou ganhando"... Ele que estava ganhando o dobro. Por que você não faz concurso para o Banco do Brasil? Banco do Brasil? Está muito bem, então vou fazer. Aí fui fazer. Era o último dia da minha letra, quando eu fui me inscrever. Então fiz o concurso, e o concurso constava de matemática e contabilidade, português, francês, inglês e datilografia. Eu nunca tinha ouvido falar em contabilidade. Matemática, eu tirava de letra porque, era 1943, já tinha terminado o complementar de

engenharia, então, aquilo era barbada para mim. Português dava para castigar, porque nunca fui grande aluno em português, mas... Francês e Inglês eu tinha base do Pedro II que até hoje... Eu estudei três anos de francês, ou dois anos de francês no ginásio, nunca mais estudei e ainda hoje se tiver um dicionariozinho assim, eu me safo no francês e quebro um galho com minha sem-vergonhice e vou falando francês. E o inglês que também tinha estudado no Pedro II, também dava para eu quebrar um galho. Datilografia... Mas eu sabia. Agora, e a contabilidade? Aí tinha um colega novo no instituto, Natal, que me indicou um irmão dele, que tinha sido professor desse Décio Coutinho. E esse homem era genial - Natal. Eu até lamento não saber, não me lembrar o prenome dele. Nunca mais soube dele. Esse homem, à noite, quatro noites, me deu a base de contabilidade e eu depois fiz um curso de contabilidade com os pés nas costas. Esse homem me deu a base do que era contabilidade em quatro noites, de oito à meia-noite. Lógico que ele pegou a parte prática, a teórica eu dei sorte, porque ele me disse: "A teórica eu não vou poder te explicar, mas apenas tem aqui: cheque, você sabe o que é um cheque"? - "É, já vi". (nunca tinha usado um cheque) "Promissória"? - "Promissória mais ou menos eu já vi" - "Duplicata? Carta de Crédito? Você sabe o que é"? - "Ah, eu não sei carta de crédito, eu não sei nada". Então ele me explicou o que era uma carta de crédito. Foi o assunto teórico que caiu. O único que ele me explicou foi o que caiu na prova. então eu lavei na parte de teórica. Então eu saí muito bem. Tirei noventa em matemática, noventa em contabilidade, oitenta e cinco em português, tirei sessenta e quatro em francês, sessenta em inglês, dezessete vírgula qualquer coisa em datilografia (mas só que datilografia não era eliminatória e tinha peso um), matemática tinha peso dois ou peso três; contabilidade tinha peso três também. Matemática, português e contabilidade tinham peso três; francês e inglês peso dois. Tudo a meu feitio. Então passei em nono lugar no Banco do Brasil.

LO - Fiz. Se pode chamar...

LO - Ocupando...?

LV - Não, ocupando nada. Não ocupei nada porque eu vou mostrar que fiz uma opção. Então isso foi em 1942, que eu fiz concurso para o Banco do Brasil. Até fazia o concurso, depois ficava sem poder ir para casa porque era blecaute, era exercício de blecaute. Apagava toda a cidade, não tinha bonde, desligava tudo. Então a gente ficava sentado esperando que reacendesse a luz para a gente poder ir. De vez em quando, durante a guerra se fazia o exercício de blecaute. Era até muito gostoso, o litoral, a praia. Já pensou o blecaute na praia? Se você encontrasse uma namorada, era uma beleza... Fiz o concurso, e na minha ignorância de rapaz protelei a posse no Banco do Brasil; só vim a tomar a posse no Banco do Brasil; só vim a tomar posse no Banco do Brasil em março porque fiquei esperando completar um ano no Instituto de Educação para ter direito a tirar as férias!

MC - Bancários?

LV - Instituto dos Bancários, perdão. Instituto dos Bancários para tirar as férias, e com isso eu perdi um dinheirão porque ia ganhar simplesmente o dobro do que estava ganhando, compreendeu? E as férias eram apenas 20 dias, 20 dias daquele... Mas eu sempre fui um mal financista, principalmente para mim.

NM - Quando o senhor chegou no IAPB, qual foi a imagem que o senhor teve daquele instituto?

LV - Olha, péssima, péssima, do ponto de vista da burocracia, porque eu sempre fui *caxias*... Eu sempre fui *caxias*; aonde entrava para trabalhar, queria trabalhar direito. E sempre fui um bom trabalhador e tudo mais. Mas encontrei gente que não trabalhava, gente que... E mesmo um certo grau de desorganização. Mas eu disse péssima, talvez eu tenha exagerado. Péssimo porque me chocou, algumas coisas que eu acreditava, que todo mundo era certinho, como eu era certinho, com sentimento de honestidade daquele negócio e encontrei gente que levava o negócio *na flauta*, brincando, não queria saber de trabalho e tudo mais. Isso aí me chocou, mas até foi bom, foi um aprendizado razoável. Depois, mesmo com a convivência ao trabalho, aí eu comecei a participar de organizações de esporte, praticava atletismo, fui campeão de atletismo no *ProBank* Atlético Clube. *ProBank* era o endereço telegráfico do Instituto dos Bancários. O clube se chamava *Probank* Atlético Clube e eu fui campeão. Jogava no time de futebol, sempre fui perna de pau, mas dedicado, então quando chegava nos times, quando a gente jogava contra os times fortes, os craques não iam e eu é que tinha que entrar em campo para levar sarrafada a drible, mas ficava lá e insistia.

MC - Existia um clube e tudo?

LV - Existia! Clube dos Funcionários do IAPB. Um clube que dava festinhas, tinha dança, tinha um salão lá e a gente usava o salão. Eu me lembro inclusive que eu fui lá numa festinha e tinha campeonato de atletismo bancário, participei, fui campeão coletivo: a minha prova era de 1.500 metros...

LO - Não tinha a história de que no IAPB todo mundo era parente, quer dizer, as pessoas se nomeavam?

LV - Não, não. Podia existir um certo grau. Mas no IAPB não, por causa da origem do IAPB. O IAPB foi conquistado numa greve, em 1934, e como foi conquistado numa greve, a primeira administração do IAPB teve participação de sindicalistas.

LO - O Lisboa?

LV - Não, o Lisboa não foi para lá. Pedro Dantas, por exemplo, Dantas Júnior foi uma das pessoas que foram para lá e outros mais: Chapeta e outros que eram bancários e foram para o IAPB com a preocupação de organizar e de estruturar o instituto, então o instituto sempre teve característica, vamos dizer, de eficiência e de atendimento ao associado. Lógico que depois vivendo o Estado Novo, vivendo aquelas pressões políticas, não fugia às características da burocracia política, então havia um certo grau de paternalismo, de filhotismo, de tal e coisa, de empreguismo, mas basta dizer o seguinte: para fazer esse trabalho nós tivemos que ser selecionados num concurso e ir para lá. Lá dentro nem sempre havia disciplina de funcionamento, mas tinha gente que trabalhava, carregava nas costas.

Fita 2 - Lado B

LV - Entrei em dezembro de 1940, e trabalhei até fevereiro de 1943. Eu entrei para o IAPB em dezembro de 1940 e saí em fevereiro ou março de 1943 para ir para o Banco do

Brasil. Bom, nessa época, durante todo esse tempo eu trabalhei numa só seção: a seção de cadastro. Então, nessa seção de cadastro havia pastas individuais de tudo quanto era associado no Brasil. Esses associados eram registrados, recebiam um número de matrícula e abria-se uma pasta de cartolina onde os documentos, até me lembro, engraçado, me veio agora à memória até CD-1, era um modelo, era um impresso de inscrição. Vejam só a memória como é uma coisa engraçada. Tinha o formulário de inscrição, pelo menos dessa reforma que a gente fez, todo mundo foi recadastrado. Então abria-se uma pasta individual, colocava-se lá os documentos, expedia-se uma carteirinha com um retrato, e os beneficiários também eram registrados. Recebiam a carteirinha de associado que era palha e a carteira de beneficiário que era abóbora. Uma coisa, a memória é engraçada... E a gente então trabalhava datilografando o nome, data de nascimento e o número de inscrição num negócio que, na época, se chamava *flexoline*: era uma espécie de compensado de madeira, um negócio assim, que tinha taliscas separáveis. Depois de bater tudo aquilo na datilografia, numa máquina, aquilo de uma certa espessura, não devia fazer muito bem para a máquina, não. Mas a gente, então, pegava pelo último nome. Por exemplo, o meu nome seria Lima vírgula Luís Viegas da Mota. A data de nascimento e o número da inscrição. Então, aquele negócio que a gente chamava de *flexoline* era destacado, jogado numa cesta, depois era então era colocado em ordem alfabética. Era armado nuns painéis de metal tipo esses mostruários de botão giratório que encaixavam assim e a gente retirava aquela bandeirola que era encaixada num suporte giratório, então aquilo se colocava em ordem alfabética, se prendia com um grampo de metal. Então se fazia uma ordem alfabética e as pastas eram colocadas em ordem numérica, de matrícula. O trabalho consistia, fundamentalmente, da seção de cadastro. Todo aquele bancário que entrava em qualquer parte do Brasil, preenchia dentro da empresa aqueles formulários? CD-1, CD-2, CD-3, tinha CD-4, CD-5, tinha uns negócios desses, beneficiários... CD eu acredito que era cadastro, abreviação de cadastro. Então aquilo ia para essa seção, a gente abria aquele negócio, botava na pasta, na pasta de cartolina, até umas orelhinhas de zero a nove e na frente o indicador de milhar e eram todas arquivadas ali. Cadastro individualizado com tudo que acontecia para o associado, benefício que tirava, licença, não sei o que, ia para esse cadastro, essa pasta de todo o Brasil.

MC - O senhor se lembra na época que o senhor trabalhou com essa parte do cadastro, o instituto estava crescendo, havia muitas pessoas entrando no instituto?

LV - Ah, havia! Olha, a rotatividade de mão-de-obra dos bancários não era tão grande quanto hoje, mas havia um crescimento, lógico. O Brasil, se vocês se lembrarem do Brasil de 1940 para o Brasil de hoje, o crescimento terrível! Então já crescia naquela época, e os bancos também prosperam e cresciam. Então o número de bancários aumentava. E nós tínhamos o arquivo morto que era daqueles que deixavam de ser associados. A gente retirava desse arquivo e botava num outro que era o arquivo morto. Mas o interessante desse negócio é que se controlava individualmente o associado, coisa que hoje não se faz.

LO - Apesar do computador!

LV - Apesar, bom, agora estão tentando! Eu fui informado, no grupo de trabalho, que há um trabalho na DATAPREV para restabelecer o cadastro individual. E eu acho de grande valia, até para o registro de contribuição, por que é o seguinte: o associado Previdência contribui durante 30, 40 anos e se ele é uma pessoa de uma certa instrução, de uma certa cultura, ou se tem um certo nível de vivência social e tal e coisa, ele tem condições e tem

consciência da necessidade de guardar os documentos. Mas se ele é menos instruído ele perde os documentos e depois, por absurdo que possa parecer, o ônus da prova de que contribuiu é do associado. Então, a gente vê as pessoas mais modestas não poderem se aposentar por que não têm condições de provar aquilo que o Instituto é que devia provar: que ele pagou durante esse tempo todo. Então tem muita gente que fica na vala comum, já em idade e sem poder se aposentar, e os processos de aposentadoria dessas pessoas ensejam inclusive fraudes, porque na base de tentar recompor isso, o sujeito às vezes recorre a expedientes que não são recomendáveis e facilita outros, como é obrigado a aceitar certos tipos de prova, aqueles que têm intenção dolosa, recorrem a esses mesmos tipos de provas, só que de maneira negativa, dolosa e tal. Então, eu acho, nesse tempo havia isso no IAPB, e também a receita, eu me lembro porque depois de um certo tempo trabalhando, era toda a administração central do IAPB, a sede como era chamada, funcionava ali na Nilo Peçanha, 31. Inclusive era um prédio novo, metade estava em construção, quando eu fui para lá. Só aquela parte da Graça Aranha, da esquina da Graça Aranha que estava construído ainda o prédio do Jóquei Clube, era um terreno baldio. Então ali havia o controle da receita individualizada. Vinham as guias de recolhimento que eram individualizadas e em máquinas. A seção de receitas lançava ficha por ficha do associado, as contribuições, os valores das contribuições, os valores das contribuições.

MC - Senhor Viegas, o senhor está frisando muito essa parte de que o cadastro era individualizado, estou certo?

LV - É, o cadastro era individualizado.

MC - O senhor acha que a mudança do cadastro individualizado para essa situação em que não existe mais esse tipo de organização, isso foi por uma questão de problema técnico já que a Previdência, o número de segurados aumentou muito ou outro tipo de problema?

LV - Bom, eu tenho uma opinião sobre a fusão e da qual participam vários dos companheiros do movimento dos aposentados. A fusão foi uma das facetas do plano de liquidação da Previdência Social. Por que nós estamos convencidos que existiu e ainda existe, da parte de algumas pessoas, o interesse de liquidar a Previdência Social para estabelecer no Brasil um modelo americano, que o Pinochet já estabeleceu no Chile, da Previdência privada, do seguro privado: jogar para a companhias de seguro as aposentadorias; jogar para as entidades de assistência médica, nesse comércio da Medicina, jogar também a assistência médica. Então existe um plano intencional. Na forma como foi feita a fusão, embora a gente não teoricamente contrário à fusão, eu acho mesmo que a fusão seria uma consequência lógica feita de uma maneira organizada, metodizada, controlada. Era, e nós já caminhávamos para isso. Mesmo antes de 1964 no IAPB, a gente desenvolvia, por exemplo, rede própria de hospitais e ambulatórios e é conhecido no IAPB que isso era desenvolvido, mas a gente reconhecia que em algumas cidades era demagógica, e até fazia da politicagem da época, a criação de determinados ambulatórios só do IAPB, hospitais nem tinha condições de fazer. Como é que se vai fazer, por exemplo, numa cidade de pouca densidade de bancários, criar um ambulatório para que, para ficar às moscas? Então já havia a compreensão para necessidade de convênios dos institutos...

LO - Das comunidades de serviços?

LV - Sim, exatamente. Seria o que hoje é chamado de comunidade de serviço, mas naquele tempo já se pensava, já se esboçava os convênios, por exemplo, antes dos bancários terem o hospital dos Bancários, que é hoje o Hospital da Lagoa, os bancários fizeram um convênio com o IAPM e ocuparam um andar do Hospital dos Marítimos, no Andaraí. Eu mesmo estive internado lá para ser operado, no Hospital dos Marítimos. Então, essa associação dos institutos, que era a fusão, mas que deveria ser processada de uma [forma] planificada e científica, ela foi atabalhoadamente executada por um projeto demagógico, um projeto liquidacionista e um projeto empreguista, por que se criou esta estrutura deformada do INAMPS, que agora mesmo, recentemente com o Ministro Waldir Pires, numa entrevista, ele disse que sabia que ia pegar um abacaxi, mas não tinha noção do tamanho desse abacaxi. Citou como exemplo que na administração dele, ele se deu conta de que o superintendente de um estado grande como São Paulo não se conhecia, o superintendente do INPS não conhecia o superintendente do INAMPS, nunca tinha conversado com ele, nem do IAPAS, então eram departamentos estanques criando coisas, e sem estar voltado evidentemente para o associado... Diga.

MC - Então o senhor acredita que nesse período que o senhor estava lá no IAPB, 1940, que o senhor tinha contato com esse cadastramento individualizado, isso aí foi extinto por essa política na época da unificação?

LV - Eu não acredito que só tenha sido isso. Eu acredito que o crescimento também, o crescimento sem a utilização de recursos. Porque o computador à parte, eu trabalhei em computador ainda no sistema Hollerith do Banco do Brasil, fui um dos primeiros funcionários do setor mecanizado do Banco do Brasil, ainda no sistema de cartão perfurado, foi o que? Foi em 1948, por aí, então eu acredito que o crescimento tenha sido superior ao aparelhamento técnico, então tenha atropelado. Eu acredito, não sei, não posso afiançar por que não vivi lá dentro isso, mas como eu participei indiretamente como dirigente sindical, da convivência da administração do IAPB, eu sei que o IAPB, pelo menos o IAPB, talvez que era maior, o IAPC talvez tivesse se perdido, mas o IAPB tinha o controle individualizado dos seus associados. Se buscasse uma informação, podia se demorar e tal e coisa, mas tinha a informação. Ninguém deixava de ser atendido por falta de localização, ninguém deixava de ser... Evidentemente que as aposentadorias só começaram a surgir daquela época por que fundada em 1934, 30 anos só a partir de 1964, eu não cheguei a assistir as aposentadorias, pelo menos por tempo de serviço, assim com a intensidade de hoje.

MC - O senhor se lembra da época que o senhor trabalhou no IAPB, nesse período, sobre os benefícios que eram dados, como é que, conseguidos, o senhor disse que tinha a pasta lá preta...

LV - Não, tinha a pasta de cadastro, as coisas de toda a vida, as coisas iam sendo mandadas para lá, mas havia uma seção de benefícios e havia os processos de benefícios. Na época em que eu trabalhei lá, tinha um bom ambulatório que atendia ali na Praça XV, no edifício da Bolsa de Valores até, era onde funcionava o ambulatório do IAPB, com um bom atendimento médico, mais tarde houve, na rua 13 de maio, no Edifício Darke. Mas naquele tempo era só na Praça XV, onde funcionava inclusive a agência, quer dizer, o atendimento local, que eu era da sede, eu era, vamos dizer, matriz, eu era Brasil. O Rio de Janeiro funcionava na Praça XV, que chamava... Não sei se naquele tempo já chamava delegacia, não sei se o nome era esse ou se era agência, mas já tinha uma distinção do Rio de Janeiro.

LO - Delegacia regional?

LV - Então essa funcionava na Praça XV e os benefícios eram benefícios de enfermidade, tinha benefício de reclusão de quem era preso, o único benefício que estava suspenso naquela época era o benefício de aposentadoria por tempo de serviço. Este estava suspenso e só foi restabelecido com a Lei Orgânica da Previdência Social, em 1960. Antes estava suspensa a aposentadoria por tempo de serviço. Como a maioria dos bancários, fundada em 1934, não chegou a sentir a gravidade disso, mas não havia, estava suspensa a aposentadoria... Havia aposentadoria só por velhice e por invalidez. Invalidez, tinha o benefício enfermidade, a pessoa comparecia à junta médica e se no fim de dois anos a pessoa não tinha condições de voltar a trabalhar, então o benefício enfermidade era transformado em aposentadoria por invalidez. E tinha a invalidez temporária, que era por prazo determinado e a pessoa tinha que se submeter à nova junta médica. Tinha a invalidez definitiva, quando era constatado mesmo, por laudo médico, que não havia a possibilidade de recuperação. Então eu acho que os principais benefícios eram esses. Mas tinha outras atividades; tinha uma excelente carteira imobiliária com construção de imóveis para aluguel e também de concessão de empréstimos para construção de moradias, em menor quantidade porque naquele tempo se dava ênfase ao problema do aluguel. O aluguel não era caro nem era o absurdo que é hoje em dia, então se construía muitos conjuntos habitacionais e já naquela época não propriamente em 1940, mas mais tarde até 1944, 1945, teve o grande edifício da Senador Vergueiro 200, que foi construído pelo IAPB. Foi um dos maiores edifícios da época, com uma quantidade enorme de unidades habitacionais, inclusive na distribuição disso, o sindicato atuou porque, por um problema de deformação da Previdência, se construiu um imóvel para dar rentabilidade à aplicação do custo do imóvel, o valor dos aluguéis, ficaram inacessíveis para a massa de bancários associados. Então houve uma tendência para alugar a terceiros, e aí o sindicato entrou protestando... Construiu esse com patrimônio dos bancários para alugar para terceiros e na verdade, aquilo era uma reserva técnica, porque era um patrimônio, mas alugar a terceiros não estava se beneficiando. Então o sindicato entrou e foi uma luta muito grande e depois se chegou a um acordo em que se destacou um determinado número de andares que seriam alugados a aluguéis altos para pessoas de maior alcance e, como compensação, os outros eram então alugados aos bancários a preço mais módicos e isso foi executado... Engraçado que naquele tempo, e eu me lembro, por exemplo, na greve de 1946, quando os bancários tiveram um aumento de 300 cruzeiros (que para muita gente representou cerca de 120% de aumento), então o sujeito ganhava menos de 300 cruzeiros. Eu, no Banco do Brasil, já ganhava uns 1200 mais ou menos, então, ou mil e poucos, mais de mil era, pois eu entrei com 1050 em 1943. Então muitos desses apartamentos alugados a pessoas com mais valor foram alugados a funcionários do Banco do Brasil. Daí porque até hoje muito funcionário do Banco do Brasil mora nesse Senador Vergueiro, 200.

MC - Já que o senhor está falando dessa parte da carteira imobiliária, e pegando mesmo esse exemplo do edifício da Senador Vergueiro, quais eram os critérios definidos pelo instituto para alocar os apartamentos a bancários?

LV - Bom, isso variou muito. Em princípio, as administrações não tinham critério, desejavam não ter critérios. Mas por força do sindicato, era obrigada a ter critérios. Nós tivemos até um presidente do sindicato eleito por uma chapa, naquele tempo era uma chapa conservadora e que era um cara que a gente combatia muito, porque era um sujeito meio ligado à policial, não vou citar o nome porque não interessa.

MC - Qual o nome do presidente do sindicato?

LV - O nome dele? Ah! vamos lá, Cesário. O Cesário, funcionário do Banco do Brasil, contou em assembleia uma história muito engraçada. Ele disse que ia passando muito inocentemente pela Praça Afonso Pena e queria um apartamento para morar, então perguntou a um porteiro: “Escuta, não tem apartamento vago aqui?” “Ah! Tem” “Tem? Qual é, tal?” “Quem é o proprietário?” “É o IAPB...” “Ah! o IAPB!” Então foi no IAPB e conseguiu o apartamento para ele, então isso era um critério, critério daquele cara que não era ligado à classe e tal. Essa explicação ele deu em assembleia. Então eu não estou dedurando ninguém, eu não estou falando mal porque foi ele mesmo que contou, e até estou transmitindo e parece que eu acreditei na informação dele. Então, havia essas tendências assim, esses critérios. Mas as vigilâncias dos bancários quando descobriam criavam uma quizomba tremenda e aí então formavam-se comissões, e aí vinha processo de classificação, aí se estabeleciam alguns critérios. Então, os critérios eram de antiguidade, de família mais numerosa, de situação mais difícil de moradia. Então houve, por exemplo, nessa da Senador Vergueiro, 200, houve uma comissão que selecionou e classificou. Lógico que não foi totalmente cumprida não porque houve intervenção no sindicato em 1946, então esse processo não estava completo, então pode ter havido bastante furo. Não garanto que não tenha havido.

MC - O critério salarial era ...

LV - Também... Mas inversamente, aquele que ganhava menos, ele tinha mais necessidade de ter, não era o que ganhava mais que tinha mais ponto, não. Quem ganhava mais tinha condições de procurar em outro lugar. Os critérios geralmente eram estes: situação de moradia, que eu me lembre assim, pode ser até que minha memória esteja me traindo, mas situação de moradia, tempo de profissão, família, número de familiares, salário, poder aquisitivo, inversamente proporcional, o poder aquisitivo, e essas coisas assim.

MC - Senhor Viegas, por favor, o senhor falou de auxílio à enfermidade e também auxílio à reclusão. Em termos de enfermidade, quais eram as doenças mais frequentes?

LV - A mais frequente era a tuberculose. Na época era a tuberculose. Nós chegamos a ter um sanatório Cardoso Fontes, que é hoje o Hospital Cardoso Fontes, que também foi bagunçado. Este Sanatório Cardoso Fontes chegou a ser modelo no Brasil, ele tinha método de tratamento, era o doutor Aníbal Gouveia, que era o diretor desse Sanatório, exercia uma técnica moderna de tratamento, onde os doentes não se sentiam doentes e tinham inclusive uma emissora de rádio interna e que divulgava hora, fazia programa de calouro e tudo mais e tal, para mostrar qual era o ambiente. Uma vez o *speaker* transmitindo disse: "O fulano hoje não vai se apresentar porque está doente". Quer dizer, ele tinha tido uma hemoptise, ou tinha tido um problema qualquer que agravou a doença dele, então o *speaker*, ao anunciar na rádio interna desse Sanatório que aquele artista não ia se apresentar, o *speaker* não ia trabalhar porque estava doente.

LO - Mas como é que você sabe dessa história?

LV - Porque eu vivi isso, porque eu frequentei o Sanatório, visitei, me interessava e, é a história oral que passa. Estou eu fazendo história aqui, transmitindo para que você vá saber também. Amanhã você vai dizer também. O próprio Aníbal Gouveia, com quem eu

convivi, foi meu amigo, foi vereador, ele contava isso também, e contava emocionado e ao mesmo tempo empolgado com o trabalho que ele fazia. O doente entrava para lá e se esquecia que estava doente, e era um tratamento moderno.

NM - Um médico que nós entrevistamos falou que num determinado período da história dos IAPs, ocorre junto ao IAPB um caso de uma epidemia de loucos, ou seja, diversas pessoas foram aposentadas utilizando a loucura como argumento. A loucura era alguma coisa constante no meio da categoria?

LV - Não. Houve um certo período que o *stress* e a contradição entre as necessidades pessoais e o convívio com grandes somas de dinheiro andaram criando neuroses. O conflito entre o homem que manipulava grandes somas, vultosas somas, um caixa, por exemplo, que ali trabalhava com somas fabulosas e não tinha às vezes o dinheiro para atender um remédio do filho e tudo mais. Eu acredito que isso tenha criado conflitos, tenha criado traumas, agora...

MC - O senhor, delimita, assim, uma época?

LV - Não, não, eu acho que isso é permanente, isso inclusive deve se agravar nos momentos de crise e...

LO - Mas não seria uma fraude?

LV - Agora, eu não sei até que ponto pudesse ser utilizado esse negócio como, vamos dizer...

Fita 3 – Lado A

LO - O senhor estava falando que não sabe até que ponto isto poderia se utilizado como um recurso...

LV - É, eu não sei até que ponto como um recurso, nem para conseguir o benefício. Mas para se livrar de algumas perseguições patronais, porque havia casos em que bancários que sabiam que iam ser demitidos, por exemplo, e um colega do setor de pessoal, ou qualquer coisa, passava a informação de que havia uma hipótese dele ser demitido. Aí, o sujeito, em legítima defesa, corria e bancava o louco, ou ele já era um pouco, ou de qualquer forma isto pode ter acontecido. Eu até vou fazer uma confissão: em determinada época eu fui muito perseguido no Banco, por atividade sindical, e fui removido para Madureira. Eu morava em Laranjeiras, tinha dois filhos pequenos, ajudava em casa e tal e coisa. A gente não ganhava, embora esse negócio de dizer que funcionário do Banco do Brasil ganha muito e tal e coisa, não é que ele ganhe muito, é que os outros é que ganham muito pouco, então dá impressão que ele ganha muito. Se comparado com os outros ele ganha muito, mas ele talvez não ganhe o necessário. Os outros que ganham uma miséria. Então eu tinha dificuldades, eu levava uma vida contadinha, e de repente o banco, para me aborrecer, para criar dificuldade para minha atividade sindical, me transferiu para Madureira. E eu fiquei em Madureira, evidentemente que não parei de militar em sindicato. Pelo contrário: pela primeira vez Madureira começou a participar da atividade sindical, teve cartaz na rua, acabei fazendo até campeonato de futebol em Madureira, e talvez até não tenha sido por acaso que a primeira delegacia do sindicato foi fundada em Madureira. Mas eu tenho consciência de que passei, e sabendo que era uma perseguição,

que o efeito era me deslocar do sindicato, eu me desgastei muito mais, porque cumpria com minhas obrigações no banco, e redobrei a minha atividade para mostrar ao banco que isso não adiantava. Fiz com que Madureira tivesse uma atividade sindical como lá muito tempo não havia, como nunca tinha havido em Madureira. Eu levei para lá a semente. E da mesma forma que eu levei, o Trajano levou para Campo Grande, o outro levou para Glória, e o outro, os que foram transferidos para agências metropolitanas e tal e coisa, fizemos questão de derrotar o banco espalhando, em vez de impedir, a atividade de um sindicalista. Nós criamos núcleos de sindicalistas nestes lugares. Isto evidentemente me desgastou, e eu passei a ter, não digo neurose, mas passei a ter estafa, e no fim de dois anos, que passei dois anos, e ainda com aborrecimentos porque como eu fazia questão de ser um funcionário inatacável, já que tinha brigas com o banco em matéria de atividade sindical e política, eu fazia questão de não dar motivos funcionais. Então eu me desdobrava para cumprir com as minhas obrigações funcionais, e sempre cumpri com as minhas obrigações funcionais. Isto em alguns administradores, não todos, vamos fazer justiça, que um dos grandes amigos que eu tive, um homem que me compreendeu muito, foi o gerente desta agência de Madureira na época, um dos gerentes que lá passou. E até não posso me queixar; o outro gerente também, pessoa que me compreendia e tal. Eles me ampararam, mas às vezes, eu tinha questões que me traumatizavam: só viajar num trem da Central do Brasil, porque o lotação não só demorava muito mais, como era mais caro. A gente pegava o lotação e ia pela Avenida Brasil, Lobo Júnior, Irajá, não sei o quê, e até chegar em Madureira eram 40 e tantos, 50 minutos. Eu tinha que pegar, entrar às dez para o meio-dia, então a que horas eu almoçava para sair de casa. Depois saía e jantava tarde, porque ia para a atividade sindical e tal. Durante dois anos essa vida, esses embates e tal, me desgastaram. E eu cheguei a um ponto em que eu não estava nem com uma neurose, nem estava louco, muito menos louco. Mas eu já estava num *stress* que mais dia menos dia podia se transformar numa neurose ou numa coisa qualquer. Quer dizer que eu não estava totalmente doente, nem estava bom. Mas aí resolvi juntar o útil ao agradável...

LO - Isto foi em que ano mais ou menos?

LV - Isto foi exatamente, vamos dizer, fui transferido para Madureira em 1951, e deve ter sido em 1953, 1954, por aí; 1953, mais provavelmente. Então eu resolvi juntar o útil ao agradável e comecei a exagerar o meu estado nervoso. De vez em quando dava uns chiliques dentro da agência, e tal, errava um trabalho, errava, fazia um trabalho, fazia uns balancetes e tal e coisa, e errava, e aquilo não podia ser rasurado. Quando eu errava, era à mão que eu fazia, errava e ia ter que rasgar mesmo, então eu rasgava aquilo com dramaticidade: "Ai, não faço mais essas coisas assim e tal", pensando, arquitetando, justamente recorrer ao serviço médico do IAPB, para mostrar que eu não poderia continuar naquela tarefa, porque eu ia acabar ficando neurótico mesmo. Deixar de ter atividade sindical eu não ia deixar, senão eu ia acabar um funcionário neurótico. Então eu fiz isto a tal ponto que eu acabei, eu disse: "Bom, agora está bom, vou pedir uma licença", e fui para o médico, fui para uma junta pedindo uma licença para tratamento de saúde de trinta dias, e eu me portei muito bem como neurótico, ou um de fato estava um pouco, que o médico me deu quarenta e cinco dias, depois foi até um trabalho para eu reduzir. E durante esses trinta dias, como eu estava neurótico, tinha desculpa de que o laudo foi um negócio assim: o médico disse que eu estava com uma pré-estafa que poderia se transformar numa neurose, então eu precisava descansar. Como eu estava com isso, eu passei a ser o "cri-cri do cri-cri". Todo dia eu dava plantão dentro do gabinete da superintendência do banco, chateando aqueles caras: "Minha transferência! Eu tenho que voltar! Eu consegui a transferência mesmo, eu estava com um processo na Justiça do

Trabalho. O banco condicionou a que eu encerrasse o processo, e quando eu vi que era só este o obstáculo, eu encerrei o processo e o banco me transferiu, e eu vim para a Carteira Agrícola, na Rua do Rosário, nº1. Então, como eu usei isso, pode ser que eu não seja o único sabido, ou iluminado, pode ser que outros tenham feito isso, não é, como legítima defesa de classe.

LO - Mas o senhor considera que havia liberalidade dos médicos em dar este tipo de...?

LV - Não. Não acredito nisso, pelo seguinte: o médico que me examinou, é verdade que era uma junta médica, mas foi um só, acho que esse achou que "Não, esse rapaz está mesmo perturbado"- porque, lógico, eu andei me informando como era que procedia um cara que estava. E a primeira coisa foi dizer para ele que eu não estava sentindo nada, que eu não tinha nada, que eu não estava doente. (risos). Agora, quando falou em trem, me perturbei; e exaltei e tudo mais e tal e coisa, e ele deve ter achado; que "Esse cara não está bom mesmo", e eu sei que não me deu trinta, me deu 45 dias. Depois foi até uma luta para eu interromper, que eu não queria ficar quarenta e cinco fora do banco. Eu tive que dar jeito. Aí sim, precisei recorrer a conhecidos e amigos, para cancelar, para suspender a licença porque eu não podia voltar a trabalhar...

MC - O senhor teve que fingir que estava bem, não é?

LV - É. (risos)

NM - Seu Viegas, deixa eu voltar um pouco atrás, voltar...

LV - Mas foi em legítima defesa. E não era fraude. Vocês hão de convir que um negócio desses era legítima defesa. Nós temos um outro colega que era um sindicalista e ele ia ser demitido com estabilidade, com tudo mais, porque com a criação dos institutos, o decreto que criou os institutos estabeleceu aos dois anos. Então quem entrou antes de maio de 1943, antes de maio de 1943, exatamente, que é CLT conseguiu estabilidade aos dois anos. Eu, por dois meses, peguei estabilidade aos dois anos. E tinha muito bancário. Pois bem, apesar de estável e tudo o mais, eles faziam uns processos aí para demitir o sujeito. Quando o sujeito sabia que ia ser demitido, ele usava uma legítima defesa dessa se houvesse conivência de médico (eu acredito que podia haver em alguns casos) mas às vezes não havia não. No meu caso não houve... No meu caso não houve. Eu nem conhecia o médico que me examinou. Agora, eu busquei informações com médicos conhecidos, mas que não eram do IAPB.

MC - Seu Viegas, a que o senhor atribui essa frequência de tuberculosos em processos de enfermos?

LV - Bom, tuberculose, uma vez numa palestra aqui no Sindicato dos Bancários, o doutor Aníbal Gouveia, tisiologista, disse que a tuberculose era a doença do pobre. Aí disseram: "Bom, alguns vão contestar porque há muito rico que adquire tuberculose." Mas vocês vão verificar que, geralmente, o rico que adquire tuberculose é o boêmio. É o rico boêmio. É o rico que não come, é o rico que não se alimenta, é um rico subnutrido que só bebe, que faz extravagância, que se cansa muito, tal e coisa. Então, não é que bancário tenha mais tuberculose, é que o povo brasileiro durante muito tempo, a doença principal do povo brasileiro é a inanição. No bancário, como não tinha inanição total, era alimentado,

mas subalimentado, talvez numa profissão muito reclusa, parada, não é? Ou então o ambiente contaminado ou lá o que seja, a doença que mais ocorria era a tuberculose.

MC - Como é que o senhor avalia assim a origem social dos bancários? Qual é a origem? O senhor tem alguma...

LV - É classe média baixa, quer dizer, classe média C, ou sei lá qual é a classificação que se dá hoje em dia. Mas olha, o bancário é o operário alfabetizado, que escapou da fábrica. E é o comerciário que saiu do balcão. É isso, um cara que sabia pouco mais de aritmética, e talvez soubesse bater à máquina.

MC - Mesmo no Banco do Brasil?

LV - Bom, no Banco do Brasil tem de tudo, no Banco do Brasil tem atrativo, porque durante um certo tempo, o Banco do Brasil foi um dos melhores empregos do País. Você vê, no interior, principalmente, o sujeito ou era o prefeito, ou comandante do destacamento do Exército, não é, o juiz, o padre, e o gerente do Banco do Brasil era a alta sociedade, a elite do município. E o funcionalismo do Banco do Brasil, como se exigia um concurso que, vamos e venhamos, é uma das virtudes que eu não sei explicar direito, mas que o Banco do Brasil conserva até hoje. Apesar de todas as épocas de ditadura que passaram aí, o empreguismo não floresceu no Banco do Brasil, e o ingresso continua sendo por tradição, por concurso -com algumas exceções para confirmar a regra, mas no fundamental o ingresso é por concurso. E o concurso, em muitos casos, é rigoroso. Então, em decorrência disso, passa a haver uma certa seleção, mas que não é uma seleção, vamos dizer, de faixa social, mas é mais de instrução. Então, a gente vê às vezes, o filho de um operário ser funcionário do Banco do Brasil. Eu mesmo tive um colega que o pai dele tinha sido operário de construção civil, semianalfabeto, mas ele, com muito esforço e tal e coisa, muita coisa até de autodidata, ele se instruiu, e fez concurso para o banco e passou.

NM - Ser bancário então dava prestígio social?

LV - Não. Ser bancário não, mas ser funcionário do Banco do Brasil dava. Antigamente dava. E ser bancário, em relação a outras determinadas profissões, dava. Por exemplo, você vê que em um clube de cidade do interior geralmente existe o caixeiral e o comercial, então no Rio Grande do Sul tem sempre o caixeiral e o comercial. Eu acredito que no Nordeste também é mais ou menos isto, com outro nome. Um bancário talvez fosse admitido no comercial. Já um empregado de balcão de comércio, só ficasse no caixeiral. Então, dentro, se é possível estabelecer uma hierarquia assim, um trabalhador de mão suja de graxa poderia ser discriminado em relação a um trabalhador de balcão de banco. O ambiente mais limpo, às vezes até muito luxuoso, o que faz parte do trauma também, desta psicose, do contraste do sujeito trabalhar num lugar super luxuoso e morar num lugar bem mais modesto. Mas tinha funcionários, é verdade, contínuos, do Banco do Brasil, que moravam em favela. Tinha, eu conheci. Agora, não tem dúvida nenhuma que até dentro da nossa sociedade o bancário pode ser considerado assim, vamos dizer, um estágio acima dos demais trabalhadores, mas por condições inferiores. Mas hoje, por exemplo, um metalúrgico qualificado é muito melhor remunerado que um bancário. Um operário especializado, um operário de petróleo, ou não sei o que, ganha mais do que um bancário. Bancário não ganha bem, não. Funcionário do Banco do Brasil hoje em dia não ganha bem!

LO - Seu Viegas, o senhor podia nos dar um roteiro breve da sua ação sindical? Quer dizer, o senhor começa no sindicato na década de 1940, não é, 1945?...

LV - Não, exatamente. Bom, no IAPB eu fiz alguns movimentozinhos assim, de caráter político que eu me lembre. Houve uma reunião de chanceleres aqui no Rio de Janeiro, em que até se destacou Videla do Chile, que era democrata. Veja você como o mundo dá voltas, não é! E nós estávamos em pleno Estado Novo ainda, era 1941, 1942, e o Oswaldo Aranha era Ministro do Exterior. Então, empolgado naquele negócio lá, na luta antifascista e tal, no IAPB chegou a haver um negócio quando o Brasil rompeu, houve aquele negócio, perseguiram os alemães e italianos e tal e coisa, houve fechamento, empastelamento de jornais. Nós tínhamos uns colegas que eram integralistas, andaram sendo perseguidos, uns até foram presos. Não dedurávamos nem coisa nenhuma. Eu, por exemplo, tinha na minha seção um cara que defendia Hitler. E defendia, digo, o nome dele porque o pai dele era diretor do jornal Integralista *Ofensiva*. Era Vitoriano de Oliveira. O Vitorino defendia nazismo. Outro, Nelson Shurco, que era descendente de italiano, defendia Mussolini, defendia... E nós coexistíamos, e nós debatíamos democraticamente. Como empregados, ninguém dedurava ninguém. Durante aquele negócio, nós sentíamos, eu senti que tinha que fazer alguma coisa. Então, empolgado com aquele acontecimento, que no Brasil um ministro de relações exteriores se levantava criticando o Eixo, e o Getúlio tinha feito um almoço a bordo do Minas Gerais, com o Dutra, e tinha cantado loas a Hitler, e ao fascismo e tal, então aquela mudança a gente tinha que aproveitar. E eu achei que tinha que aproveitar, então fiz um telegrama ao Oswaldo Aranha e saí colhendo assinaturas por dentro de todo o IAPB. E tenho em casa, até hoje, a resposta do Oswaldo Aranha. E tenho uma cópia dessa...

NM - Qual é o teor dessa resposta?

LV - Agradecendo o respaldo à atitude, e não sei o que, e que evidencia o patriotismo, uma coisa assim normal, o usual, a chapa usual. Mas endereçada a mim, que era o cabeça, e tenho uma cópia das assinaturas colhidas, e a minha e a primeira. Está lá, a primeira. Então, no IAPB eu fiz isto, e além de participar da parte esportiva, quando eu vim para o Banco do Brasil, me senti rico. Porque eu estava recebendo líquido 470 mil réis. Foi já no Banco do Brasil que houve a transformação do cruzeiro. Mas eu ganhava 470 mil réis, e passei a ganhar, inicialmente, 850 brutos. Mas veja já era uma diferença, e logo depois o banco descobriu que estava me pugnando, e por iniciativa própria dois ou três meses depois, já pagava 1050. E note-se, eu entrei em março, quando chegou em junho eu recebi uma gratificação. Então, puxa no fim do ano eu recebi uma gratificação de Natal e mais uma gratificação em janeiro dos lucros do balanço. Eu fiquei rico, fiquei rico... Cheguei a juntar dinheiro, que eu nunca fui perdulário, nunca fui esbanjador, eu era solteiro, ajudava em casa e tudo o mais. Passei a pagar aluguel sozinho quase, tal e coisa, um negócio assim... Eu fiquei rico. Então me dediquei ao trabalho, e era um funcionário excepcional. E depois tinha o seguinte ilógico que eu tinha estudo, tinha feito até o sétimo ano de engenharia, estava fresquinho, tinha 19 anos, com toda a capacidade, empolgado com o trabalho, e tal, e comecei a me destacar como um funcionário competente, era elogiado pelos chefes, e me transformaram... Lembro-me que uma vez tinha um negócio, um setor lá que era muito difícil, que lidava com moeda estrangeira, e eu fui lá e tirei de letra aquele negócio, aquela conversão, de libras, xelins e não sei mais o quê , e aí, a fama! Aquele cara excepcional, não sei o quê, teve até um cara que me apresentou ao chefe lá. "Olha, este funcionário é muito inteligente, não sabe nada de banco, mais é muito inteligente...", essas bobagens, baboseiras, que, às vezes, o sujeito se deslumbra. Primeiro,

o entusiasmo de um jovem de 19 anos que, de repente, começava a ganhar o dobro do que ganhava. Aí, vem a campanha para a constituinte. E eu aí, já namorando e atividade político-partidária, porque vem a anistia, já participava... Participei durante a guerra, não é, já no IAPB eu participei de passeatas que fizemos pela rua, pela Avenida Rio Branco, fui ao Palácio do Catete, e tudo o mais, pedindo declaração de guerra, rompimento de relações, participei disso tudo...

MC - Mas os funcionários do IAPB faziam isso?

LV - Também, também. Vários funcionários. Eu me lembro que eu fui a numa passeata dessas e com vários funcionários, e tal, e com mulheres também, com colegas mulheres. Quando eu entrei no Banco do Brasil, aí continuei vivendo estes problemas todos, de anistia, de liberdades democráticas. Eu entrei em 1943, com o processo de anistia, esse negócio todo, e eu participava, e eu ia à concentração, ia a passeatas, ia a esses negócios todos, mas não no banco, estava lá, cumprindo com os meus deveres, quando chega a luta pela constituinte, começa a haver reuniões nos sindicatos, e eu aí já meio ligado assim, partidariamente, porque aí o Partido Comunista foi para a legalidade e tal, comecei a pensar se ia me filiar ou não ao Partido Comunista. E estou assuntando, estou ali vendo o acontecimento das coisas, e então aquelas pessoas com quem eu tinha contato, e eram comunistas no banco, e tal e coisa, um deles, o pai da Leila Diniz, Newton Sampaio de Castro Diniz, que viu em mim talvez assim, e, com a sensibilidade de comunista, ele: "Esse cara aí tem condições de ser recrutado". E se solou em mim, e me informava, me dizia das coisas que iam acontecer, e eu aí comecei a frequentar, em 1944, comecei a frequentar assembleias de sindicatos, sem ser sindicalizado ainda. Comparecia, olhava, e tal e coisa, ficava vendo. Eu vi Olímpio Fernandes Melo fazer discursos, inflamado, na luta pelos quadros, salário profissional e quadros, que eram as reivindicações da época. Bancários, Antônio Luciano Bacelar Couto, outro que me empolgava também assim era Vespasiano Lírio da Luz, era crioulo com um vozeirão, está vivo aí, é jornalista de turfe. É uma figura o Vespasiano, um vozeirão, imitando a voz, falava em assembleia, era um grande orador. Outro, o Almir Bastos, que era um baiano, uma metralha como orador, grande orador também, e assim várias pessoas que eu fui vendo.

MC - Todas elas ligadas ao Partido Comunista, não?

LV - Olha, até que os que eu citei eram. Havia uma hegemonia porque é tradicional nos bancários, até da formação, haver uma participação muito grande, eu não digo que uma hegemonia, mas uma participação muito grande de comunistas, de socialistas, e tal e coisa, no Sindicato dos Bancários. Então eu comecei a viver isso e quando eu me filiei, antes ao Partido Comunista, em seguida me filiei ao sindicato.

MC - O senhor se filiou em 1944?

LV - Em 1945.

MC - 1945.

LV - 1945 me filiei ao sindicato.

NM - Em 1946 houve uma greve dos bancários...

LO - Deixou em seguido o roteiro dessa participação sindical...

LV - É, esse aí que foi o negócio. Então as primeiras atividades que eu tive que foram o negócio. Então as primeiras atividades que eu tive, participando assim de assembleia, e tal e coisa, mas sem falar. Não participava, não falava, porque na minha infância eu sempre fui muito retraído, encabulado na minha primeira fase de infância. E eu tinha um ódio disso, de eu ser encabulado. Então, no Pedro II, no segundo ano do Pedro II, eu comecei a criar problemas para mim para romper com essa timidez, para romper. Então comecei, entrei para o grêmio literário, fazendo uma poesia, que todo garoto faz uma poesia. Eu fiz uma poesia e tal, e tive que ler a poesia defronte do colégio todo. Então, o colégio balançava na minha frente, aquele negócio. Eu não sei se os outros ouviram, eu não ouvi o que eu disse. Agora, se os outros ouviram eu não sei, e aí criei, comecei a criar coisas assim, criar, eu mesmo criava problemas para me defrontar com eles, para poder enfrentar. E aí perdi inteiramente, até acho que perdi demais, então aí me larguei. Mas então 1945, na campanha da Constituinte, eu participava dos comícios, das passeatas, e tal e coisa, e dos atos do sindicato, mas como assistente. Era um mero assistente, ouvindo, não entendia direito as coisas, apenas acompanhava, sabia o que eu pretendia, achava justo, achava que era bom uma Constituinte, e tudo o mais, mas não tinha nenhum sentido assim de liderança, ou de coisa nenhuma.

Fita 3 - Lado B

LV - Essa participação na Constituinte foi a minha primeira atividade no sindicato. Foi essa participação nas assembleias que o sindicato fazia para Constituinte, e nós enfrentávamos na época uma incompreensão de setores até avançados, socialistas, ligados, por exemplo, à então chamada esquerda democrática, que era ligada a um apoio ao Brigadeiro Eduardo Gomes da UDN. Eles pensavam muito parecido com a UDN, mas só que tinham mais o sentido de socialismo também. Como os chamados "queremistas" naquela época defendiam, começaram a defender a Constituinte, até alguns achando que isso era interesse de continuidade de Getúlio, haveria nisso uma manobra de continuísmo de Getúlio. Então havia uma confusão entre aqueles que defendiam a Constituinte como uma necessidade de reformulação constitucional, acabar com a Constituição de 1937 que era a que estava em vigor, onde a greve era um crime, era proibido fazer greve. Todo mundo era proibido de fazer greve, e colocar uma Constituição que fosse consentânea com a posição do Brasil no concerto das nações que lutavam contra o fascismo justamente. Mas o antigetulismo era tão flagrante que fazia com que essa camada, que era uma camada progressista, se contrapusesse à Constituinte, porque achava que Constituinte era uma manobra de perpetuação de Getúlio. Então nós tínhamos pegas tremendos no sindicato, com essa corrente, pessoas que depois vieram a trabalhar junto com a gente no sindicato, e tudo o mais, mas o negócio foi sério. As assembleias eram assembleias de milhares, debatendo a Constituinte, coisa que hoje com a democracia que nós temos, com as facilidades... Naquele tempo não havia democracia não, havia uma tendência democrática, uma abertura democrática, porque o Brasil estava brigando, estava ao lado das Nações Unidas e estava brigando na Itália. Então havia uma tendência, mas aqui dentro os fascistas e a quinta coluna agiam. Então para chegar a polícia, de repente, e fechar um negócio desses, não precisava muita coisa não. A liberdade no sindicato não era total. Então a discussão, o pau quebrava, não fisicamente, mas as discussões eram acaloradas e, às vezes, o negócio quase que partia para. E esse foi o meu batismo de fogo no sindicato, mas como elemento passivo. Sem ter nenhuma...

MC - O senhor já dentro do Partido Comunista?

LV - Eu já filiado também ao Partido Comunista, mas também assim como uma pessoa que participava. Participava, eu era um elemento inexperiente, iniciante. Aí vem 1946. Movimentos bancários crescendo, nos bancos particulares, porque a reivindicação naquele tempo era salário profissional e quadros, coisa que existia no Banco do Brasil. E os escalões que se pleiteavam na época, os valores que se pleiteavam na época para salário profissional, os do Banco do Brasil eram mais elevados. Já se ganhava mais do que o que era pleiteado pelos bancários em geral. Mas era a reivindicação que empolgou, que era uma reivindicação que tinha sido construída dentro dos bancos, com comissões sindicais em cada banco. Cada banco tinha uma comissão sindical atuante, e vários bancos com uma atividade sindical muito grande. Aí vem o negócio: intransigência dos patrões em negociar, e tal e coisa, e já a Constituinte eleita, já o Congresso, a Constituinte instalada, já na fase de transição. Já na fase de posse do Dutra, porque foi em janeiro, Dutra parece que tomou posse em 15 ou 16 de janeiro de 1946, e a greve foi no princípio de janeiro, uma coisa assim, não me lembro bem... O fato é que se deu a greve. Então, eu com a minha consciência política, consciência sindical e tudo o mais, estou na greve, também. Estava reivindicando em greve de solidariedade, mas estou na greve. E estou na greve, e mobiliza o pessoal do Banco do Brasil, para a greve já, e nos preparativos da greve. Aí eu comecei a participar nesses preparativos, já acompanhava a diretoria, já servia de moço de recados. Eu, várias vezes, assisti as reuniões da comissão de negociação, no ministério, e a massa reunida defronte ao Ministério do Trabalho, e eu levava as notícias de cima para baixo. Uma vez quase que boto o barco a perder lá, porque transmitido um negócio que não era taticamente certo, quase precipitei a greve, que não era para sair assim. O Olímpio teve lá um trabalho danado, porque eu fui dizer que havia uma, parece que foi mais ou menos isso, disse que o ministro, como estava se empossando, novo ministro, achava que tinha que ter tempo para reestudar, qualquer coisa dessa assim. E quase que o pessoal sai em greve ali mesmo. O Olímpio teve que usar toda a sua capacidade de liderança e de oratória para não deixar que a greve se transformasse numa aventura, sendo deflagrada em praça pública. Mas, aí eu já falava. Já começava a dar uns recadinhos assim: "Oh, transmite isso aí". Aí eu, está papagaio. Aí veio a greve e eu como sou aquele cara que sempre... Depois que perdi a modéstia, passei para o exagero e estava sempre na frente. Aí, comissão sindical do Banco do Brasil, quem é um dos líderes da comissão sindical? É o Viegas. Eu estou lá, junto com outros companheiros, estou na direção da comissão do Banco do Brasil, que foi criada às vésperas da greve, para decidir se entrava ou não em greve, não sei o quê. E a gente forçou a barra e entramos em greve. Agora, lógico que entramos em greve, foi minoria do Banco do Brasil que entrou em greve. A maioria não entrou, porque não era reivindicação do Banco do Brasil. Mas, o presidente do Banco do Brasil na época, eu não me lembro quem era o presidente na época. Lá, procurado por um repórter, ou qualquer coisa, disse que achava justo que o funcionalismo do Banco do Brasil fosse solidário com seus colegas. Aí isso saiu no jornal. No dia seguinte, estava o Banco todo na greve (risos). 100% na greve. E aí foi então aquele entusiasmo, aquele negócio... Aí que pegou fogo, e nós estamos lá. Nessa altura eu já ficava tomando conta de assembleia, das assembleias assim, do morno de todo dia: "Chegou a delegação dos operários do fumo, operários do estaleiro naval trazendo contribuição de solidariedade..." Eu estou lá na assembleia anunciando essas coisas, e tal, participando, participa lá de trabalhos, já participava antes do trabalho... Passar telegramas, fazer não sei o quê, e toda greve tinha toda uma articulação clandestina, para garantir a eficiência da greve, porque era uma greve nacional. Se os meios de comunicação legais fossem impedidos, se as diretorias dos sindicatos fossem presas,

havia diretorias não conhecidas, e havia códigos, e havia senhas, e só esse grupo é que conhecia, a gente não conhecia, e tal e coisa. Uma organização boa, perfeita, funcionando, estribada na massa e todos os elementos que havia no Brasil, por aí afora, participando. E a greve foi nacional. E aí, de repente o presidente do Banco do Brasil viu o tamanho da besteira de classe que ele tinha feito, e volta atrás: "Não, não foi bem isso que eu disse, não sei o quê" E foi um "Deus nos acuda", aí foi um negócio difícil de segurar, porque aí de repente, o Banco do Brasil quase todo volta. Lógico que continuou um contingente muito grande fora, mas a maioria voltou. Voltou, porque não era reivindicação do Banco do Brasil. Então era difícil, aquele emprego era muito bom. Para a época era um emprego bom, então era preciso uma alta consciência política, sindical, tal, para o sujeito continuar numa luta, numa greve por uma coisa que não ia alcançar. Então, talvez até na época, se a gente tivesse tido clareza, podia estabelecer um nível de crédito, assim, vamos dizer, parcelado, do Banco do Brasil como solidariedade, mas não obrigatória. E então, ficou um ambiente desagradável porque uma grande parcela voltou ao banco. No interior então, o negócio ficou mais sério, e isso criava um desestímulo para os companheiros dos outros bancos que estavam em greve. E até podia criar um atrito. Aí foi importante o nosso papel, porque nós continuamos. Houve um punhado que continuou. Então eu que era aquele funcionário excelente, que estava surgindo com um futuro brilhante, citado pelos chefes, mostrado aí: "Olha que funcionário fabuloso que nós adquirimos, com três anos de banco, entra numa greve. "Antes de completar três anos, que eu entrei em março de 1943, e a greve foi em janeiro de 1946. Então, antes de completar três anos, esse funcionário não só entra em greve, como passa a liderar a greve. Logo no primeiro dia de greve, nós fomos distribuir um manifesto de solidariedade, de apelo ao funcionalismo do Banco do Brasil, para que entrassem em greve em solidariedade. Um apelo de solidariedade. Fomos para a porta do banco, quando chegamos fomos em cana. Fomos presos pela Polícia Especial, com aqueles carros, aqueles caras todos de boné vermelho. Queriam que a gente sentasse no caminhão da Polícia Especial, nós nos recusamos a sentar, e fomos presos uns dez, e eu estou no meio deles.

LO - Mas no plano assim, sindical, da ação sindical, ao entrar para a CONTEC, por exemplo...

LV - Ah! Isso foi muito tempo depois! Muito tempo depois. Então essa greve aí, foi mesmo batismo de fogo, isso foi o batismo de fogo, porque nessa greve nós fomos presos. Fomos levados para aquele negócio, um baixinho que estava lá, o cara que está convencido da sua peça da justeza da sua causa, e tal e coisa, embalado, na ponta dos cascos. Então, a sorte que a época não era uma época ruim. Era uma época de ascenso democrático, e era chefe de polícia do Rio de Janeiro o Ministro Ribeiro da Costa, que era um homem inclusive de formação democrática, não era um Filinto Müller. Então, nós, porque aí nós fomos recebidos, inclusive, não sei se por ele, ou pelo irmão dele que era um general, ou coronel ou major Ribeiro da Costa, irmão do chefe de polícia, que era da Ordem Política e Social, que nos ouviu assim... "E nós estamos no nosso direito, a troco de que nos prendem", esse negócio assim... Aí disse: "Os senhores estão provocando agitação, interrompendo o trânsito!" "Não senhor, quem estava provocando agitação e interrompendo o trânsito era o choque ostensivo da Polícia Especial parado defronte do Banco do Brasil, o aparato policial." Um negócio assim mesmo quixotesco. E a época era boa, [...] protegeram e fomos soltos. Nem dormi lá... A interferência do sindicato que mobilizou também, mobilizou parlamentares da Constituinte já: "Foram presos e tal e coisa, bancários, grevistas foram presos e tal e coisa", mas já correu no banco. "Viegas foi preso". Então, já no meu chefe lá, "Viegas foi preso". E fiz uma opção dentro do banco.

Daí porque eu não fiz carreira no banco. Eu fui um funcionário que seguiu o trâmite... Só tive durante todo o meu tempo do banco uma promoção por merecimento, o resto tudo foi por antiguidade, só tive uma por merecimento, quatro meses antes do acontecer 1964. Aliás, foi em 1963, que fui promovido por merecimento e em 1964 fui demitido. Mas aí, a greve continuou, a greve demorou 19 dias, e nós ficamos até o final. No fim, aqui no Rio de Janeiro, só uma centena, mais ou menos, de funcionários do Banco do Brasil ficaram até o fim. E como a greve foi vitoriosa, uma das cláusulas da greve foi dar um aumento geral de trezentos cruzeiros, inclusive para o Banco do Brasil. Então, nós ficamos assim como uma espécie de caras, aquele negócio, corajosos, uns não sei o quê... Não tinha nada disso, mas os colegas olhando. Tinha colegas que diziam: "Eu não sigo. Eu penso igual a você, mas não sigo seu caminho porque eu não tenho sua coragem." Eu dizia para ele: "Que coragem coisa nenhuma, às vezes eu estou morrendo de medo, o negócio é consciência, eu estou convencido de que está justo, vou, mas medo eu tenho. Medo sempre, não é? Instinto de conservação, medo é instinto de conservação. Então, aí, não parei mais. E aí não deixaram também eu parar mais. Aquele cara que participou...

NM - Rapidamente, o senhor poderia dizer assim, em poucas palavras, qual foi a sua trajetória no movimento sindical?

LV - Bom, então daí para diante eu participei em todas as lutas sindicais que aconteceram. De rua, de gabinete, de todo canto.

NM - E em direções?

LV - Aí houve intervenção em 1946, e o sindicato ficou sob intervenção durante muito tempo. Até que foram abertas eleições. E foram constituídas chapas. Mas naquele tempo, para concorrer à eleição tinha que ter atestado de ideologia...

MC - Isso foi em que ano?

LV - Olha...

NM - Eu tenho impressão que foi por pouco tempo, não?

LV - Não... 1946, deve ter sido uns dois ou três anos, por aí. Dois ou três anos, ou mais, ou mais... Eu sei que quando fui transferido para Madureira, o sindicato já não estava mais sob intervenção. Mas exigiam. E nós naquele tempo tínhamos uma compreensão política muito sectária. Nós éramos muito sectários.

MC - Foi na época do Manifesto de Agosto de 1950?

LV - É, é. 1950, antes de 1950. Nós éramos, eu até já disse num artigo que eu achava muito, eu me achava, me acho muito, me achava parecido com os PT's de hoje. Certo PT aí, mas que eu era exatamente isso. Era um cara idealista, bem intencionado, e tudo, mas achava que só eu estava com a razão. Só eu, eu, não. Nós, nós. O conjunto participava. E engraçado, não era só de comunistas. Era uma grande parcela de ativistas, comunistas e não comunistas. Muito petebista no meio disto também e tal. Mas sectários, todos. Quem estava contra nós... Leão! Leão, como aceitou ser interventor com a condição de que fizessem eleições e não sei o quê, mas como ele aceitou ser interventor, nós o chamávamos de pelego, hostilizávamos o Leão. E era um companheiro que sempre foi

um lutador sindical dentro do banco dele, sempre participou da greve, grevista, tudo, tudo. Sempre, mas porque aceitou uma intervenção, e com a compreensão que ele teve, aquele tal caminho, nós chamávamos de pelego, hostilizávamos, quase agredíamos. E ele até tinha uma atitude muito mais compreensiva do que nós na época. Bom, aí participando da primeira eleição, lógico, o trabalhador é muito objetivo. Ele não vai votar pessoa que ele sabe que não vai ser empossada, não vota mesmo. Embora na eleição a diretoria da chapa fosse daqueles que eram mais prestigiados líderes: Trajano era o cabeça dessa chapa, e tal, e eu era candidato ao conselho fiscal. Tiramos segundo lugar. Outra chapa, chapa consentida, mais conservadora, foi a que tomou posse. Cumpriu dois anos de mandato. Quando houve uma nova eleição, nós concorremos outra vez com aquela mesma, com aquele mesmo ranço, assim, de buscar os caras mais ou menos comprometidos politicamente, e tal. Também perdemos. Aí aprendemos. Aprendemos na prática, de tanto levar na cabeça, que não era por aí. Esse sindicato era lugar de todo mundo que fosse interessado na luta contra as arbitrariedades do patrão, por um desenvolvimento que fosse progressista, mas alguns até meio conservadores, não tinha importância. Mas o cara que estivesse disposto a participar de um conjunto, que lutasse por melhores dias. Com essa compreensão nós fizemos então uma chapa, e criamos uma corrente que se chamou Unidade Democrática, que até o nome já mostrava a autocrítica. Essa chapa então elegeu uma diretoria, que se estabeleceu na direção do sindicato mudando as pessoas, mas teve... O primeiro deles foi Humberto Menezes Pinheiro, depois teve Palhano, teve Campbell, até 1964 foi essa corrente, que era uma corrente bem ampla. Só quem era ultraconservador, não participava. A gente não questionava partido político, nem manifestação filosófica, religiosa, coisa nenhuma. Era ampla mesmo, era democrática mesmo. Precisava ter prestígio no banco. Geralmente o candidato já vinha precedido de uma indicação com listas indicando o sujeito para fazer parte da chapa. E ele entrava então de acordo com a importância do banco, tinha colocação na chapa, mas era aquilo ali. E assim desenvolvemos e crescemos, nessa época então, num congresso resolveu se dar execução à estrutura orgânica sindical, com a criação da confederação...

MC - O senhor foi da diretoria do sindicato?

LV - Não, nunca fui. Nunca fui da diretoria. Eu sempre participei como assessor, eu fui presidente do departamento cultural, tinha atividade, era respeitado e atuava nessas diretorias quase como um diretor, participava das reuniões de diretoria, e tudo mais, mas um mandato eletivo de diretor no sindicato eu nunca tive. Aí, nessa época, só existia no Brasil uma federação que era no Rio Grande do Sul. E o resto, tudo sindicato. Então, num congresso, não me lembro de que ano, foi estabelecido o esquema da necessidade de se criar pelo menos mais duas federações para a gente poder constituir a confederação. E aí resolvemos então criar mais quatro federações, e se estabeleceu quais seriam essas federações. Então, a federação em São Paulo, que congregaria São Paulo, Paraná e Mato Grosso; outra federação, a do Rio Grande do Sul, procuraria incorporar Santa Catarina; a federação de Minas Gerais que atingiria Minas Gerais e Goiás; outra federação do Rio de Janeiro, que pegaria Distrito Federal, que naquele tempo era aqui, Distrito Federal, Estado do Rio de Janeiro, e Espírito Santo; e outra que pegaria o Norte e Nordeste, com sede em Recife, pegando desde Bahia até o Amazonas e Acre. E assim foi feito. Começou a se executar isso, e eu recebi a incumbência de ajudar na formação da federação do Rio de Janeiro, que era daqui. Então, embora a diretoria provisória reunida naquele tempo, havia sindicato. O Rio de Janeiro, quer dizer, no Distrito Federal, que era este sindicato, sindicato do Rio de Janeiro, Espírito Santo, e Niterói, Campos, só estava em organização o sindicato de Petrópolis. E qual era o outro, havia... Ah! Itaperuna, existia mais Itaperuna.

Então nós tivemos, esperamos até a constituição do sindicato de Petrópolis para formar a federação. A comissão provisória dessa foi constituída por Roberto Teixeira de Gouveia, que era do Banco do Brasil, Jorge Santarelli, do Banco Ultramarino, o Nélson Pereira de Souza, do Banco de Londres. E eu ficava por trás, eu ficava trabalhando no processo. Então, trabalhei no processo, ajudei a criar, a terminar a carta patente do sindicato de Petrópolis, e aí quando foi constituída a federação recebeu carta, houve a primeira eleição para diretoria da federação. Aí eu fui eleito presidente da federação. Foi por consenso, eu presidente, o primeiro vice era do Espírito Santo, segundo vice era de Campos, secretário era de Niterói, e o tesoureiro daqui do Rio também. De forma que pudesse atuar. Daí eu fiquei na presidência da Federação até a 1964.

MC - De que ano a que ano o senhor ficou?

LV - Olha, a federação foi criada parece que em 1958, 1958 a 1964, então foram seis anos, quer dizer, um pouquinho mais. Eu estava no novo mandato quando, em 1964, deve ter sido em 1957 a eleição, uma coisa assim. Eu sei que eu fiquei esse período aí. Desde a fundação eu acho que foi em 1958 que foi fundada.... E aí, na federação, nós fundamos também a confederação, inclusive a primeira ata, porque eu era também representante. Além de presidente eu era representante da federação no conselho da confederação, em organização. Então, a primeira ata da confederação é lavrada com a minha letra, com os meus garranchos, e tal. E constituímos a confederação, mas eu não fui eleito diretor. Até o terceiro mandato quase, que aí então eu fui eleito secretário e depois, numa modificação que houve no estatuto, fui secretário-geral da confederação. Essa é a minha passagem...

LO - Em 1964 o senhor era secretário-geral?

LV - Eu era presidente da federação e secretário-geral da confederação, quando fui cassado. Agora, no momento em que nós criamos, elegemos essa primeira diretoria ampla, aí que se deu o vínculo maior com a Previdência Social.

2ª Sessão

Data: 07/08/1986

Fita 4 – Lado A

LO - Luiz Viegas, continuando daquele ponto em que nós estávamos, queria que o senhor fizesse uma descrição breve do trabalho na CONTEC, o que representava a CONTEC e a visão da Previdência Social dentro da CONTEC?

LV - É, eu pensei nesse intervalo que nós tivemos, pensei em como abordar agora, hoje, especificamente, a atividade na Previdência Social. Então verifiquei que a atividade dos bancários na Previdência Social se desenvolveu em várias etapas: a primeira etapa foi a da conquista do IAPB. Foi um agrupamento que quase coincidiu com a criação do sindicato, porque o sindicato, criado em 1930, a primeira grande luta que ele trava e faz uma greve, é pela conquista do IAPB em 1934, quer dizer, quatro anos depois faz uma greve, e essa greve era de caráter nacional. Uma articulação fundamentalmente entre Rio, São Paulo e Santos, que eram os pólos existentes na época, os sindicatos existentes na

época. Mas essa greve se dá em nível nacional com a participação de bancários em todo o Brasil. Foram uns com mais atuação, outros... Daí, a criação se tornou um fenômeno que os bancários sempre consideraram o IAPB como a sua organização. Não foi uma organização doada paternalisticamente como alguns outros institutos, não. Como foi uma conquista, os bancários tiveram zelo permanente, historicamente, na defesa da Previdência, isso até 1964. Então, a primeira etapa foi a da conquista e da organização porque, conquistado o IAPB, os bancários designaram alguns dos seus quadros para se transferirem como funcionários para a nova organização, para o IAPB. E lá dentro do IAPB eles vão organizar o instituto, em moldes a bem atender à coletividade, com o espírito de classe. Então nós vemos Pedro Dantas Júnior, que era um dos líderes sindicais da época, se transferir e hoje está aposentado como funcionário da Previdência Social em função dessa ida. E como Dantas Júnior, vários outros, que foram para lá. Então, a estrutura de funcionamento foi moldada no interesse da categoria, para servir à categoria. E evidentemente que isso, após 1935, já 1936, em 1937, então, se instala o Estado Novo e aí, atividade sindical é nenhuma. Em 1936 já houve intervenção no sindicato, prisão de dirigentes e tal, embora nunca os fascistas da época, que eram os integralistas, conseguissem dominar o Sindicato dos Bancários. Eles, durante um certo tempo, tiveram uma diretoria, mas foi uma diretoria de intervenção. Depois, na primeira eleição já foram derrotados. E houve um período em que funcionou sempre o sindicato através de uma política quase que de concessões, embora reuniões naquele tempo tivessem que ser autorizadas pelo Departamento de Ordem Política e Social da Polícia, com a presença de um investigador nas assembleias, nas reuniões de diretoria e tudo o mais. O sindicato só abria com a presença desse elemento da polícia, e tudo o mais, mas assim mesmo funcionava. Então, do ponto de vista da Previdência, como não era vamos dizer, um negócio em que a luta de classe se exacerbasse, pelo contrário, era um atendimento de médico ou de benefícios, continuou funcionando sempre com a fiscalização dos bancários. E mesmo quando a autocracia ficava mais acentuada dentro da administração do IAPB, ainda assim havia lutas, como no caso do apartamento da Rua Senador Vergueiro número 200, a que já me referi. Ele foi construído de uma maneira faraônica, para apresentar uma construção bonita, e é hoje um prédio que vai da Rua Marques de Abrantes a Senador Vergueiro. Tem duas entradas, é um enorme prédio, naquela época, quando foi construído, isso por volta de 1945, por aí, era um arranha-céu, não é? Então, mesmo quando se faz isso e se constata depois que o preço não dava para abrigar, alugar, que era para aluguel, para o aluguel de bancários, e que eles não tinham poder aquisitivo, ainda assim o sindicato intervém. Consegue numa luta, um acordo, para que parte desses apartamentos fossem reservados para serem alugados por preço superior e o restante, a maioria então, seria alugada aos bancários de nível do salário dos bancários. Então, esta interferência no sindicato, esta vigilância no serviço, e tudo o mais, na qualidade do serviço, nunca deixou de existir. Mesmo durante o período do Estado Novo. E isso então foi um processo até chegar, já quando o João Goulart assumiu o Ministério do Trabalho, e que começou com a sua característica pessoal e por orientação também do partido, mas tem muito de pessoal dele. De formação, ele começou a ouvir mais os trabalhadores, nós buscávamos compromissos que redundassem em benefício da categoria bancária. Então conseguimos um compromisso de que a presidência do IAPB seria entregue a um bancário escolhido pela classe, pelos sindicatos nacionalmente. Esse compromisso foi levado à eleição de Juscelino e João Goulart como candidato à vice-presidência, então, conseguiu de Juscelino esse compromisso. Aí se desenvolveu uma luta para que fosse uma forma de expressar isto. E foi estabelecido como a apresentação de uma lista tríplice. Ora, nessa época os bancários tinham saído de um período de intervenção, já tinham realizado duas eleições, como eu da outra vez me referi, uma política mais sectária

daquele setor mais combativo não tinha logrado vitória. Houve então dois períodos, dois mandatos, portanto quatro anos de uma diretoria que não era, vamos dizer, de atividade. Era uma diretoria mais conservadora, que fazia mais concessões ao patronato, era uma diretoria tímida. E alguns até com certas conotações, como houve um diretor, um presidente que afirmavam até que havia ligações com a polícia da época. Mas, quando se conseguiu no terceiro período, na terceira eleição, fazer a vitória da chamada Unidade Democrática, que elegia uma chapa encabeçada pelo colega Humberto Menezes Pinheiro, houve uma reação do governo Getúlio ainda, e aquele período todo, que isso aí deve ter sido em 1956, por aí, 1956, 1957, por aí. E questionavam a posse. Essa diretoria ganhou a eleição, ganhou marcadamente, concorrendo com duas outras chapas, mas o processo ficava preso no Ministério do Trabalho sem que fosse declarado eleito e muito menos concedida a posse, porque a posse dependia da homologação do Ministério do Trabalho. Então, nessa época necessitava-se, nós encarávamos como primordial a posse dessa diretoria. Era até a própria defesa da liberdade sindical. Pois, se num pleito tinha sido reconhecido que aquela chapa havia vencido, num pleito livre, democrático e tal, a posse era o principal. Mas como havia duas outras correntes, a diretoria de então, quer dizer, o grupo vencedor das eleições resolveu fazer um acordo para juntar forças, para todos trabalharem no sentido de garantir a posse do eleito. Então o acordo foi feito na seguinte base: como havia a necessidade de se estruturar uma lista tríplice, como São Paulo já tinha eleito um candidato, Rio Grande do Sul já tinha indicado um sindicalista, cabia também ao Rio de Janeiro indicar um para constituir a lista tríplice. Assim é que tinha sido acertado nacionalmente e o grupo vencedor chamou as duas chapas vencidas e propôs o seguinte: que eles se reunissem, as duas correntes que tinham perdido as eleições, que se reunissem e trouxessem um único nome, e esse nome então seria apresentado numa eleição do sindicato, mas apoiado por todo mundo, inclusive pela chapa que havia ganho eleições, para participar da lista tríplice da presidência do IAPB. E, em contrapartida, eles reconheciam como lisa, como perfeita a eleição da chapa vencedora e lutariam juntos pela posse da diretoria eleita, sem criar nenhum obstáculo e, enfim fazendo uma frente. Isso foi feito e as duas chapas componentes se reuniram a trouxeram o nome de Enos Sadock de Sá Mota, que foi apresentado numa eleição, e foi eleito, no sindicato do Rio de Janeiro, como representante. A bem da verdade, e com respeito à memória do Enos que até foi injustiçado, foi cassado em 1964 por uma perseguição pessoal de Lacerda, de Carlos Lacerda e morreu sem ser anistiado. A viúva dele é que recebeu o benefício da anistia, mas, como a história tem que ser contada, Enos não tinha nada de sindicalista. E Enos Sadock de Sá Mota tinha sido, inclusive, interventor de sindicato, numa interventoria policialesca, e a sua atuação como interventor no sindicato foi uma intervenção policial, andava até com revólver na cintura para ameaçar que frequentava o sindicato. Mas acordo é acordo, foi positivo, e a diretoria foi empossada, teve benefícios, e o Enos passou a constituir a lista tríplice. E lógico, os outros dois eram sindicalistas, o do Rio de Grande do Sul, Ramalho, o de São Paulo, Milton Marcondes, então o escolhido por Juscelino foi Enos Sadock de Sá Mota, porque dizem, não sei, não tenho como provar, mas dizem que ele se comprometeu politicamente em ajudar, como Presidente do IAPB, inclusive, na construção de Brasília, e de fato o fez. Então...

LO - Ajudar financeiramente.

LV - Ajudar com a máquina do IAPB, facilitando tudo, como de fato tudo o que foi necessário, e até extra necessário na nova capital, o IAPB fez, não é? Isso nem tem dúvida nenhuma. Foi magnânimo na formação de Brasília. Mas essa foi, não deixou de ser uma conquista, porque através da posse do Enos - embora depois de empossado ele tivesse

brigado com todo o movimento sindical e usado o aparelho do IAPB para dividir os sindicatos, através de concessão de benefícios de ambulatórios em lugares que não comportavam ambulatórios-, ele demagogicamente abriu um ambulatório numa determinada cidade, e o sindicato daquele município ficava ao lado dele. Houve lutas no meio sindical entre pró-Enos e contra-Enos, quer dizer, um negócio inteiramente, mas houve uma grande luta nessa época. Bom, mas nesse meio tempo, então, surge aquele outro fator. Ainda recém-empossada a diretoria, Enos Sadock assumindo o advento da Lei Orgânica da Previdência Social, determinou a eleição de representantes para o Conselho Fiscal do IAPB. Inicialmente foi um conselho fiscal que era de quatro representantes dos empregados, quatro representantes de empregadores. Então o Rio, São Paulo, ainda com aquela mentalidade de que a maior concentração devia dar os elementos para participar, e acho até que eram pensamentos estreitos, mas eram da época, não é? Tentamos eleger um representante do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas essa eleição era coordenada pelo IAPB. Vinham delegados eleitores do todos os sindicatos do País, se reuniam no Rio de Janeiro e então, entre eles, tinham que eleger os quatro. E os articuladores do Rio e de São Paulo perderam na articulação, e foram eleitos quatro representantes, sendo que um do Rio Grande do Sul, Osmildo Estafort da Silva; um do Paraná, Edgard Rocha Costa; um de Minas Gerais, José Benício de Melo, e um de Pernambuco, que era Antônio Lustosa Cabral. Esses quatro companheiros foram eleitos inclusive contra a nossa opinião, porque nós estávamos defendendo que devia existir Rio e São Paulo. Quando eles terminaram de ser eleitos, e nós conhecíamos a crônica deles como sindicalistas, de fato, eram autênticos sindicalistas, eram líderes de seus lugares. O Estafort tinha sido presidente em Passo Fundo, o Benício tinha sido diretor do sindicato de Belo Horizonte, Edgar também tinha sido diretor do sindicato do Paraná, e o Lustosa, embora o sindicato de Pernambuco não fosse dos mais ativos, era de fato um homem ligado ao sindicalismo. Então, imediatamente, nós fizemos, vamos dizer, um processo de autocrítica, e verificamos que se esses eram os homens que iam ficar no Rio de Janeiro, capital da República, representando, numa eleição em que participaram todos os sindicatos, o sindicalismo bancário do IAPB, esses homens tinham representação. Então na mesma hora os convidamos para um coquetel de homenagem. Na eleição fizemos um ato, e nesse ato nos articulamos à criação de uma comissão nacional, de uma executiva nacional dos bancários, que procuraria coordenar toda a atividade, porque não havia ainda a confederação, não havia muitas federações, só havia uma federação no Rio Grande do Sul. Nós buscamos fazer uma comissão executiva nacional que coordenasse o movimento sindical nacional dos bancários, e eles aceitaram. Essa coordenaria, essa comissão executiva passou a ser constituída por Humberto Meneses Pinheiro, que era o presidente do sindicato do Rio de Janeiro, recém-empossado e ficou também um presidente do sindicato de Niterói, -vocês desculpem, mas não me lembro do seu nome-, como vice-presidente dessa comissão executiva, e os outros quatro companheiros que eram dos demais estados ficaram, iam passar a vir aqui no Rio de Janeiro, e tal. Este foi, inclusive o embrião da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, que é a CONTEC. E esses companheiros, praticamente, à exceção do Lustosa, não abandonaram mais a luta até 1964, alguns até foram cassados em 1964. Então, pois não...

MC - Antes do senhor começar a falar sobre a CONTEC, me parece que o senhor...

LV - Não, não, eu ia falar ainda sobre o problema da conquista. Com estas pessoas dentro da administração, começou a haver um contato direto da administração do IAPB com o movimento sindical. E mais: houve uma modificação na estrutura da Previdência e, no IAPB teria que ir um desses elementos para o conselho de administração, permanecendo

os outros... Dos outros, dois ficariam no conselho fiscal, que criaram com a Lei Orgânica da Previdência Social. Esse primeiro conselho fiscal que eram quatro representantes dos empregados, quatro dos empregados e, quatro do governo. O conselho fiscal passou a ser, na Lei Orgânica da Previdência Social, um conselho de administração constituído de um representante de cada categoria, um empregado, um empregador e um governo, e um conselho fiscal com dois empregados, dois empregadores e dois do governo. Então, esses companheiros, nessa luta que houve contra a administração Enos Sadock, que foi muito séria porque afetou, em grande parte, a unidade dos bancários, os companheiros desse conselho fiscal se destacaram na luta em favor da unidade do movimento sindical, contra as tendências fisiológicas da administração da Previdência, que a luta era fundamentalmente contra essa falta de critério, instalação de ambulatórios, construção de hospitais, de edifícios, de residência. Por exemplo, construíram um grande edifício em João Pessoa, onde a população bancária de lá não justificava... E se pegassem o dinheiro que gastaram no edifício de João Pessoa, dava para contemplar com empréstimos imobiliários toda a população bancária do estado da Paraíba. Então essas coisas é que determinaram, e essa política era feita para beneficiar o governo. Então havia, por exemplo, o chefe de gabinete de Enos Sadock, que era político da Paraíba, fazia aquela obra e tal, para tirar os frutos daquele elefante branco na Paraíba, e assim várias cidades se.... Então a luta era isso. Para direcionar os recursos do IAPB no atendimento dos bancários, a administração Enos Sadock direcionava os recursos em atendimento aos bancários, mas com uma conotação político-partidário de favoritismo e tudo mais, como a atuação dele em Brasília, e tinha força, porque se transformando num colaborador intenso de Juscelino na criação de Brasília, evidentemente, tinha força política. Agora, esses companheiros do conselho fiscal se destacaram na luta ao lado da defesa dos critérios sindicais, dos critérios de atendimento da categoria e tal. Exceção do Lustosa Cabral que, como político, talvez, de uma corrente influenciável, sofrendo pressões lá do estado dele, ou lá o que seja, -o sindicato não era avançado naquela época-, ficou ao lado da administração Enos Sadock. Em decorrência disso o que é que aconteceu? Quando se definiu esse negócio de conselho administrativo e novo conselho fiscal, que dos quatro um ia sobrar, ele sobrou. O movimento sindical elegeu então para o conselho administrativo o Edgar Rocha Costa e para o conselho fiscal, reconduziu o Osmildo Estafort da Silva e o José Benício de Melo.

LO - Esta mudança foi com a LOPS, ou foi logo...

LV - É, foi com a LOPS. Com a LOPS.

LO - Uma questão, só com relação ao que o senhor estava colocando, quer dizer então que o empreguismo na Previdência Social, no IAPB em especial, ele estava mais ligado, nesse momento a Enos Sadock de Sá, à estrutura de PSD, do que à estrutura do PTB. As interferências do PSD eram maiores ou do Governo, não sei?

LV - Eu não chego a caracterizar que era do PSD ou do PTB. Era do poder, não é? Era do poder. Na medida em que o poder em determinado estado se refletia no PTB podia ser do PTB, e não quer dizer que a UDN tenha ficado fora disso porque, provavelmente, para determinadas atitudes, deve ter havido algumas compensações. Então, se a gente fazia umas lutas; quem consultar os documentos da época, verá que a luta era contra o empreguismo, contra a aplicação de recursos fora de uma política direcionada no interesse da categoria; contra o empreguismo que existiu muito na época de Brasília, e tudo mais. A gente vivia lutando contra isso. Eu acho até que lutamos demasiadamente e nos

descuidamos de outros problemas, ficamos voltados, nós talvez, nesse particular, fossemos muito mais UDNistas do que os UDNistas. (risos) Aquele sentimento moralista exacerbado, e tal. Bom...

LO - Mas o senhor considera que o IAPB, a estrutura organizacional do IAPB permitiu, facilitava esse tipo de coisa, na medida em que as pessoas eram indicadas, não havia concurso público.

LV - É, na medida em que não houve, quando nós não participávamos da administração, porque o Enos foi eleito por uma lista tríplice, mas depois se bandeou, rompeu os laços da sua origem e serviu ao governo. Então serviu ao poder sem nenhuma, vamos dizer, sem nenhum compromisso, sem nenhum respeito aos compromissos assumidos na sua eleição. A partir da LOPS, quando houve a constituição do conselho de administração, então isso não foi extinto, porque ninguém pode administrar uma instituição onde há um colegiado, inclusive, sem que muitas vezes tenha que fazer algumas concessões. Mas foram reduzidos ao mínimo, ao mínimo, vamos dizer, indispensável. Após essa constituição do conselho de administração, porque o Enos foi eleito por uma lista tríplice, mas depois se bandeou, rompeu os laços da sua origem e serviu ao governo. Então serviu ao poder sem nenhuma, vamos dizer, sem nenhum compromisso, sem nenhum respeito aos compromissos assumidos na sua eleição. A partir da LOPS, quando houve a constituição do conselho de administração, então isso não foi extinto, porque ninguém pode administrar uma instituição onde há um colegiado, inclusive, sem que muitas vezes tenha que fazer algumas concessões. Mas foram reduzidos ao mínimo, ao mínimo, vamos dizer, indispensável, não é? Após essa constituição do conselho de administração, porque este conselho de administração de três, então um empregado, um empregador e um governo, se reuniu e entre si, elegiam a cada ano o presidente. E esse presidente, embora o conselho continuasse existindo em determinadas resoluções coletivas, o exercício da administração era feito por um presidente saído desses três. Então nisso houve, tinha que haver uma política de funcionamento: ou os três ficavam de acordo que fosse um deles, ou tinha que haver uma concessão, e nisso nós trabalhamos muito mais facilmente com o representante dos empregadores do que do governo. Porque o do governo, quando ia para o conselho de administração, nomeado pelo próprio governo, ele ia com uma série de compromissos políticos fisiológicos, vamos admitir, que não lhe davam uma independência plena de administração, voltada à categoria, embora alguns homens fossem sensíveis a esse fato. Muitas vezes buscávamos essa aliança com o empregador, e tivemos êxito nessa aliança defendendo, inclusive, o seguinte: que o maior beneficiário, o maior interessado numa boa administração da Previdência era o empregado, porque ele era o maior beneficiário da Previdência Social. Então, defendíamos o direito de sermos o presidente. E essa tese, embora tivéssemos em determinado ano tido que fazer a concessão de...

Fita 4 - Lado B

LV - Então, mais das vezes...

LO - Pronto, continuando então o segundo lado...

LV - É, e mais das vezes então, o representante dos empregados com essa tese, a defesa da tese de que o maior interessado numa boa administração era o empregado, o Edgar

Rocha Costa foi durante mais vezes presidente, mas o representante dos empregados também foi presidente.

NM - Quem era? O senhor se lembra o nome?

LV - Olha, eu me lembro o nome dele, mas talvez a memória da gente tem umas certas, uns bloqueios engraçados, seletivos. Como esse homem teve uma posição muito condenável em 1964, acho que a minha memória varreu o seu nome. Eu me lembro sim, mas no momento não está vindo assim, talvez por um escrúpulo de memória.

MC - Seu Viegas, o senhor disse que o Sindicato dos Bancários teve sempre uma relação íntima com o instituto, uma relação próxima, não é?

LV - É, eu diria melhor o seguinte: a classe bancária até 1964 sempre teve uma preocupação ponderável no IAPB. Isso se refletiu então numa vigilância muito grande das direções sindicais. Agora, o relacionamento com a administração era função do caráter dessa administração. Quando a administração foi uma administração por exemplo, durante o Estado Novo, ela não dava a "menor pelota" para o movimento sindical, e fazia o que queria lá e tal, embora hostilizada por direções, mas naquele tempo, inclusive, não havia condições de se fazer grandes hostilidades. Agora, na medida em que essa administração, inclusive com o advento da LOPS, passou a ser uma administração tripartite, colegiada com um elemento eleito pela coletividade, isso aí já deu uma forte vinculação. Por exemplo: não havia congresso, não havia assembleia, não havia reunião nacional importante que esses homens não comparecessem. Eles compareciam diretamente, então era o presidente diretamente, então era o presidente do IAPB que ia prestar contas, inclusive prestava contas...

LO - Isso só após a LOPS?

LV - Só após a LOPS. Quer dizer, e a partir daí, nós definiríamos o seguinte: a partir da eleição desses quatro representantes, antes do advento da LOPS, mas essa fase de transição, confesso que não sei exatamente se foi em função de uma lei ou se foi em função de um acordo. Mas esses quatro primeiros representantes, acredito que foi um dispositivo legal, inicial. A partir daí houve uma prestação direta e continuada. Esses homens saiam da presidência, saiam dos afazeres do IAPB e vinham diretamente por sindicato. Participavam diariamente do sindicato, na discussão. E mais ainda, esses homens, da mesma foram como foram aproveitados na organização daquela comissão executiva que foi o embrião da CONTEC, vieram a ser diretores da CONTEC. Então, em determinado momento, de 1958 a 1964, a administração do IAPB se confundiu com a administração nacional dos bancários. Porque os homens que eram os representantes dos empregados no IAPB, eram diretores da CONTEC. Então esse vínculo era direto.

MC - Parece que o senhor está dando assim, o senhor está seguindo uma trajetória assim, colocando diversas fases por que passou o IAPB...

LV - É.

MC - Quer dizer, a primeira fase que é o seu surgimento, com greve, com mobilizações para a criação do IAPB, um segundo momento que é o Estado Novo...

LV - É. Tem fases de conquista e organização, que tiveram influência do sindicato. A organização, inclusive a estrutura administrativa, os regulamentos, normas de funcionamento, de estrutura do IAPB, foram feitos por influência de dirigentes sindicais que foram destacados para o movimento, quer dizer, saíram, deixaram de trabalhar nos bancos e, por decisão do movimento sindical, foram ser funcionários do IAPB.

MC - O senhor também colocou a época do Estado Novo, onde houve um afastamento natural, dada a conjuntura política, não é?

LV - É...

MC - Entre o movimento e o Instituto...

LV - Certo...

MC - Agora eu gostaria que o senhor me dissesse o seguinte: Como é que ficou a situação do IAPB, com relação ao movimento dos bancários e o IAPB, na época em que houve intervenção no IAPB já na redemocratização?

LV - Intervenção? Depois de 1964?

MC - Não, antes de 1964, parece que no final dos anos [19]40...

NM - 1946, 1947...

MC - Houve uma intervenção no sindicato durante dois anos...

LV - Ah! Sim... Não. Olha, como uma norma geral, você pode estabelecer o seguinte: Toda vez que no País há falta de liberdade, degeneram-se todos os vínculos do movimento sindical com qualquer coisa. Porque a ausência de liberdade, a ausência de democracia, é uma, vamos dizer, é uma condição *sine qua non* para o não funcionamento do sindicato, porque sem liberdade não há vida associativa, não há coletividade. Se você fizer um exame da história do Brasil, verificará que as liberdades sindicais, as conquistas dos trabalhadores, estão vinculadas aos períodos, -aos raros períodos- de liberdade e democracia do País. Então, toda vez que há uma situação de obscurantismo no País, cessam as conquistas dos trabalhadores, refluem até. Por exemplo, hoje nós vivemos, do ponto de vista da Previdência Social, uma posição muito mais atrasada do que em 1964. Nos tínhamos conquistas em 1964 que não temos hoje. Para caracterizar o cálculo da aposentadoria em 1964, ele era feito com quem tinha 35 anos; recebia 100% da média dos 12 últimos anos de contribuição. Hoje é 95% da média dos últimos meses de contribuição, Foi um retrocesso, não é? O salário, o auxílio maternidade era um salário mínimo em 1964, hoje é um salário de referência, que é menos que metade de um salário mínimo. O auxílio funeral eram dois salários mínimos em 1964. Hoje são dois salários de referência, que é menos de um salário mínimo. A liberdade e a democracia estão associadas, diretamente, ao ascenso e às conquistas dos trabalhadores. Então, não é de se estranhar que em 1934, os bancários tenham conquistado um instituto, tenham tido força, inclusive, para indicar pessoas para o instituto, para organizarem o instituto, e depois de 1936, quando se instalou um período de reação no País, isso tenha se perdido, que só venha a reaparecer já em 1947, 1948, 1950, por aí afora, nas lutas que se faziam com a LOPS, inclusive, com a reconquista até do direito à aposentadoria por tempo de serviço,

que tinha sido suspensa, só a LOPS é que veio. Antes da LOPS houve um decreto que restabelecia, se não me engano, até do...

NM - Dutra...

LV - Do Caiado. Era o senador Caiado de Castro que restabeleceu a aposentadoria por tempo de serviço. Uma conquista do sindicato. Nós estivemos diretamente nessa luta pela reconquista da aposentadoria por tempo de serviço, que tinha sido suspensa, embora constasse da listagem dos benefícios possíveis da Previdência Social, tinha sido suspensa, só existia aposentadoria por tempo de serviço. É verdade que tendo sido criada em 1934, os institutos, os 30 anos ainda estavam amadurecendo, não é?

LO - O senhor falou *nós*. O senhor está falando do sindicato?

LV - É. Eu muitas vezes falo quando eu falo *nós* é nós os bancários, não é? E pode ser que em determinado momento eu fale nós, a corrente dos bancários à qual eu me integrava, então, talvez aí essa dicotomia esteja...

LO - O senhor falou no projeto do senador Caiado de Castro, foi no final dos anos [19]40? Ou anos [19]50?

LV - É, por aí, é mais ou menos, em torno de 1950. Eu não sei exatamente se é 1948, por aí. Mas já havia... Eu em matéria de tempo, eu teria que ter aqui à mão...

LO - Não. Não é necessário. Mas o senhor considera então que houve uma nova inflexão, em 1946, em termos de poder social?

LV - Ah! Sim, porque veja bem, veja bem. Mesmo durante o tempo em que o sindicato esteve sob intervenção nós, os bancários, nunca deixamos de lutar. Lutávamos contra o patrão e contra as interventorias, fazíamos assembleias, fazíamos reivindicações. Só que naquele tempo, com a carestia, a inflação não era tão acelerada, não havia luta salarial todo ano, não é? Mas, havia outros tipos de luta. Por exemplo: durante esse período vasto, que vai de 1946, que foi a greve que era salário profissional e quadros, chegou a ser constituída a comissão que ia estudar os quadros, mas não foi colocada em funcionamento porque houve intervenção no sindicato, prisão dos dirigentes sindicais, e até deportação, porque o Banco do Brasil, a administração do Banco do Brasil, dócil ao governo, logicamente, transferiu o presidente do sindicato para Maceió. O Antônio Luciano Bacelar Couto foi transferido para Maceió. E o Olímpio Fernandes de Melo foi transferido para Penedo. Ora, dito isso assim, hoje em dia não é nada demais. Só que naquele tempo, o governador de Alagoas era Silvestre Péricles de Góes Monteiro, considerado como um sujeito que para matar alguém, e mandar matar alguém, matar eu acredito que não, mas para mandar matar não contava até dez. E fazia caça aos comunistas e Antônio Luciano Bacelar Couto e Olímpio Fernandes de Melo eram comunistas. Então o banco deportou esses funcionários para essas cidades, para inclusive terem risco de vida.

LO - Penedo que o senhor está falando também em Alagoas?

LV - Penedo em Alagoas. Foi a dedo, foi buscado a dedo. Quer dizer, condenou-os à morte e os transferiu para lá. Logicamente eles não foram, não é? E lutaram na Justiça e tudo o mais, acabou saindo o Silvestre Péricles, e eles não foram para lá, e o Antônio

Luciano Bacelar Couto, como de fato, ficou doente, e tal, e coisa, e acabou permanecendo no Rio de Janeiro, e chegou a ser chefe de seção no Banco do Brasil e coisa e tal. O Olímpio, depois de perder na Justiça, ganhar na primeira instância, segunda instância, e perder no Tribunal Superior do Trabalho, por atuação política também da época, o banco se sentiu na obrigação de: "Como ele perdeu, está bem, não vai para Penedo, mas vai para Blumenau". Então o mandou para Blumenau. E quem fez uma... Nós fizemos, na época, um manifesto de funcionários do Banco do Brasil, protestando contra esse crime, que era um crime, transferir esses companheiros para Alagoas, nessa época, era condena-los à morte mesmo. Então nós fizemos um abaixo assinado, e o cabeça desse abaixo assinado foi também transferido para Belém do Pará, que era o companheiro Pedro Paulo Sampaio Lacerda. Os outros foram para a cadeia. Foram presos. Eu não entrei nessa lista porque eu estava de férias. Estava até, na época eu tinha entrado de férias e estava até no interior. Eles até bobearam, podiam ter colocado o meu nome, porque a polícia não ia me encontrar por que eu estava de férias no interior. Mas botaram o nome do pessoal que estava aqui. Muitos companheiros, inclusive, foram espancados em decorrência disso.

LO - Isso governo Dutra ou Estado Novo que o senhor está falando?

LV - É... Não. Não, que Estado Novo! Isto foi depois de 1964, depois da Guerra Fria. Guerra Fria, não é? Na época depois de 1948, isso foi, não sei se foi Getúlio, o segundo governo de Getúlio, ou se foi Dutra ainda, sabe? Tudo a mesma coisa.

MC - O senhor não se lembra de passagens assim, passagens importantes na época da intervenção do sindicato, nesse período do governo Dutra?

LO - Quando o senhor está iniciando a atividade sindical?

MC - A greve dos bancários de 1946, depois houve a intervenção do sindicato, e como é que ficou, o senhor já...?

LV - Bom, eu participei da greve, já disse para vocês, participei, depois aí nunca mais deixei de frequentar o sindicato, não é? Mesmo durante a intervenção, tivemos coisas fabulosas, feita a intervenção no sindicato, presos os seus dirigentes, feito uma porção de demissões de bancários, porque aquele negócio, o acordo da greve estabeleceu que não haveria punição. Mas depois que o governo Dutra se instalou e estabeleceu um governo policial, que foi um dos piores governos que nós já tivemos, foi o governo Dutra. Eu não sei até se ele não se equivale mesmo a esses governos de 1964. Só não pelo geral assim, mas no particular, com os trabalhadores, tivemos um José Pereira Lira, que era advogado, chefe do contencioso da Light, e que dissolvia todas as lutas reivindicatórias dos funcionários da Light. Como chefe de Polícia, ou como chefe de gabinete da Presidência da República, ele não deixava de ser o advogado da Light. Então a Light passou tranquilamente um período sem ter aborrecimento com empregados, porque ele se incumbia de dissolver toda, toda luta dos companheiros da Light. Mas nesse período, nas situações mais duras, nós participávamos. Porque eles quiseram fazer uma demagogia de dizer: "Bom, vai continuar a eleição e vai ser eleita a pessoa para a comissão paritária". Então, formalizaram uma eleição, sob intervenção, mas abriram eleição para representante na comissão paritária. E aí, a corrente da greve de 1946, mesmo com demissões nos bancos, com bancários perseguidos, com uma porção de coisas, não é? Nisso, o Olímpio e o Couto ainda não tinham sido transferidos não. Só foram transferidos mais tarde. Fizemos uma eleição e apresentaram um candidato, que era uma pessoa do

Citibank, se não me engano. Era um sujeito ligado ao esporte, um companheiro de prestígio no meio esportivo, mas não no meio sindical. E o esporte estava ligado ao sindicato, porque o Centro de Esportes dos Bancários sempre funcionou dentro do sindicato. Mas essa pessoa, sindicalmente, não tinha atividade nenhuma.

NM - Quem era? O senhor se lembra?

LV - Eu me lembro... Tinha Pinheiro, agora não me lembro assim do seu nome todo, não me lembro. Ele foi candidato, foi apresentado como candidato pela corrente conservadora do sindicato, não é? Ligada à intervenção, ligada ao governo. E concorreu contra ele o Antônio Luciano.

LO - Concorreu contra ele, que o senhor estava colocando...

LV - Concorreu contra Antônio Luciano Bacelar Couto, e deu uma lavagem. Mesmo com fiscalização do ministério, eleição promovida pelo ministério, dentro...

Interrupção da gravação

LV - O Antônio Luciano Bacelar Couto, que era presidente destituído, ganhou esse negócio e, evidentemente, os banqueiros não tinham intenção nenhuma de continuar com a comissão paritária; aquilo foi só para dar aos bancários a impressão de que a intervenção só tinha ocorrido porque os diretores chegaram a insinuar que os diretores do sindicato tinham dilapidado o patrimônio, coisa que, evidentemente, nunca provaram e, pelo contrário, essa sede aqui foi comprada justamente por essa diretoria.

LO - A sede da Avenida Presidente Vargas?

LV - Essa da Presidente Vargas. Nessa época o sindicato, em 1946, funcionava numa sala da Avenida Rio Branco, nº 120; aquele prédio da Associação dos Empregados do Comércio. Era sede alugada.

MC - Quando houve a intervenção no sindicato, quem era o presidente? Era o Bacelar Couto?

LC - Era o Bacelar Couto. Em 1946, a greve de 1964 foi dirigida por uma diretoria da qual era presidente Antônio Luciano Bacelar Couto, e secretário, Olímpio Fernandes Melo.

MC - Presidente e vice-presidente do sindicato?

LV - Não, presidente e secretário. Naquele tempo não tinha, não tinha vice-presidente, eram presidente, secretário, tesoureiro, diretor de sede e procurador. Eram...

MC - Então era uma diretora combativa?

LV - Ah, sim! Inegavelmente. Foi uma diretoria eleita num processo de redemocratização do País, onde houve aquela discussão sobre a Constituinte e tudo mais e, a diretoria anterior era uma diretoria boa, era presidida por Roberto Teixeira de Gouveia. Mas essa diretoria foi eleita, a de 1946, foi eleito no bojo da luta pelo salário profissional e quadros.

Eram justamente as pessoas que participavam das comissões, das comissões sindicais de bancos e tudo mais, que constituíram a diretoria e foram eleitos. Então, se havia diretoria autêntica, era aquela.

MC - É, porque o senhor disse na entrevista passada que, parece que depois da intervenção, pelo menos durante duas eleições...

LV - Não. É, isso foi. Houve um período muito longo de intervenção, até chegar a uma intervenção que foi constituída, se não me engano, por... Da qual participou o Lauro Jurandir de Castro Leão, que foi um dos interventores, que aceitou a interventoria, estabelecendo como condição fazer eleições no sindicato. Então, aí é que houve eleições e nessas eleições é que durante dois períodos, quer dizer, quatro anos, o mandato era de dois anos, dois períodos, foram eleitas diretorias que não eram combativas. Eram constituídas por correntes mais conservadoras do movimento bancário.

MC - Isso já nos anos [19]50?

LV - Já nos anos [19]50. É. Já nos anos [19]50, porque era um negócio assim de 1956, por aí.

MC - Essa intervenção foi longa?

LV - Foi longa...

MC - O senhor se lembra como é que era a relação entre os bancários e o instituto nessa época, particularmente?

LV - Havia pela tradição, nós não tínhamos maiores problemas com o instituto, embora, até por desconhecimento das questões internas. Se havia empreguismo, o empreguismo funcionava, a gente não ia tomar conhecimento, mas acontece que o instituto naquela época atendia, razoavelmente, aos bancários. Então, havia um bom serviço médico, havia empréstimos, com muita dificuldade, mas havia empréstimos imobiliários, havia empréstimos simples. O Instituto fazia empréstimos pra atender a pequenas dívidas, coisas assim. E o instituto funcionava. As questões de aposentadoria praticamente não existiam, porque a massa de bancários ainda não tinha adquirido o tempo de serviço para se aposentar. E as aposentadorias por idade e tudo mais, eram muito raras. No mais das vezes o bancário morre antes disso. Mas então havia um relacionamento, mas não oficial, ouviu. Não havia. Era um negócio assim que passava. Agora, havia lutas. Nos continuávamos lutando, até contra as intervenções, exigindo assembleias. Quando tínhamos reivindicações, a primeira luta era, lutávamos para que o sindicato abrisse suas portas, nós íamos para o sindicato e ficávamos azucrinando para que os policiais de plantão abrissem as portas do sindicato. A gente dava, naquele tempo em dois horários, muitas vezes não, era horário corrido, era horário corrido. A gente vinha depois da saída, às seis horas a gente saía do banco, e vinha para o sindicato, nem que fosse para bater papo, mas a gente vinha para dar presenças. De vez em quando fazíamos concentrações para chatear a diretoria. Fazíamos reuniões para discutir reivindicações, para exigir assembleias. Fazíamos manifestações de rua, compreendeu? Havia quase que uma organização paralela, veja bem. Havia organização paralela de fato, atuando dentro do sindicato, e acatada. No momento em que a gente, por uma ótica estreita, resolveu oficializar essa diretoria, e passamos a reunir no jornal *O Radical*, que era do Galvão,

Deputado Galvão, que era do PTB. Como era o nome dele, Galvão... Ele nos colocou ali na antiga Rua Chile com Avenida Rio Branco, aquele triângulo que tem ali. Nós tínhamos uma sala lá que estava à nossa disposição, íamos para lá, fazíamos reuniões, juntávamos bancários, o pessoal participava, e vínhamos lutar dentro do sindicato. Combinávamos lá, vínhamos para dentro do sindicato, exigíamos assembleia... Todo mundo participava disso, nos apoiava, fazia manifestações de rua, fazia coisas, enfrentava a polícia na rua e tudo mais, com o pessoal aceitando. No dia em que nós, por um estrabismo, achamos que podíamos organizar um sindicato paralelo fora, e criamos a Associação Democrática dos Bancários, parece, um negócio desses assim, o nome não sei, Associação Democrática dos Bancários, parece, um negócio desses assim, o nome não sei exatamente, um paralelismo sindical, nós ficamos falando sozinhos. Porque o número de associados dessa organização foi só daqueles amigos muito chegados, do peito, ou pessoas que tinham assim uma conotação político-partidária muito mais definida, mais avançada e tal, por aí... Então a massa mais uma vez nos ensinou que não deve haver pluralidade sindical, deve-se atuar em uma organização sindical único e tal, e aprendemos. Aí voltamos para dentro do sindicato.

MC - Nesses períodos de intervenção do sindicato, me parece que é no final dos anos [19]20, não é?

LV - Não, dos...

MC - Dos anos [19]40. Quem era o presidente, o senhor se lembra do presidente do IAPB nessa época?

LV - Eu acho que era Aderbal Carneiro de Novaes. O Aderbal foi presidente durante muito tempo. Eu não sei até... O negócio é que a gente... Eu acho que era o Aderbal, sabe?

MC - E ficou todo esse período de intervenção?

LV - Eu acho que ele... É, não me lembro assim de ter um outro presidente no IAPB, pelo menos não me lembro dele.

NM - Como era a administração dele. Era participativa?

LV - Não. Era uma administração como era a administração de qualquer órgão público, não é? Apenas como a tradição dos bancários e a influência daqueles elementos, que foram inicialmente para o instituto, conseguiram criar dentro do próprio funcionalismo do instituto, uma mentalidade pró-bancário tão forte, e eles usufruíam dos mesmos direitos dos bancários, porque os funcionários do IAPB tinham os mesmos direitos que os bancários em usar o IAPB. Eram associados também. Então, em decorrência disso, o próprio funcionalismo do IAPB defendia o IAPB. Defendia uma política mais voltada para o interesse dos associados. Era difícil, apesar de todos os desvios que aconteceram, mas no geral, a tônica daquela política inicial de formação permaneceu dentro.

Fita 5 – Lado A

NM - OK.

MC - Seu Viegas, o senhor disse que só a partir do Governo de Juscelino Kubitschek é que os bancários apresentavam uma lista tríplice, e que o governo indicava dentro dessa lista tríplice quem seria o presidente....

LV - Houve, houve esse...

MC - Do IAPB.

LV - É.

MC - Eu gostaria de saber como é que era antes do governo Kubitschek, porque o governo também indicava o presidente dos institutos, agora em relação ao Sindicato dos Bancários, como é que era feito esse processo?

LV - Foi bom você citar isso pelo seguinte: eu tinha-me esquecido de uma fase inicial do instituo. Bom, a lista tríplice foi compromisso assumido pelo candidato JK, junto com o Jango para, no caso de vir a ser eleito era um candidato, foi, vamos dizer, um compromisso eleitoral, ele usou isso, ele nomearia para presidente do IAPB um bancário, consta de uma lista tríplice eleita pelos sindicatos e tal e coisa. Antes, o presidente do Instituto era por nomeação exclusiva do Presidente da República, que nomeava e demitia a hora que quisesse. Desde o primeiro. Agora, a primeira fase, antes de 1936, o primeiro foi um sistema mais ou menos colegiado, porque havia um conselho de administração. A primeira direção do IAPB foi um conselho de administração, compreendeu, do qual faziam parte dois representantes dos sindicatos. E esses representantes, depois com o movimento de 1936, o Estado Novo e tudo mais, eles fizeram concessões, abdicaram da representatividade, vamos dizer, não sei se o termo é muito forte, não sei em que sentido, se foi ideologicamente, politicamente ou financeiramente, não sei. Até acredito que financeiramente não, mas eles se corromperam nos compromissos com o poder e concordaram em abdicar da função de conselho de administração, para passar a um simples conselho fiscal. E aquele negócio do sujeito que muito se abaixa, não sei o quê, expõe o que não quer, eles, ao fazerem essa concessão, acabaram também perdendo a sua característica de conselho fiscal e não deram mais bola para eles, e acabaram não sendo mais eleitos.

MC - Quem eram esses dois...

LV - Olha. Um dos nomes, um dos nomes eu me lembro que era Mémulo Neto, agora não, o outro, o outro...

MC - Mêmulo?

LV - Mêmulo, Mêmulo Neto foi uma pessoa que inclusive acabou como gerente de banco, e depois tomava posições na luta. Eu acredito até que ele tenha se bandeado assim, mais por um problema ideológico, porque depois ele apoiava as interventorias do sindicato, contra o movimento livre dos bancários.

MC - O senhor está dizendo que nessa primeira gestão do Instituto dos Bancários houve...

LV - Houve um conselho de administração.

MC - Eram dois representantes...

LV - Dois representantes. E eu acredito... Eu não tenho. Não tenho, porque tudo isso eu conheço apenas de tradição oral, não é? A história que me contaram, que eu acompanhei assim e, porque eu só participei, embora tenha sido funcionário do IAPB de 1940 a 1943, e depois bancário só passei a tomar uma consciência maior do IAPB, quando passei a olhá-lo sob a ótica do dirigente sindical, do militante sindical, e tal e coisa. Então isso foi só depois, aí, depois de 1946. Essa primeira fase eu conheço pelo que me contaram os companheiros, pelos documentos que eu li, essas coisas assim. Houve uma primeira fase, que foi o conselho de administração. Esse conselho de administração se autoflagelou, aceitando a transferência para conselho fiscal. A partir dessa época, então, o Presidente da República nomeava livremente o presidente. Depois esse próprio conselho fiscal desapareceu, não houve mais eleição, e o presidente aí ficou absoluto, até chegar a essa fase de compromisso do Juscelino Kubitschek, que aí foi eleito um membro indicado na lista tríplice. Também esse membro se bandeou, rompeu com os compromissos daqueles que o haviam eleito, mas aí houve então a outra fase que foi a eleição desses quatro conselheiros fiscais. Então são fases distintas de um...

MC - Seu Viegas, até chegar à situação da lista tríplice, a escolha por lista tríplice tem um período aí, pelo menos da democratização de [19]45 até [19]56, de onze anos, dez anos...

LV - Não, no Brasil, os períodos de democracia não são tão lânguidos, não. Você pode pegar uma ditadura de vinte anos, pode pegar quinze anos de Estado Novo, mas no Brasil, democracia geralmente se mede, quando assim em um ano, você fica contente, não é? A história do Brasil não é cheia de períodos longos de democracia e liberdade, não.

MC - O que está me chamando atenção é o seguinte: se o sindicato, se a categoria dos bancários era tão combativa, e se o instituto era tão próximo a essa categoria, não havia tensão entre a categoria dos bancários e as indicações feitas pelo Presidente da República, dos presidentes do IAPB?

LV - É. Talvez houvesse assim...

MC - O absurdo dessas situações...

LV - Não, não. Pelo seguinte: porque como funcionava, o problema dos bancários nunca foi o poder pelo poder, no IAPB, na Previdência Social. O poder pelo poder não faz sentido. Era o poder para exercício de uma política. Se em determinado momento aquela política mais ou menos vinha sendo cumprida, a gente lutava por uma melhor atuação política, mas não se... Embora fosse uma reivindicação, ela não tinha instrumento, por própria falta de apoio do movimento sindical, ela não tinha instrumentos para viabilizar a conquista dessa reivindicação. Veja bem, eu falei que os sindicatos atuaram durante o Estado desde a sua criação. O sindicato foi criado em [19]30 e deve ter tido um período de liberdade de [19]30 a [19]35. Em [19]35 estabeleceu-se um policialismo no sindicato, que vigorou até 1944, [19]45. Não estava livre. Mesmo em [19]46 as coisas não eram livres, não. Você se lembra de que em 1946, quando os bancários fizeram uma greve nacional de 19 dias, a constituição dizia, a Constituição vigente na época, dizia que greve era crime. A Constituição de [19]37 dizia que greve era crime. Era proibida a greve. Então, não houve liberdade sindical. Havia momentos de liberdade, mas não houve, tanto que o período curtíssimo, em [19]46, quando em plena instalação da Constituinte, a

Constituinte funcionando, o governo Dutra se instala e faz uma repressão tremenda ao movimento sindical, com intervenções em sindicatos. A maioria dos sindicatos ficou sob intervenção, e isso perdurou até... Olha, bota depois do Getúlio. Então, veja bem, houve um outro período de relativa liberdade nos anos [19]60 a [19]64, relativa liberdade. Olha, se a gente for falar, eu nunca vi um período de liberdade tão intenso como esse em que nós estamos vivendo.

MC - Hoje.

LV - Hoje, é terrível a gente dizer isso porque tem muita gente que se queixa que não há liberdade, não é? Mas eu, como vivi todos esses períodos, já estou com 63 anos de idade, e na história do Brasil, então se a gente verificar antes, que o problema social antes de [19]30 era problema de polícia, declarado pelo Washington Luís: "Eu resolvo problema social com patas de cavalo"- isso é histórico, não é? Então você vê que no Brasil nunca existiu liberdade. Nunca, é terrível a gente dizer isso assim mais é, é verdade. Havia momentos de liberdade. Se havia momentos de liberdade, nesses momentos as reivindicações, essas maiores, principalmente as reivindicações políticas, porque administração do órgão de previdência é uma reivindicação política, não é? É a conquista de uma parcela do poder. Então, logicamente as reivindicações políticas só acontecem nos momentos em que há condições políticas delas se expressarem, e instrumentos viáveis para expressar essa... Então por mais que ela existisse latente, e sempre existiu, até [19]64, e eu estou frisando muito até [19]64, porque depois que nós fomos conversar, depois de [19]64, a história é outra. A história é completamente outra na Previdência Social. Aí é um processo instrumentado de liquidação da Previdência Social.

LO - O senhor acredita numa intencionalidade?

LV - Acredito porque eu não posso supor que, lógico que isso não é global, senão já tinha sido liquidado. Mas eu não posso acreditar que homens que administram bem as suas empresas, que administram bem determinadas coisas, sejam tão incapazes quando vão administrar a Previdência Social. Então, não é isso não. E mais se você sente que há internacionalmente uma corrente favorável à liquidação da Previdência Social para instalação do seguro privado, se você vê que no Chile de Pinochet, essa corrente conseguiu liquidar uma das mais avançadas previdências sociais que existia no mundo, e conseguiu através de um regime de força, então você vê que no Brasil, o regime de força que se instalou, e que teve vários outros objetivos, inclusive a dívida externa para mim não é ocasional, ela é implantada, ela foi estimulada para não se criar condições de Brasil ser independente. Então, não é estar com mania de perseguição, nem acreditando em fantasma, a gente acredita que houve da parte, pelo menos de alguns ideólogos e de alguns agentes dessa autocracia que existiu, uma intenção de liquidar, e se ainda há dúvidas, pega o projeto do Roberto Campos, que está em tramitação no Senado, lê ele, e chega à conclusão que é justamente a intenção de liquidar.

MC - Vamos chegar lá ainda...

MC - Eu queria aproveitar um final de resposta do senhor, que o senhor colocou o seguinte: que a Previdência Social é uma questão política, uma reivindicação política, eu queria que o senhor...

LV - Ah! não. Eu digo não. Toda reivindicação é política. Mas eu digo o seguinte: a administração da Previdência Social é predominantemente uma reivindicação política. Porque, o que caracteriza uma reivindicação política? É uma participação no poder, não é? Que é que os partidos políticos reivindicam? A tomada do poder. Partido político que diz que não quer tomar o poder não é partido político, não é? O partido político, por essa, esse ou aquele meio, ele objetiva o poder. Um sindicato é um organismo político, mas que atua em reivindicações sociais e econômicas da coletividade. Ele não tem como objetivo a tomada de poder, não faz sentido. Só na cabeça dos mistificadores de [19]64, que diziam que queria se instalar uma República Sindicalista, eu nunca vi em País nenhum do mundo isso, República Sindicalista, a história não registra. Em todo caso, pode ser que a gente fosse inovador, não é? Mas, o sindicato reivindica coisas social e economicamente. Lógico que isso é uma atividade política. É. Agora, dentro dessas reivindicações: melhoria da aposentadoria, melhoria de atendimento médico, isso não é reivindicação política. Isso é reivindicação social, reivindicação econômica, não é? Agora, buscar participar ou conquistar a administração para poder por em prática uma política social e econômica de benefício de uma camada, isso é político.

MC - Já que o senhor está falando dessa situação, dessa avaliação sobre a administração da Previdência Social como uma questão, quer dizer, a conquista da administração como uma questão política, eu gostaria que o senhor relatasse para a gente, para nós aqui, como é que se dava, nos anos [19]50, no final dos [19]40 e anos [19]50, essa relação entre partidos políticos e a Previdência Social, principalmente o PTB?

LV - Olha, eu acho que no Brasil alguns partidos assumem ônus de determinadas coisas que em verdade são praticadas por todo mundo. Então, principalmente um negócio, a imagem do PTB como o agente do empreguismo na década, nesse período que você citou, está muito ligada, e eu acho que aí tem qualquer coisa assim de hostilidade a um político que foi inegavelmente, com todas as suas virtudes e defeitos, aquele homem que esteve mais próximo da classe trabalhadora, que foi o João Goulart. Dos políticos da classe dominante que eu conheci, o homem que tinha mais sensibilidade, mais aproximação, pelo menos Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministro, eu não conheci um com mais sensibilidade do problema dos trabalhadores do que o João Goulart. Isso é uma justiça que a gente tem que fazer, porque em toda essa minha vida de sindicalista, eu não me lembro de outro Ministro e de outro Vice-Presidente da República ou Presidente da República que tenha comparecido à assembleia de sindicatos, a congresso de trabalhadores. Isso o João Goulart cansou de fazer isso. Ah, falaram: "Demagogia". Que venham esses demagogos. Esses tipos de demagogos são benéficos à classe trabalhadora porque os outros são tão demagogos que ficam por lá mesmo, não se ligam à classe trabalhadora, não vêm. Esses, ele vinha e ouvia. Tinha sensibilidade para isso. Então, como ele era ao mesmo tempo o Presidente do PTB, queriam dizer que o PTB é que dominava. Todo partido tem elementos fisiológicos e ideológicos. No Brasil, a gente pensando bem, partido político é uma coisa que dificilmente você caracteriza. São legendas eleitorais que não têm, inclusive, uma, vamos dizer, uma uniformidade nacional, eu estou, me lembro, cansado de ver em determinados estados, o PTB era o mais reacionário dos partidos. Na Bahia, por exemplo, tradicionalmente o PTB era ultraconservador e ligado aos latifundiários; e fisiológico para burro. O PSD lá era um dos partidos mais democráticos, mais avançados na Bahia. A UDN no Piauí, no Maranhão, não sei se é também. Em Sergipe, era o partido mais democrático. Se você pegasse aqui no Rio de Janeiro, era conservador o PTB daqui. O PTB de São Paulo, com Ivete Vargas e não sei o quê, a mesma coisa. Não tinha nada de trabalhista. Já no Rio

Grande do Sul você não podia dizer a mesma coisa. Então começa que para você fazer uma caracterização de partido, esse partido, aquele partido, tem que especular muito, porque eles não tinham nem tradição como partido político, não é? No Brasil não se tem essa tradição de partido político. Agora, na época todos se beneficiavam, indistintamente. Eram favores pessoais, favores decorrentes fisiológicos que estavam ligados, então havia pessoas que por proximidade do poder e por intercâmbio de interesses, faziam. Mas isso existe hoje. Ou não existe? Deixou de existir algum tempo? A gente vê aí, o "trem da alegria do Senado", não é, e *otras cositas mas*. Esse negócio é da própria essência da formação política brasileira.

MC - O senhor fez uma excelente exposição sobre a situação dos partidos políticos no Brasil. Tudo bem, mas particularmente a literatura existente sobre esse período, em relação ao sindicalismo, e em relação à previdência, colocam que a máquina do Estado, quer dizer, a máquina estatal, a Previdência Social foi muito benéfica para diversos políticos do PTB, ajudou incrivelmente a eleição, empregos, e particularmente o PTB. O senhor não se lembra dessa época, denúncias, ou o que o senhor mesmo viveu, o que o senhor ouvia, sobre esse período, sobre essa situação?

LV - Lógico, lógico que isso havia, na época se afirmava isso, eu pessoalmente, como não participava do PTB, nem de nenhum partido político oficial, eu não posso garantir. Falava-se isso, inegavelmente falava-se. E eu acho que alguns casos são verdadeiros mesmo, havia isso. Porque até na divisão, vamos dizer, no acordo eleitoral, parece que houve certas definições, pelo menos quando esteve no poder a aliança PSD/PTB, não é? Mais concretamente com Juscelino e Jango. Mas veja bem, no tempo de Jânio Quadros e PTB não estava no poder. O Jânio era Jânio e João Goulart como vice. Mas o Jânio não dava espaço ao vice dele não. E não houve modificações na política da Previdência Social. Eu me lembro, inclusive, de um fato, que nós fomos à presença do Jânio Quadros, nós, a liderança nacional dos bancários naquele tempo, fomos ao Jânio Quadros até em São Paulo. Ele estava com o governo, ele fazia aquele governo transitório e tudo o mais. Fomos levados por um assessor sindical dele, o companheiro Dante Pellacani, que era assessor sindical de Jânio Quadros, nos levou à uma audiência com Jânio Quadros. E o nosso objetivo era conseguir com Jânio Quadros a manutenção da conquista que nós tínhamos tido antes de indicar em cada estado, pelo menos nas principais capitais, o delegado regional do IAPB, que foi outra conquista que eu não me referi e que foi obtida, mas além de indicarmos os agentes nas cidades de interior, eram bancários, e, indicados geralmente pelo sindicato, nas capitais nos indicávamos o delegado, nas principais sindicais, tivemos delegado bancário no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Porto Alegre, em Brasília e, note-se, não era só bancário, às vezes era um funcionário do IAPB, mas que era da confiança dos bancários e os bancários indicavam, compreendeu? Isso é uma conquista. Com a mudança de Jânio Quadros, os políticos que não estavam, que criticavam os outros porque utilizavam a máquina da Previdência, dos IAP s, estavam doidos para pegar esse negócio, para utilizar também. Tem até aquela piada do tempo do Império diz: "Nada há mais parecido que um conservador do que um liberal no poder". Então é esse negócio, os caras chegaram de goela seca e criticavam os outros porque usavam a máquina, mas quando chegaram, a primeira coisa que eles fizeram: Ah!!! Botaram delegado o elegeram não sei o que, e botaram gente" E aí começou a sentir as pressões dos eleitores do Jânio Quadros, da corrente política que apoiou Jânio Quadros, para tirar os bancários, e no caso do IAPB, pelo menos, o PTB pode ter tido lá as influências, mas os delegados que foram eleitos foram bancários. Então se existiu essa influência, e eu acredito que ela tenha existido, dentro do IAPB ela foi minimizada.

Minimizada em que? Pela atuação dos sindicatos. Na medida em que os sindicatos exigiam, aqui o Delegado do Rio de Janeiro é o Lauro Jurandir de Castro Leão, que vocês entrevistaram, e o Dantes Edmundo Montez Júnior que já faleceu, que foi delegado também aqui. Em São Paulo nós tivemos um bancário também na delegacia de São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Brasília tivemos um companheiro, inclusive foi cassado em [19]64, Vilmo Trindade de Oliveira, que era do Banco do Brasil, foi delegado do IAPB na capital da República. Quando foi eleito Jânio Quadros, veja bem, os políticos que criticavam os elementos do PTB começaram a querer pegar essas delegacias. Iam pegar delegacia para que, se o bancário estava servindo bem, não é? Então fomos ao Jânio Quadros para protestar e o Jânio Quadros, que é um encenador, é um artista do palco, depois de nos fazer esperar um bom tempão, e fazer um major do Exército, cheio de alarmes, correr na pontinha dos pés, balançado por uma campainha que ele tocava: ele tocava a campainha e o major corria, uma pena, um sujeito educado, fino, e tal e coisa, correndo feito um bedel por causa do Presidente da República que tocava uma campainha. E fazia simulações, ficava fazendo sinalzinho cabalístico numas notinhas que ele tinha em cima da mesa, e ainda se deu ao desplante de, na nossa presença, abrir um remédio, que fez questão que a gente lesse que era amostra grátis, para tomar uma pílula. E depois, assim muito preocupado em saber quem é que ia faltar com respeito a ele, porque a atitude dele era assim, era um cara que estava sempre em guarda. Aí, quando dizemos o pleito, ele disse: "Quem nomeia no IAPB ou em qualquer questão da Previdência Social sou eu, e não tenho outra coisa a afirmar". Assim. E, no entanto, ele não teve força para modificar e não tirou. É verdade que felizmente ele durou pouco tempo, mas não fez modificações. Mas estava cheio de gente querendo modificações, e não era PTB, Jânio Quadros não era PTB.

NM - O senhor nessa época foi candidato a vereador pelo PTB?

LV - É, eu fui uma vez candidato pelo PTB. É dessas coisas que o João Goulart fazia, eu não era filiado ao PTB. Ele em determinado momento ofereceu aos...

LO - Bom, vamos virar o lado. Aproveitar que o senhor deu uma pausa vamos virar o lado.

Fita 5 - Lado B

LO - O senhor pode continuar então.

LV - Você lembrou, de fato eu fui. Foi o seguinte: em determinado momento, eu não me lembro, foi na última eleição, eu teria, inclusive, passado de vereador para deputado estadual, porque foi aquela Câmara de Vereadores que, da mudança, quer dizer, que estava em pleno mandato quando, em 1960, que foi transferido Brasília, foi em [19]60. Então deve ter sido [19]58, por aí a eleição. O João Goulart fazia uma política, como eu disse, muito próxima dos sindicatos. Principalmente quando ele reconhecia que determinadas pessoas tinham legitimidade de representação, dava atenção àquelas categorias que eram combativas, e dava atenção às pessoas que iam até ele tratar das reivindicações e não pedir favores. Ele, engraçado, essa característica ele tinha. Ele respeitava e tratava com deferência e homenageava aquelas pessoas que ele conhecia que eram autênticos líderes que não se aproximavam do poder para pedir favores. Então eles tinham um profundo respeito com a liderança bancária. Nós tínhamos, inclusive, companheiros que gozavam de intimidade dele, como é o caso do Osmildo Estafort da

Silva, seu conterrâneo, que tinha sido menino que tinha convivido com ele, rapaz que tinha convivido com ele, tinha intimidade de falar com ele assim, de tu, de chamar de tu, como dizem os gaúchos. E nunca foi fazer um pedido pessoal, nunca utilizou esse veículo a não ser como instrumento de ligação com as reivindicações da categoria. Então ele em contrapartida, ele respeitava profundamente esses homens. E sabendo muitas vezes que esses homens não eram nem ligados ideológica e partidariamente à corrente dele. Mas que eram pessoas honestas e pessoas que eram aliadas, aliadas, vamos dizer, aliados, como é que se chama isso, fiéis, honestos, não é? Então, em razão disso, ele convidou, nessa época, vários dirigentes sindicais para participarem, através da influência dele no Diretório Nacional do PTB, fazer com que, na chapa oficial, constasse o nome de candidatos. Então convidou Benedito Cerqueira, Lício Hauer, que era do funcionalismo público, Benedito Cerqueira dos metalúrgicos, Olímpio Fernandes Melo, dos bancários e alguns outros. Convidou para fazerem parte da chapa como candidatos a deputado federal. E também convidou, note-se que ele não indicou o meu nome. Ele convidou, disse que tinha uma vaga na chapa de vereador para ser completada por um bancário que, vamos dizer, os líderes, as pessoas que tinham influência maior indicassem. E os companheiros reunidos acharam que era o meu nome. E eu então tive que fazer duas atitudes: filiar-se ao PTB, entrar e concorrer na convenção. E houve oposições. Uma das oposições dentro do PTB à inclusão do meu nome e do nome de Olímpio, era justamente o Chefe de Gabinete do Enos Sadock de Sá Mota, que era líder do PTB em João Pessoa, na Paraíba. Era Pessoa de Queirós o nome dele, não me lembro totalmente.

MC - Pessoa de Queirós?

LV - É. Tinha um nome, ele era da família Pessoa de Queirós.

NM - Senhor Viegas. O senhor teve quatro mil votos naquela oportunidade, não é?

LV - É, cerca de quatro mil.

NM - De que forma o tema sindicato e Previdência Social pesaram para o senhor ter uma votação expressiva naquela oportunidade?

LV - Olha, eu fui um mau candidato, viu, diga-se de passagem. Porque, primeiro que eu não estava com muita vontade de ser eleito. Nunca me atraiu muito, não me atraiu muito não, nunca me atraiu a representação, não que eu subestime não. Para mim, pessoalmente, eu não gostaria de exercer esse trabalho, porque eu tenho uma compreensão da posição de um representante do povo, uma coisa muito rígida, eu acho que tem que ser um homem que tem que se consagrar 100% àquele mandato. E tem que abdicar inclusive até de vida pessoal quase. Pelo menos reduzir imensamente. E eu tenho um profundo respeito a um autêntico representante do povo na casa legislativa. Agora, não me sinto atraído para fazer isso. Então fui um mau candidato. Basta dizer que eu não fiz um comício sequer me promovendo. E andei fazendo comício e apoiando outros, como inclusive um médico que nós tivemos do IAPB, o doutor Aníbal Teixeira de Gouveia, que foi eleito, diga-se de passagem, nessa época. Ele foi eleito vereador, era meu oponente, num outro partido, numa outra legenda, e eu cheguei a participar de um ato da campanha dele e tal, portanto, cabalando voto contra mim. Então esse aspecto, tem um negócio aí. Agora, eu garanto o seguinte: que esses quatro mil votos, cerca de quatro mil votos, ou quatro mil votos, não me lembro exatamente quantos foram, foram dados exclusivamente pela minha vida, minha atuação dentro do movimento sindical e, portanto, têm influência todas as minhas

atitudes coletivas, individuais, na luta, inclusive, dentro da Previdência Social, logicamente. Talvez só os votos de família que pudessem ter outra conotação (risos).

NM - Eu gostaria de falar, apesar do senhor ter dito que não era de outra forma, talvez o melhor candidato para categoria, no entanto, nesse momento é criado a CONTEC, mais ou menos nessa mesma época.

LV - É...

NM - E o senhor foi eleito delegado do eixo Rio de Janeiro, Estado da Guanabara e Espírito Santo?

LV - Acontece o seguinte: para de acordo com a legislação, para você organizar uma confederação, você tem que ter, pelo menos três federações. Naquela época, como eu já disse, só existia uma federação no Rio Grande do Sul. Então num congresso de bancários que houve, ficou estabelecido que se buscava, que se buscaria organizar outras federações. Então, se organizou a federação de São Paulo, que deveria abranger São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Foi organizada a de Minas Gerais para pegar Minas Gerais e Goiás, do Rio de Janeiro que congregaria Rio, naquele tempo Distrito Federal, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e outra com sede em Recife que seria a federação do Norte e Nordeste. Portanto, cinco federações porque a do Rio Grande do Sul já existia com sede em Porto Alegre.

NM - Isso foi a primeira Convenção Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Crédito?

LV - Não, foi um congresso mesmo. Congresso onde já existia a Comissão Executiva Nacional dos Bancários, que foi homologada nesse congresso. Eu não sei se o congresso foi realizado em São Paulo ou em Minas, mas foi um congresso. Então partimos para a organização dessas federações. E eu, como era militante sindical daqui do Rio de Janeiro e não tinha mandato sindical no sindicato do Rio, recebi a incumbência de cuidar da organização dessa federação daqui do Rio. E organizamos a federação com uma diretoria provisória que era constituída pelo companheiro Roberto Teixeira de Gouveia, que era o presidente e que era do Banco do Brasil, Jorge Saltarelli, que era do Banco Ultramarino Brasileiro, e o Nelson Pereira de Souza, que era do Banco de Londres. Esses companheiros constituíram a diretoria provisória, porque tinha que ter uma diretoria provisória, depois então fazer uma reunião de todos os sindicatos da base e aí eleger então, depois de concedida a carta sindical, aí fazer eleição da diretoria definitiva. Como eu participei diretamente, até ajudando a ultimar o registro do sindicato de Petrópolis e tal, já era conhecido nacionalmente, já era conhecido pelos sindicatos daqui do Rio, o meu sindicato, que era o do Rio de Janeiro, já tinha me designado para cuidar desse problema da federação. Lógico que depois de concedida a carta sindical, buscando organizar a primeira diretoria com consenso, foi consenso, praticamente não houve aquela formalidade, só observando burocraticamente a formalidade. Foi registrada e tal e coisa, mas tudo acertado previamente, de comum acordo se fez uma diretoria e lógico que o meu nome passou com muita facilidade para ser o primeiro presidente da federação.

NM - E qual foi a sua atuação, enquanto dirigente na CONTEC?

LV - Ah! Na federação primeiro. Então, na federação, tínhamos por objetivo, constituída a federação, constituir a confederação. Então eu fui eleito na diretoria dessa federação, que eram cinco pessoas na diretoria da federação, e havia um conselho fiscal e um conselho de representantes junto à futura confederação, com dois membros. Então eu era o Presidente e era um dos delegados representantes junto ao conselho da confederação, certo? Então, como delegado representante da federação, eu tive atuação marcante na organização da confederação, inclusive, na reunião de organização, a primeira ata, que elegeu inclusive uma diretoria provisória e tal e coisa, a ata é redigida com meu nome, pois fui secretário dessa reunião. E depois, quando foi eleita a primeira diretoria, eu não fiz parte da primeira diretoria da confederação, não.

NM - Armando Ziller?

LV - O Armando Ziller fez, mas o Presidente foi o Humberto Meneses Pinheiro, que era o Presidente do Sindicato do Rio, que era o presidente da comissão executiva nacional. Então logicamente aquele que já tinha sido, num congresso, homologado como representante, como presidente dessa comissão executiva nacional, era um presidente e era o mais importante sindicato da época, por que era o sindicato da capital, ele foi eleito primeiro presidente. Era ele presidente, Armando Ziller, de Minas Gerais, era o primeiro vice, eu acredito que o Osmildo Estafort da Silva, que era do Rio Grande do Sul, era o segundo vice, Olímpio Fernandes de Melo era o primeiro secretário, Vilmo Trindade de Oliveira, segundo secretário, o tesoureiro era eu. Eu não me lembro o nome, era do Paraná. E assim foi organizada a diretoria da federação. Depois houve um mandato de dois anos, a própria federação, o reconhecimento foi uma parada, foi uma luta para se conseguir o reconhecimento. Juscelino custou a assinar a carta sindical da confederação, que eles sabiam que aquela confederação estava surgindo ali, estava surgindo de baixo para cima. Não era do tipo das confederações que até então existiam, não. Depois, houve uma segunda eleição, que eu também não fui eleito, foi reconduzido o Humberto. Eu só entrei para a diretoria da confederação no terceiro mandato, que eu continuava já no terceiro mandato como presidente da federação, porque eu fui presidente da federação desde 1958 até 1964, quando fui cassado. Na federação eu era reconduzido à toda eleição, e na confederação eu vim a participar na terceira diretoria, como primeiro secretário.

Nessa gestão houve uma mudança de estatuto, com criação de novos cargos, melhor distribuição, em vez de primeiro e segundo secretário, nós criamos secretário-geral, secretário de assistência social, secretário de previdência, sei lá, secretário de planejamento, tinha uma porção, ou diretor de planejamento, diretor procurador, tinham vários, tesoureiro também ficou um só, não tinha tesoureiro, primeiro tesoureiro, segundo tesoureiro, como tinha antigamente. Houve uma mudança, que eu colaborei nessa mudança de estatuto também, e um sentido sempre foi muito mais organizativo, eu fui um elemento sempre que, dentro do movimento sindical, eu tive uma tendência para, embora fosse um agitador, vamos dizer, no sentido nato da palavra, e participava, era orador de assembleias e tudo mais, mas sempre na minha atividade dentro das organizações eu era mais o homem que consolidava, que amarrava, que organizava e tal, que estruturava sindicatos, que ia lá, ia discutir com o pessoal, e tal. Sempre tive essa característica.

NM - O senhor confirmaria uma acusação que deputados de direita faziam em 1962, no final de 1962, acusando a CNTI* e CONTEC de terem viabilizado, terem sustentado a criação do CGT?

LV - Isso aí não é acusação, não (risos). Isso não é acusação, não. É uma constatação histórica. É o seguinte: os trabalhadores foram organizados por uma camisa de força. O Estado criou uma legislação sindical e baixou de cima para baixo a partir de 1930, uma cópia da *Carta del Lavoro*, da Itália fascista e tal. Então, os trabalhadores sempre desejaram ter uma central sindical. Sempre desejaram ter uma central sindical. E sempre nas diversas tentativas, mesmo antes de 1930, houve movimentos de trabalhadores buscando se organizar nacionalmente. Mas lógico, numa política de classe, a classe dominante não quer que os trabalhadores estejam organizados. Acredito que até hoje essa divisão que existe em mais de uma central sindical, isso aí é prejudicial à classe trabalhadora, e pode ser que tenham alguns elementozinhos aí de envenenamento para não permitir a unidade. Mas acontece o seguinte: nessas diversas tentativas, sempre obstaculizadas pela reação, ou pela força, ou por envolvimento ou, por tudo o mais, ela não pode fugir a uma realidade. É que havia problemas sociais e econômicos comuns aos trabalhadores. Um dos problemas foi que Previdência Social existia com vários institutos, cada instituto tinha um plano de benefícios, cada instituto tinha uma estrutura e quando um trabalhador mudava de uma categoria para outra perdia ou ganhava direitos, que afinal de contas ele não tinha nada com isso, era só uma mudança de emprego. Então houve a necessidade de se buscar a uniformização da Previdência Social. Ou melhor, de se lutar pela consolidação das leis da Previdência Social, para estabelecer um plano comum de benefícios e tudo o mais. Ora, nesse momento já existia a CONTEC. Inegavelmente a CONTEC era dos organismos das confederações existentes, a mais avançada politicamente. Porque tinha sido constituída de um movimento sindical ativo, de baixo para cima. As outras tinham sido constituídas em outra época. A CONTEC tinha surgido num momento de ascenso democrático. As outras confederações, não. Existiam, que era CNTI, e a CNTC* e a CNTTT**, que eram as três que existiam, tinham surgido já naquele tempo que se "amarrava cachorro com linguiça", e outras coisas mais desse tipo. Então era umas confederações que vinham viciadas com diretorias que eram muito mais próximas do governo do que das próprias organizações. Que a confederação ficava lá, tinham as federações, e mais os sindicatos, para chegar nesse filtro, até em cima, era difícil. Então, a CONTEC, inegavelmente, teve uma influência marcante nisso. Principalmente, com o espírito que a gente tinha da compreensão de que o movimento sindical só avança na medida em que a gente não toma posições radicais. Que a gente desce a uma compreensão média para avançar junto. Essa compreensão havia. Nós, embora tivéssemos, nós, na confederação, uma compreensão mais avançada do desenvolvimento social, tínhamos até a preocupação na formação de chapa, ir buscar colegas mais atrasados politicamente, para participarem da diretoria, para impedir que a gente ficasse com um *Yes, sir* dentro da confederação. Todo mundo pensando igual, e podia caminhar para o abismo. Então, a gente buscava esse equilíbrio. No movimento com as confederações, nos contatos, a gente foi trabalhar junto com os Holanda Cavalcante, com o Sindulfo Pequeno, como é, esse, esse recente ex-presidente da CNTI...

MC - Ari Campista.

---

* CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.
* CNTC- Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio.
** CNTTT-Confederação Nac. dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

LV - Ari Campista, trabalhamos, companheiro Ari Campista, enquanto é um problema da categoria deles, se ele foi eleito dirigente, é esse o dirigente que a gente tem que trabalhar. Porque nós é que vamos rotular fulano de tal é pelego, fulano tal é isso é aquilo, aquilo outro. A gente tem que respeitar a democracia. Para ser respeitado, o sujeito tem que respeitar. É um problema de desenvolvimento. Vamos trabalhar nas bases para desenvolver a compreensão das bases para que elejam melhores dirigentes. Enquanto não tiver isso, é porque a compreensão está atrasada, então você tem que, para buscar unidade, muitas vezes você tem que recuar a uma posição que é mais atrasada que a sua, mas para caminhar junto. Trabalho coletivo é isso: é a capacidade, inclusive, de entender o atraso. Não é vantagem o sujeito só ser adiantado, não. Então fizemos isso. E, nesse momento, como havia um ascenso democrático, houve uma melhora também de composição no meio dos industriários. Roberto Morena tem muita influência nisso, Benedito Cerqueira tem muita influência nisso, então conseguimos, até eu digo, conseguimos o movimento operário, em geral, mas sem nenhuma interferência, nós nunca mobilizamos equipes para ir trabalhar no meio dos industriários, nem interferir no meio dos metalúrgicos, nada disso. Respeitando lá eles. Então eles elegeram uma diretoria melhor para CNTI. Então uma diretoria onde estava um Claude Smith Riani, que é um companheiro que não tinha politicamente, não pensava como eu penso, eu acredito, ele está vivo, ele continuou, ele era petebista, era um companheiro honesto. O Dante Pellacani era um companheiro combativo, de São Paulo, e tal. Benedito Cerqueira, um grande dirigente sindical, que inclusive acaba de ser homenageado, era o fundador do PDT, atualmente, foi o fundador antes de morrer, ajudou a fundar o PDT. Esses homens eram autênticos dirigentes sindicais honestos, representantes da categoria, e com essa compreensão nós trabalhamos juntos para atrair, inclusive, as outras confederações. Foi marcante a posição, foi.

NM - Já que estamos falando de representação, nós já falamos do PTB, mas eu gostaria de saber o seguinte: em relação ao PCB. Qual era a força do PCB na definição e na condução movimento sindical nesse momento?

LV - Bom, eu acho o seguinte, que a história do movimento operário no Brasil está estreitamente ligada à história do Partido Comunista. Sempre onde você, até se não quisesse, porque todo movimento sindical, primeiro para ser combatido, é logo chamado de comunista. Agora, os comunistas sempre atuaram no movimento sindical e nunca esconderam isso, porque até se proclamam como partido avançado da classe operária. Então seria até um despropósito, um partido que se diz da classe operária, não estar atuando no meio da classe operária. Então, sempre os comunistas atuaram no movimento sindical. E vários dirigentes importantes do movimento sindical eram comunistas. Mas não tem exclusividade. Não. Os comunistas não têm exclusividade no movimento sindical. Há muitos dirigentes, grandes dirigentes sindicais que não foram, nunca foram comunistas, e às vezes até chamados de comunistas. Mas no movimento sindical bancário, a influência sempre foi grande. Não quer dizer que todos os líderes bancários tenham sido comunistas. Não, não. Quisera eu fosse, porque eu sou. Então quisera eu que fosse, porque aí o meu partido estaria muito mais em condições do que está hoje. Se, de fato, os comunistas fossem aquilo que a reação diz, já estava no poder. Mas, infelizmente, não é assim. Agora, no movimento bancário, os comunistas, no Rio de Janeiro, principalmente, sempre tiveram influência. Tiveram sempre influência, isso não... Agora, nessa época, por exemplo, você falar na CNTI, não. Não. Que eu conheça dos dirigentes da CNTI daquela época de 1964, não conheço nenhum diretor da CNTI que fosse comunista. Agora, era, eram autênticos trabalhadores sindicalistas, honestos, lutadores, estavam lá. Nos marítimos, também tinha na Confederação dos Marítimos, que também

veio, dos aeronautas, que fazem parte da confederação dos marítimos. Então houve um ascenso no movimento sindical e houve reivindicações comuns e, principalmente, as reivindicações foram a Lei de Greve, e a Lei Orgânica da Previdência Social. Esses é que foram, vamos dizer, os motivos da organização do Comando Geral dos Trabalhadores. O tal chamado CGT, que pintam muito mais, vamos dizer, muito maior do que de fato foi. Até quiséramos nós que tivesse dito o que disseram que ele foi, porque não teria acontecido 1964. Se de fato ele fosse o que disseram que era, não teria acontecido em 1964.

NM - O senhor atribui a que essa imagem de força do CGT?

LV - À necessidade de atemorizar a classe média. Porque inegavelmente os anos [19]60, princípio dos anos [19]60, havia um avanço democrático, com conquistas sociais e econômicas do povo brasileiro. Está no bojo disso, a luta do petróleo, a luta da paz, tudo está no bojo, a democratização, a posse do Juscelino, que foi tentada, a gente não pode esquecer, que um Presidente da República eleito, e tentaram não dar posse ao Presidente da República eleito. Então todas essas lutas somaram, para um processo democrático, e com sentimento nacionalista, que naquele tempo se você quisesse ofender alguém, chamava de entreguista, então havia um sentimento nacionalista arraigado, a dívida externa não era essa que está aí, porque havia uma política de independência econômica, de marchar para uma independência econômica do país. Então os setores interessados em impedir esse avanço precisavam de conteúdo ideológico, enfim, de motivação, porque só o combate às ideias não estava dando mais. Porque já havia um avanço, uma compreensão democrática, já se começava a aceitar ideias contrárias. O Lott por exemplo, que tinha sido eleitor do Juarez, de repente, por uma ideia ou princípio democrático do respeito à votação, concorda em dar um contragolpe para permitir a posse do eleito.

MC - O senhor está falando do Marechal Lott?

LV - Marechal Lott.

Fita 6 – Lado A

LV - Então eu estava dizendo o seguinte: que havia um avanço democrático, um avanço, principalmente, havia... Olha, havia uma luta nacional pelo controle da remessa de lucros, *royalties* e dividendos pro exterior. Isso, o poder econômico que nos domina ainda, que é o poder externo, não podia assistir a isso passivamente. Mas ao mesmo tempo, só acenar como perigo comunista, ou não sei o que, não dava. Então eles precisaram criar algumas justificativas. Então exageravam no problema, havia esse exagero, diga-se de passagem, que alguns companheiros até se prestaram inconscientemente a essa manobra, na medida em que algumas greves, alguns movimentos reivindicatórios, eram até exageradamente. O direito de greve era praticado até com relativo exagero. Com relativo exagero. Por agora, isso não acontecia por acaso. Como foram buscar um pretexto de uma insubordinação militar, que foi o pretexto máximo para eclodir o movimento, e hoje, todo mundo está sabendo que falsamente chamado cabo Anselmo, era um agente. E ele não virou agente, ele já era agente. Então, assim como haviam os "cabo Anselmo", devia haver no movimento sindical alguns "cabinhos" Anselmo também. Desses dirigentes nacionais, vamos fazer justiça, não conheço nenhum "cabo Anselmo". Com eles, todos eles sofreram as consequências e tudo o mais. Agora, não havia esse negócio de CGT, que fazia esse exagero aí. CGT era um organismo de consulta nacional das confederações

e das federações nacionais, para defesa de reivindicações comuns aos trabalhadores. Agora é lógico, que dentre as reivindicações comuns trabalhadores - trabalhador é gente - porque a gente nega aos trabalhadores o direito de influir na política do país, e quer que isso seja feito por quem? Pelos empresários? Só a CONCLAT, como é que eles chamavam, era CONCLAT mesmo...

LO - CONCLAP.

LV - Não, é...

LO - Das classes produtoras...

LV - É. CONCLAP. A CONCLAP. Era o CGT dos empresários, e nunca ouvi falar da CGT dos empresários como um elemento perigoso. E eu acho até que eles eram mais perigosos, porque dentro deles tinham representantes de interesses não nacionais. No nosso não tinha, não.

LO - Seu Luís Viegas, eu gostaria que o senhor colocasse, mais uma vez tentando formalizar, antes que nós encaminhemos a questão da participação do Partido Comunista nas lutas da Previdência, eu gostaria que o senhor colocasse brevemente para gente, dentro daquilo que o senhor acha possível, que tipo de trabalho o senhor exercia, que representatividade o senhor tinha dentro do Partido Comunista?

LV - Bom, eu dentro do Partido Comunista, o Partido Comunista teve uma existência legal pequenininha. Então dentro dessa época eu fui um militante comunista, da organização que existia no Banco do Brasil, não é? Isso foi o que, de [19]46 até [19]48, não é? Pouquinho. E só, e fui um militante, nunca fui expoente de coisa nenhuma.

LO - Em algum momento o senhor tinha uma direção por uma política própria do partido, principalmente na questão da Previdência Social, que é o que nos toca mais diretamente?

LO - Eu acho que todo político tem! Todo político tem, lógico que inclusive as pessoas, eu não chego a dizer assim, porque no movimento sindical, quando a gente atuava, embora comunista, embora comunistas, quem pesquisa e procura ver no meio dos bancários verifica que eu sempre fui um cara muito amplo. E nunca confundi partido político com organização sindical. Nunca utilizei a organização sindical para instrumentalizar em função de partido político. Lógico que eu, se tenho pensamento comunista, a minha atividade prática revela e retrata e traduz esse posicionamento. Seria até monstruoso se fosse o contrário. Eu seria um farsante se atuasse numa organização, vamos dizer, sindical, ou de ampla massa ou de qualquer coisa, abstraindo meu pensamento político. Então lógico que, e como tal, os comunistas, de uma forma geral, atuavam. No tempo da existência legal do partido, havia inclusive seminário, havia reuniões específicas para defender temas, teses, a respeito do movimento sindical e da Previdência Social e tudo o mais.

LO - Eu tive...

LV - E são essas as teses. É a participação dos trabalhadores na administração, respeito às conquistas dos trabalhadores, é o problema de utilizar a Previdência Social para o atendimento dos problemas da classe de trabalhadores, e não como instrumento político

para eleger A, B, ou C, ou para beneficiar esse ou aquele setor até comercial, porque hoje em dia até se desvia dinheiro da Previdência Social nesse período todo aí, se desviou recurso para atender a obras, quer dizer, como a construção de Brasília, a Transamazônica, Itaipu, Nuclebrás, a própria organização... A ponte Rio-Niterói, tudo isso foi feito com recursos retirados também da Previdência social. E isso nós somos contra.

LO - Seu Luiz Viegas, eu tive oportunidade, em conversa pessoal com o Dr. Alcedo Coutinho, deputado representante do Partido Comunista na Assembleia de [19]46, de perceber, e ter acesso a documentos que ele me mostrou, que revelavam que o Partido Comunista, na Constituinte de [19]46, trazia uma proposta muito similar à proposta, com referência ã Previdência Social, uma proposta muito similar à proposta do Getúlio, no final do governo Getúlio, a proposta do ISSB*, da unificação, principalmente a questão da unificação. O senhor confirma essa tese de que essa ideia de que a unificação era uma das questões centrais levantadas pelos comunistas, com referência à Previdência Social?

LV - Olha, eu não, como eu disse a você, eu sempre fui *fichinha* no Partido Comunista, então era militante de base e principalmente eu era um atuante, um atuante no meio sindical. Nós nunca tivemos, se o Alcedo disse isso, ele tem muito mais condições do que...

LO - Não, eu falo no dia-a-dia da luta, o senhor via, não estou duvidando do Dr. Alcedo...

LV - É, não... Exato, você dizendo isso, eu não me lembro nem das teses, sinceramente, eu não me lembro nem das teses que foram defendidas pelo Partido Comunista na Constituinte de [19]46, porque até determinadas coisas já foram feitas até autocrítica de posições que se tomou naquela época, nem tudo foi acerto, embora eu ache que maior parte foi acerto. Mas, houve erros também e tal, que são reconhecidos. Agora, na prática do dia-a-dia nós nunca tivemos ojeriza à unificação. E mais, nós entendíamos que a unificação era um processo. Era um caminho a ser atingido. Tanto que a primeiro a etapa, a LOPS representou o primeiro passo da unificação. Qual foi esse passo? Da uniformização do plano de benefícios. Então, isso já é um processo de unificação. Com a unificação dos recursos, quer dizer, do sistema de captação de recursos. Então, isso na prática representa uma tendência para a unificação. Mais ainda, como eu disse aqui, na política, por exemplo, no tempo de Enos, ele inaugurava em determinada cidade um ambulatório que era superdimensionado para população bancária do local. Então não é que nós achássemos que aquela população ali não merecia um atendimento médico à altura, mas é que por demagogia se criava um instrumento superdimensionado. Então nós já começávamos a marchar no final de [19]60, para compreensão de que nos grandes centros poderia haver hospitais, poderia haver ambulatórios sozinhos, do próprio IAPB. Aonde tinha uma população que garantisse o funcionamento adequado à aplicação de recursos. E nos outros locais, buscar, através de um convênio, a constituição de ambulatórios que fossem de uso comum, também no processo de unificação, está? Como já existiu, por exemplo, antes dos bancários terem o hospital, hoje chamado da Lagoa, que era o Hospital dos Bancários, comprado da Sul América, na administração do colegiado, com o apoio dos sindicatos, porque inclusive as doenças mais graves do resto do Brasil vinham para ser tratadas nesse hospital. Pois bem, antes de termos esse hospital, tivemos um andar inteiro no Hospital dos Marítimos, no Andaraí, na Rua Leopoldo.

* ISSB - Instituto de Serviços Sociais do Brasil.

Então, já havia isso, um processo. O que nós condenamos na unificação que foi feita, foi um processo liquidacionista da unificação. Uma unificação que nivelou por baixo. Nós não queríamos nivelar por baixo, nós queríamos fazer um processo de unificação, que levamos àqueles companheiros de outras categorias profissionais que não tinham um atendimento, a ter o atendimento que os outros tinham, e não jogar todo mundo na vala comum. O que foi processado agora, nessa ditadura, foi, não um processo de unificação, foi um processo de liquidação. Porque, se juntou tudo, com menosprezo ao grau de adiantamento que algumas categorias já tinham, como caso específico de bancários, de marítimos, e de certa forma, do IAPI, para jogar todo mundo no atendimento comum. E mais, se criou, se houvesse uma intenção de unir para realizar, não se teria a estrutura que se fez da Previdência Social, superdimensionada. Uma estrutura onde você cria um IAPAS, um INPS, um INAMPS, um SERPRO aí, dentro de um SIMPAS, ainda pegando LBA, Fundação Cristo Redentor, que nada tem a ver com Previdência Social, assistência é assistência social, quando muito, nada tem com o chamado hoje em dia, modernamente, como é que chamam? Não chamam Previdência Social hoje, modernamente chamam...

LO - Seguridade Social...

LV - Seguridade Social, embora esse termo seja, há quem diga que tem um pouco de hispanismo nisso... Bom, mas de qualquer forma a semântica não vem ao caso... Nós nunca fomos contra a unificação, não. Achamos inclusive que o caminho, a unificação feita com critério, e com critério para avançar e não para recuar. Agora mesmo, recentemente, estivemos nunca entrevista, já como dirigente da Confederação de Aposentados, estivemos com o Ministro Waldir Pires, e ele disse que encontrou um descalabro, que ele sabia que a Previdência Social ia ser "um abacaxi", tinha aceito, conscientemente, mas não sabia do tamanho. Que ele encontrou, por exemplo, superintendente no estado de São Paulo, superintendentes do INAMPS, do IAPAS e não sei o que, que nem se conheciam... Eu já falei isso aqui, não é?

LO - O senhor colocou sobre isso...

LV - Pois é, então...

MC - Seu Viegas, eu queria, já nesse tema da unificação voltar um pouco atrás, e até ligar isso à questão partidária outra vez. O primeiro projeto de Lei Orgânica da Previdência Social foi feito pelo Aluísio Alves, em 1947. E a Aluísio Alves era da UDN. Como é que o senhor entende que a UDN tenha abraçado essa questão da Lei Orgânica da Previdência, naquele período?

LV - É exatamente aquele negócio que eu disse, que os partidos não podem ser caracterizados como partido, como um todo. Eu acredito que o Aluísio Alves é do Rio Grande do Norte. Talvez no Rio Grande do Norte a UDN fosse mais democrática do que nos outros. Você vê, isso só vem corroborar aquele negócio que nós conversamos ainda pouco sobre os partidos políticos. Você vê, tem projetos de udenistas que puderam ter sido assinados por petebistas, por socialistas e tal e coisa, e há também o reverso da medalha.

MC - Nesse período em que ele fez esse projeto, houve muita resistência por parte de setores, tanto sindicatos, institutos, e partido políticos, no sentido de considerar que, com

a unificação alguns institutos, algumas categorias iam perder força, iam perder até recursos. O que é que o senhor acha dessa visão?

LV - Bom, eu acho que toda visão tem uma época. E o Brasil, a organização sindical e social no Brasil foi estimulada através do corporativismo. Então você não pode, de uma hora para outra, acabar inclusive com esse conceito assim de corporação que existe. Então, e principalmente, talvez a resistência maior a uma unificação antes de 1964, partisse justamente dos bancários. E muito menos, por exemplo, dos comerciários. Porque? Porque o nível de atendimento dos bancários, era muito maior, muito melhor. Então, como os outros não tinham condições de atendimento, o bancário que, por obrigação profissional, sabia fazer média, tirar, calcular média, sabia como a unificação do que tem menos com o que tem mais, vai dar uma média que é menos do que o mais. Então a resistência devia existir por um problema mais matemático do que sociológico. Esse é o aspecto. Então essa resistência acho até que era natural.

MC - Então o senhor atribui isso à visão corporativa?

LV - À visão corporativa num sentido, e à visão do desnível de atendimento, que é preponderante. Porque, veja bem, eu acredito que os bancários não teriam nenhum preconceito de se unir a uma outra categoria qualquer, se fosse garantida a ele aquele mesmo tipo de atendimento que já recebia. Por que? Por um egoísmo, só para não permitir que o outro viesse a ter isso? Eu acho que não, nunca aconteceu esse tipo de coisa. Agora, essa unificação que foi feita, você não encontra um trabalhador que defenda como tendo sido uma coisa boa, porque de fato não foi.

MC - Mas o senhor não acha que, por exemplo, para trabalhadores que não tinham assistência médica, por exemplo, alguns institutos como o IAPI, que não tem tradição de ter assistência médica, o senhor não acha que para esse trabalhador, metalúrgico, a unificação foi boa? Por que ele não tinha nada?

LV - Olha, ele continua não tendo. Isso é que a gente precisa caracterizar o seguinte: continua não tendo. E mais ainda: o Estado está se valendo de um artifício, de um caminho errado, para se desobrigar de um encargo que a própria Constituição determina. A saúde é uma responsabilidade do Estado, que deve, em nível nacional, estadual e municipal, buscar recursos orçamentários para dar... Agora até a gente nem fala cidadão, a gente está falando, a pessoa humana, porque o índio não é cidadão, e tem direito à assistência médica, a pessoa humana. E a Conferência Nacional de Saúde teve essa decisão, para dar assistência médica. O que é que o Estado está fazendo? Está pegando uma coisa que historicamente, sabe como é que surgiu a assistência médica na previdência social? Não era atribuição dos institutos, não. Os institutos foram criados para conceder pensão e aposentadoria. Então era Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários, dos Comerciários e tal. Então, era só isso. Era Instituto de Aposentadoria e Pensão. Agora, se verificou o seguinte: na medida em que os recursos entravam e ficavam parados, tinham que ser aplicados os recursos. Então começou a haver o empréstimo imobiliário como uma forma de aplicação com retorno, atendendo à coletividade, o empréstimo simples, outras atividades desse tipo. E se verificou o seguinte: na medida em que os institutos cuidassem da saúde do trabalhador, dessem uma saúde, uma assistência médica suplementar, que o Estado dava muito mal, assistência das secretarias de saúde, o trabalhador não recorreria aos benefícios de enfermidade com tanta frequência. O trabalhador ia ter mais tempo de vida, portanto, ele não ia morrer deixando pensionistas,

que iam pesar. Ele ia continuar contribuindo, e garantir que a pensão fosse paga mais tarde. Ele mesmo não se aposentaria por invalidez, porque ele teria a sua saúde garantida. A assistência médica surgiu na Previdência Social por uma deformação da insuficiência de assistência médica do Estado. E apenas para garantir melhor vida econômica da instituição, prolongando, portanto, a concessão dos benefícios. O que é faz o governo hoje? Quer pegar esses recursos da Previdência Social, que são de uma parcela apenas do povo brasileiro, e não de todo o povo brasileiro, e não de todo o povo brasileiro, e "barretada com o chapéu alheiro", estender isso à toda a população, se eximindo daquela obrigação que é sua. Então você vê, é o velho problema de resolver os problemas sociais e econômicos à custa do mais fraco. Porque não se vai fazer uma taxação forte naqueles que vivem aí, nos superluz e tudo mais, para garantir que o orçamento da República tenha um considerável percentual destinado à saúde? E aí acaba INAMPS, para que INAMPS? INAMPS é uma deformação da Previdência Social. Eu concordo. Nisso eu concordo. O INAMPS deveria? Ah, deveria! Se houvesse assistência à saúde, o Estado ou pela Constituição é obrigado a dar, não precisaria a Previdência Social conceder assistência Médica. A deformação está aí. E não ao contrário, certo?

MC - Então o senhor considera também que a deformação começou antes, quando, quer dizer...

LV - Começou, vamos dizer, numa coletividade que começou a verificar que, pela inexistência do Estado no seu atendimento à saúde, estava fazendo com que os institutos fossem sobrecarregados com benefícios de enfermidade, de invalidez, de outros, e de pensão, que podiam ser prorrogados, que seriam protelados. Então, entrou a assistência médica como um fator de protelação da concessão de benefícios. E com lucro, portanto. Na medida em que você gastava da assistência médica, mas não pagava pensão, não pagava o benefício de enfermidade, você não pagava a aposentadoria por invalidez, você estava lucrando. Agora, daí, o Estado cada vez se sentiu menos responsável, abandonou, e agora pegou e quer transformar aquilo que foi criado num âmbito fechado. Isso é que está errado.

MC - Seu Viegas, eu gostaria que antes de a gente entrar mais nessa discussão aí sobre pontos mais recentes, que o senhor fizesse assim, pormenorizado(risos), da luta do LOPS, pela conquista da Lei Orgânica da Previdência...

LO - E com a participação dos comunistas também...

LV - Não. a participação dos comunistas não tinha destaque, viu? Porque vocês vejam bem o seguinte. A LOPS, a luta da LOPS se dá, justamente num período em que o movimento comunista estava ilegal. Então, a única sobrevivência dos comunistas, como tal, era participando na luta misturado com todo mundo. Se destacassem comunistas, como comunistas, levavam na cabeça. Baixavam logo. O mínimo que podia acontecer era ser preso. Então, como comunista pode ter todo defeito, mas não deve abusar de ser burro, então ele estava participando, dentro da coletividade, cada vez mais. Houve uma participação, eu conheço várias pessoas, inclusive, que exercem função como o Roberto Morena, que chegou a ser representante dos trabalhadores no Conselho Nacional da Previdência Social. Que era, o Ministério do Trabalho, o órgão máximo da Previdência Social. O Ministério do Trabalho tinha dois conselhos: Conselho Nacional do Trabalho e Conselho Nacional da Previdência Social, eram do Ministério do Trabalho.

MC - Isso em que ano? O senhor se lembra em que ano o Roberto Morena...

LV - Foi princípio de [19]60. Na LOPS. Com o advento da LOPS, que a LOPS criou a organização colegiada nos institutos, e com o problema para garantir, vamos dizer, garantir a uniformidade que foi estabelecida, tinha um conselho nacional que também era paritário. Que julga em graus de recursos e tudo mais. Então o Roberto Morena, conhecido, talvez seja um dos comunistas mais conhecidos. Agora ele não foi como comunista, não. Ele foi como dirigente sindical acatado, respeitado, como dirigente dos marceneiros, que nem era diretor de sindicato, chegou até parece, que em [19]64, nem sei se o Roberto Morena desempenhava função representativa, vamos dizer, de sindicato, era dirigente de sindicato. Mas era um sujeito respeitado, acatado, em qualquer organismo sindical, pelo seu trabalho, pela sua atuação.

MC - O senhor se lembra assim de outros comunistas que tiveram atuação na Previdência Social, o senhor poderia, além do senhor e do Morena?

LV - Bom, eu digo, sinceramente, que a minha atuação nunca foi, vamos dizer, flagrantemente voltada para Previdência Social. Não. Inclusive, por exemplo, houve vários ou várias convenções, congressos, conferências de trabalhadores, para tratar especificamente da Previdência Social. E eu me lembro de ter participado de alguns conclaves desses, específicos aqui do Rio de Janeiro. Para tratar do problema, inclusive dessa unificação de plano de benefícios, enfim, do plano de LOPS. Depois eu me lembro de ter participado de concentrações, e de movimento assim de...

LO - Então nós vamos trocar o lado mais uma vez...

Fita 6 - Lado B

LO - Agora, o senhor pode continuar...

LV - Agora, nunca me lembro de especificamente ter recebido como tarefa do movimento sindical, ou da minha confederação e tal e coisa, tratar de Previdência social, até porque nós tínhamos companheiros mais capacitados, que eram aqueles companheiros, inclusive, que estavam atuando na questão de previdência, já estavam atuando... Por exemplo, o Lauro Leão, sindicalista, não me consta que ele algum dia tenha sido comunista...

LO - Participou do partido em 1946, filiado ao Partido Comunista.

LV - Para mim é novidade, veja você. Porque eu sei o seguinte: que o Leão chegou a ser expulso do Exército como integralista, ele era sargento do Exército...

LO - Integralista, de farda e tudo mais?

LV - É. Então, em [19]46, no movimento da legalidade, ele sempre foi um sujeito, veja só, a gente não conhece nem os companheiros, viu. (risos). Mas o Leão, na legalidade houve muita gente que ingressou no Partido Comunista, e tudo mais, participou, eu não me lembro da atuação dele como comunista, viu. Agora, sempre foi um sujeito atuante, e representativo, tinha um prestígio muito grande no banco em que ele trabalhava, meio da coletividade, e sempre teve a preocupação da Previdência Social. Esse sempre.

MC - Eu gostaria que o senhor desenvolvesse. Como é que foi essa luta...

LV - A luta é o seguinte: como eu disse, eu não conheço as minúcias, porque eu participei no conjunto. Mas eu vejo o seguinte que, como nós desenvolvíamos luta para melhoria das condições de vida do trabalhador, de uma forma geral, a Previdência Social representava um fator. Nos bancários isso era exagerado, até. O cuidado que se dava à Previdência Social era mesmo... Não existia tal aprofundamento em outras categorias. Existia talvez nos marítimos. Mas nos outros, industriários, de uma forma geral, não tinha essa preocupação assim.

MC - A que o senhor atribui aí, isso?

LV - À origem do próprio sindicato, do próprio instituto. Como o Instituto dos Bancários foi criado por uma reivindicação da categoria, os outros foram mais ou menos, a não ser o caso dos ferroviários, que tinham, mas que depois os ferroviários conquistaram, primeiro inclusive, ela é até através da lei Elói Chaves, mas, depois eles foram diluídos, porque pegaram uma porção de gente de transportes, e botaram no IAPETEC*, então eles ficaram diluídos lá dentro. Os bancários não. Era só bancário, num instituto que foi criado menino, conquista, filho. Foi, foi gerado numa luta. Eu acho que é por aí. Por aí. O exagero, essa preocupação vem por aí.

MC - E nos marítimos?

LV - Nos marítimos eu acho que é um problema, não sei, não conheço bem o problema, mas eu acho que talvez tenha sido um problema de direções. Tinham um dirigente mais ligado ao nível sindical, talvez. Não sei, não sei. Por aí.

NM - Quer dizer que foi necessária muita luta para a criação da LOPS? Para aprovação da LOPS?

LV - Foi. Não foi fácil, não. Ela tramitou no Congresso, e havia então... Principalmente houve aquela necessidade de ajustar pontos de vista. Então houve várias conferências, eu não sei até se existe essa documentação desses conclaves que existiram. Mas houve congressos, seminários e outras reuniões do movimento sindical para tratar especificamente da Previdência Social, inclusive para delimitar o plano de benefícios, e o sistema de custeio, o sistema de administração uniforme. Então isso aí houve muito, muito plá, houve muita conversa, houve muito intercâmbio e houve muita atuação, inclusive do Comando Geral dos Trabalhadores coordenando isso, na fase final, porque aí o comando geral teve uma vida muito curta em termos sociológicos, vida muito curta. Mas até ele, o Comando Geral dos Trabalhadores CGT é mais efeito do que causa. A causa é a LOPS, a causa é a Lei de Greve. A luta pela Lei de Greve é muito mais causa. O Comando é efeito, é consequência.

MC - O senhor se lembra das discussões desses conclaves, esses simpósios?

LV - Olha, sinceramente eu me lembro dos conclaves, agora o que se discutia lá...

* IAPETEC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes de Cargas.

LO - O senhor se lembra de uma ameaça de greve geral pela aprovação da LOPS?

LV - Não, sinceramente não me lembro. Não me lembro.

MC - É...

LV - O engraçado é o seguinte: no movimento sindical, principalmente quando há ascenso, sempre aparecem aqueles que tomam contato com a vitória, tomam contato com os êxitos e se embriagam com os êxitos, e às vezes superestimam suas próprias forças, e então querem, é de uma impaciência, avançar muito mais do que o tamanho das pernas permite. Com essas propostas de greve é não tanto como hoje em dia. Hoje em dia se ouve falar muito mais em greve geral do que naquele tempo, mas como em determinado período de ascenso, principalmente no princípio de [19]60, se falava muito em greve, greve geral, não sei o quê, então talvez eu não tenha dado importância e não tenha percebido isso, sabe. E, como disse, também, eu não era frequentador permanente do Comando Geral dos Trabalhadores. Geralmente quem ia participar das reuniões do Comando Geral dos Trabalhadores eram os presidentes das confederações. Eu era o Secretário-Geral. Então eu fui em algumas reuniões do Comando Geral dos Trabalhadores, ou porque o presidente achava que devia ir mais de um, ou porque ele não podia ir, qualquer coisa assim, e os dos vices geralmente eram de estados e tal, então a gente ia. E depois não tinha esse negócio do presidente. De fato, a nossa diretoria era uma diretoria colegiada. Mas quem talvez se lembre mais de coisas assim é o presidente da época, o Humberto Meneses Pinheiro, que foi presidente, infelizmente o outro também que é o Aluísio Palhano Pedreira Ferreira, que mataram. A reação matou.

LO - Uma questão, com relação à luta pela LOPS dentro da CONTEC, havia dentro da Confederação dos Trabalhadores de Empresas de Crédito, havia uma posição clara contra a unificação?

LV - Não. Não, não. Não havia... Havia sim, essa, essa unificação para retirar alguma coisa, sim. Isso é natural. Mas uma oposição à unificação por que? Por preconceito de...

MC - Não. Contra a retirada de...

LV - Ah! Contra a retirada sim. Isso é normal. Ninguém quer andar para trás. Retirada de conquistas, como que alguém vai ser a favor disso.

LO - Compartilhar essas conquistas com outros trabalhadores...

LV - Não. Isso não. Compartilhar com os outros não tem problema nenhum...

LO - Abrir o Hospital da Lagoa para um marítimo, ou abrir o Hospital da Lagoa para um industriário, ou comerciário...

LV - Pode ser que nesse sentido, não como abrir o Hospital dos Marítimos, mas o Hospital da Lagoa, que já era insuficiente para os bancários. Então na medida em que você abrisse, poderia indiretamente representar o seguinte: vai haver mais dificuldades de ser atendido, não por ser um marítimo ou um industriário, mas porque vai aumentar a população que vai usá-lo, então vai se criar mais dificuldade no seu uso. Mas contra o fato de terem um não. Basta dizer o seguinte: os bancários não participaram e coabitaram o Hospital do

Marítimo? E não estou bem certo, mas me parece que no Sanatório Cardoso Fontes havia convênios, e era utilizado por alguns outros que não eram bancários. Eu não estou bem certo disso, é um problema, inclusive, para se pesquisar. Mas me parece que havia um determinado número de leitos que era de convênio com outros...

LO - Não havia um certo preconceito contra industriário ou contra o comerciário?

LV - Olha, em matéria de preconceitos, a nossa sociedade embora diga que, que é isenta de preconceitos, é talvez uma das mais preconceituosas que existe. Então eu acredito que pudesse existir em determinados, isso não como uma coisa institucionalizada, nem uma corrente, muito menos entre os dirigentes sindicais. Mas pudesse haver trabalhadores de gravata. Eu não falo colarinho branco porque usaram esse colarinho branco, mas o americano chama *White colars* e *blue colars*. Então vamos dizer, o trabalhador de escritório, que de repente chegar no consultório com a mulher e tal, um trabalhador se graxa lá, pode ser... Podia existir, eu acredito até que existisse algo, mas não como uma corrente de pensamento, nem como um problema de direção. Isso não.

MC - Seu Viegas, o senhor colocou que no final da luta pela LOPS, aprovação da LOPS, a CGT teve uma participação importante.

LV - Foi...

MC - É interessante que, em geral, em algumas entrevistas que nós estamos fazendo parece que a questão da Previdência Social não fazia parte, assim, da pauta dos trabalhadores, em termos gerais, quer dizer, podia fazer parte da pauta dos bancários, mas, em termos gerais, era uma luta que sensibilizava os trabalhadores? O senhor que viveu essa...

LV - Olha, do que tenho notícia, não tinha, naquela época, nenhum congresso que não tivesse como um dos itens da pauta de discussão, a Previdência Social. Seja ele industriário, comerciário ou lá o que seja. Agora, nos bancários, se tratava muito mais disso do que nos outros. Talvez até por uma deformação dos bancários, e não como os outros, talvez, fossem os equilibrados, que tratassem, vamos dizer, colocando a Previdência Social, não como primeiro ponto. Não quero dizer com isso que os bancários colocavam como primeiro ponto, mas houve uma certa fase da história do Movimento Sindical Bancário, em que a Previdência Social, inclusive, ocupou o primeiro ponto. Foi justamente nessa época da briga com a administração da previdência, a gente ficava voltado, em briga contra a administração do IAPB, com o Enos, da divisão que ele fazia no movimento sindical, nos tomava um tempo excessivo. Mas que eu me lembre assim, inclusive houve congressos comuns. Trabalhadores de todas as categorias, que eu participei, e sempre houve o tema de Previdência Social, e era debatido. Eu me lembro, por exemplo, num desses conclaves, comigo acontece uma coisa muito interessante, na minha memória. Alguns fatos ficam parecendo assim como um sonho. Eles ficam um pouco borrados. Que a minha memória é muito seletiva. Então, aquele fato que não é marcante, que lá no meu computador não determina uma importância numa escala qualquer, ele é borrado e fica apenas uma leve recordação. Então eu me lembro, por exemplo, que houve um congresso desses, específico de previdência, que me parece, foi realizado num auditório do próprio IAPI ou não sei...

LO - No final dos anos [19]50?

LV - É, no final de [19]40, princípio de... Não!

NM - Não foi o primeiro congresso de [19]53?

LV - É, um que foi realizado no auditório ali na Avenida Graça Aranha ou na Rua México, aquele auditório, eu acho que era IAPI ali...

MC - O Presidente, o João Goulart estava presente?

LV - Olha, eu não me lembro. Eu participei, como eu digo a vocês, eu participei de uma reunião, de uma dessas, porque eu recebi uma incumbência de ir expor ou defender um determinado ponto que eu não me lembro qual é...

LO - O senhor lembra se o deputado Andes Andraus do PTB...

LV - Não. Não me lembro...

MC - Elias Adaime...

LO - Elias Adaime...

LV - Não, eu me lembro... Esse nome, esse participava. Agora eu me lembro, inclusive, que estava presente o Roberto Morena, que teve uma grande atuação nisso, tal... Então, eu me lembro. E o salão estava cheio. Cheio de representantes de entidades sindicais. E era específico de Previdência Social. E bancários tinham muito poucos. Eu acho que bancários, estavam lá, eu mais uns outros, meia-dúzia de gato pingado. Então estava cheio lá...

LO - Por favor, tenta se lembrar em que época foi esse congresso para a gente...

LV - Ah, não vai ter condição, não. Não vai ter condição, não. Eu me lembro que era na fase desse processo que redundou na LOPS...

MC - Na LOPS.

LO - Ah, está. Tudo bem. Já está bom.

LV - Era na fase. Foi na fase. E eu me lembro assim, me parece que foi no auditório, eu me lembro assim do auditório, era um auditório comprido. Então ficou aquela imagem assim...

LO - Foi votada a questão da LOPS no congresso? Chegou a...

LV - Não sei, não sei informar, não...

MC - E o senhor se lembra de outras mobilizações, manifestações, ligadas à aprovação da LOPS?

MC - Trabalhadores foram ao Congresso...

LV - Eu tenho a impressão de que nós fizemos uma concentração no Palácio do Catete. Porque foi Juscelino que assinou a LOPS. Eu me lembro que houve uma concentração de dirigentes sindicais, e os bancários estavam todos lá, reclamando a promulgação, já era a promulgação. Agora, como houve outras lutas, por exemplo, a própria reconquista da aposentadoria por tempo de serviço, também teve toda uma movimentação nesse sentido. O problema dessa reivindicação da direção do sindicato, que nós fizemos, exclusivamente bancários, também tiveram vários atos, então esses atos ficaram misturados na minha memória.

MC - Seu Viegas...

LO - Eu queria, quanto à uma questão mais referente ao período, quer dizer, com a introdução da LOPS, a participação dos trabalhadores, o senhor acha que o Partido Comunista aumentou sua influência da Previdência Social, passou a indicar mais, passaram a ter mais pessoas ligadas ao Partido Comunista em postos de direção da Previdência Social, o senhor avalia isso?

LV - Não, não vejo assim como, vamos dizer, nem era, vamos dizer, partido. Como corrente do movimento comunista, não me parece que tenha tido... Porque o negócio fica difícil, no Brasil a gente caracterizar esse troço, pelo seguinte. Porque eu fiz parte de um IPM, que era IPM do Partido Comunista. Um dos primeiros indiciados era Juscelino Kubitschek de Oliveira. Então, você vê, João Goulart, é uma brincadeira chamar uns homens desses de comunistas, é brincadeira. Não sei, ignorância, sei lá o que é. Fica difícil você dizer assim: "Fulano era comunista ou beltrano não era comunista". Porque todo sujeito que se destacava no movimento sindical eu acredito que o Claude Smith Riani tenha sido chamado de comunista. O Pellacani tenha sido chamado de comunista...

MC - Mas ele foi. O Dante Pellacani foi (risos)...

LV - Pode ter sido numa determinada fase, na época em que estava no CGT não era. Então, aí é que está a história, porque o Carlos Lacerda foi comunista. E daí? Quer dizer, esse negócio inclusive o movimento comunista não tem portas fechadas, embora falem que tenha, e tal e coisa, nem para entrar nem para sair. Tem muita gente que pensa, às vezes, como houve muita gente, em [19]46, que pensava que o Partido Comunista ia para o poder. Então era a hora de embarcar nele, e teve muita gente que entrou. E depois para sair, saiu, raspando na cerca e deixando pedacinhos grudados na cerca de arame. E fazendo questão de declarar: "Não, nunca fui, essas coisas..." E também pode ser que existam pessoas que nunca tenham sido, pelo contrário sejam até os maiores. Nunca tenham sido filiados, comprometidos e tal e coisa, e, no entanto, na prática, eles sejam os maiores comunistas.

MC - Eu estou, sabe o que estou notando, é que o senhor quando fala em Partido Comunista, parece que o senhor está ainda na clandestinidade...

LV - Olha, eu aprendi...

MC - Eu falo assim, porque dá para perceber que o senhor tem toda uma reflexão particular...

LV - Não. Eu não estou vivendo, inclusive, eu declarei aqui que estamos vivendo um período, pelo menos da minha existência, o período de maior liberdade democrática. Agora, daí a eu ter ilusões de classe, vai um espaço muito grande. Não desconfio de vocês, mas você fazer história contemporânea é muito difícil. É muito difícil. Então eu, evidentemente, como não tenho ilusões de classe, e sei que o processo histórico se dá em movimentos cíclicos, então que não é afastada a possibilidade de um retrocesso, se o retrocesso está sempre na ordem do dia e tal, eu luto para que não haja esse retrocesso, mas ele pode existir. É possível até que, pela minha formação, eu não abra a guarda, e não vou abrir. Abrir guarda não abro mesmo. E não, e não sou também pessoa para estar dizendo: "Fulano é, fulano não é, e tudo mais". Cada um que o diga. Eu digo que sou e inclusive, como disse, vocês, em determinado momento, vocês me veem colocado como membro do PTB. Foi num período muito curto que eu fui, mas fui numa composição. Eu nunca fui petebista, honestamente tenho que dizer que, num determinado momento, para disputar um cargo eletivo que tinha sido oferecido, talvez até numa espécie de coligação consentida e não declarada, eu tivesse que me filiar, mas me filiei. Não me lembro nem de ter pago as mensalidades, compreendeu, depois nunca mais me cobraram também, a não ser recentemente, quando falaram: "Houve a anistia, não sei o quê." Um dia, o Talarico se encontrou comigo e disse: “Nós estamos organizando o PTB” naquele tempo, ainda, a Ivete não tinha dado a rasteira nele e tal - "Conto com você". Ele me mandou um convite, que eu me senti muito honrado pela deferência e tal e coisa, mas não fui, porque nunca tive nada com o PTB, nem nunca fui do PTB. O único partido que de fato eu estive vinculado, conscientemente, foi o Partido Comunista.

MC - Seu Viegas, o senhor está em cima do período do Luiz Otávio, parece, quer dizer, no final dos anos [19]50, início dos anos [19]60, houve um ascenso, como o senhor frisou bem, do movimento operário. De certa maneira, isso se refletiu na Previdência Social com aprovação da LOPS, com a direção colegiada, em que trabalhadores, por exemplo, como Roberto Morena, Waldemar Luiz Alves, exerceram cargos de presidente dos institutos. Há uma série de acusações no sentido de colocar a direção colegiada como ineficaz. Como a direção colegiada tendo aumentado o empreguismo, aumentado a política dentro dos institutos, já que existiam eleições para os representantes dos trabalhadores, dos empresários, e a indicação de dois representantes e o universo, o número de segurados. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre isso.

LV - Olha, eu acho que se a gente examinar a história da Previdência Social, a fase áurea da Previdência Social, no tocante ao cumprimento das suas finalidades, foi justamente quando aconteceu o colegiado. Porque eu meço a eficácia de um determinado órgão pelo cumprimento das suas finalidades. Então, a fase áurea foi essa. Foi muito curta para você formar uma ideia de comparação. Você dizer: "Nesse período houve mais em decorrência disso ou daquilo". Eu acho que foi muito curto, porque em um movimento social, movimento histórico, você pegar, quantos anos a LOPS...

LO - Três anos...

LV - Três anos... O que são três anos? Não deu nem para começar. A inexperiência, e nós chegamos a eleger o Enos Sadock numa lista tríplice, e o colocamos como presidente. Ele foi mais eficiente na colaboração ao governo do que talvez o Aderbal de Novaes, que tinha sido indicado diretamente pelo Presidente da República. Que ele tinha mais ânsia de provar a sua fidelidade e o seu reconhecimento, do que... Então, acho muito curto para se fazer essas afirmativas. E vejo, se alguém afirma isso, no interesse de manter isso, que

esse aí, a gente sabe, é um período bem longo, para a gente saber que não presta esse tipo de organização. E a mim, que eu sempre fui a favor...

LO - Esses anos bem longos, o senhor se refere a depois de [19]65?

LV - Não! De todo o período da Previdência. Antes e depois da LOPS.

LO - Está O.K.

LV - Eu comparar três anos, com trinta e três, olha, nem 10% é. Trinta e três anos é o período restante, marcando trinta como base. Vamos dizer trinta e quatro de trinta anos, 10%, três anos. Isso não... O outro período, esse então, desses vinte anos, é uma calamidade. Ah, eu estou até dizendo, calculando mal, eu estou dizendo trinta e quatro...

MC - É mais...

LV - É mais, então fica uma desproporção tremenda. Então, você atacar três anos, isso só revela um sentido. É uma posição contrária à participação dos trabalhadores, como é contrária a participação dos trabalhadores na política, como é contrária a participação do trabalhador na vida social e ele sendo maioria. É maioria esmagadora da população brasileira. E, no entanto, não se assiste ao trabalhador, porque inculto? Conversa piada. Porque não tem nenhum patrão, não tem nenhum empresário que não se valha de um empregado para ser seu administrador. Quem faz a administração não é o empresário, é o empregado do empresário. Então, um empregado que sabe fazer a administração para o patrão, sabe fazer para si mesmo. E por aí nós vamos. Isso é ideológico. Isso é um combate ideológico, esse negócio. E mais ainda, eu não posso acreditar que numa administração onde você tenha três correntes de influência, e três correntes de fiscalização, você vá fazer mais coisa errada, se você é o autossuficiente. Basta dizer o seguinte: os piores regimes são os das ditaduras individuais. Por que? Porque o sujeito faz e desfaz e não presta contas a ninguém. Quando você bota um colegiado, você preestabelece, você pelo menos tem que conversar, tem que conquistar as outras partes para sua política. Então por aí, eu já fico com os três anos, e dou de lambuja os 53 (risos). Eu acho que não. Embora em princípio, creio que não há termo de comparação. Nos bancários, olha, nos bancários é gritante. A diferença é gritante. Da eficiência que houve naquele período para... Basta dizer o seguinte: que como as delegacias...

LO - Nós estamos acabando esse lado...

Fita 7 – Lado A

LV - Nos bancários eu só posso comparar aos bancários e o período do colegiado com o período anterior à LOPS. Porque depois de 1964 foi o caos. Então não comparo caos com coisa alguma. Eu estou até fazendo uma lambuja, não é: pois bem, mesmo comparando todo o período anterior em que os bancários fiscalizavam, os bancários reclamavam, os bancários... Nunca houve, do ponto de vista de atendimento das finalidades, um período melhor do que o período colegiado. Vocês vão dizer: "Não houve erros?" Ah, houve erros, lógico que houve erros, até erros de inexperiência. Houve erros, inclusive, eu mesmo, quando fui trabalhar mais tarde fora eu descobri que aí, em algumas coisas, a gente era meio anjo...

MC - O senhor se lembra de situações em que houve erros? O senhor se lembra assim de...

LV - Não, eu digo o seguinte, por exemplo, nós estávamos convencidos de que a nossa presença no conselho administrativo e no conselho fiscal tinha acabado, naquela época, tinha acabado com as negociatas e enfim, moralizado. Só a nossa presença ali tinha acabado com as imoralidades administrativas. Isso era coisa de ingênuo, porque você admitir que houvesse uma ilha num mar revolto, onde essas coisas são as coisas comuns em toda a administração, não digo só publica não, a privada também, que são coisas comuns na administração, você criar um centro de moralidade naquele negócio. Não. Agora, que foram reduzidas ao mínimo, foram, foram! Negócio de construções de imóveis e concessão de benefícios, e política de pessoal, de atendimentos a políticos e favores. Ah! foi reduzida um mínimo razoável, dentro da conjuntura global, isso foi. Agora, nós, idealisticamente, tínhamos a impressão de que havíamos resolvido os problemas. Então isso aí é um erro de apreciação, quando menos.

MC - Já que nós estamos falando da participação dos trabalhadores na direção colegiada, o senhor se lembra da atuação do Dante Pellacani no Departamento Nacional de Previdência Social? Isso o início dos anos [19]60...

LV - Era o Dante e o Roberto Morena. Participavam os dois...

LO - Não. Roberto, no Conselho Nacional da Previdência Social. Era o Dante e um representante dos empresários. O Dante foi representante dos trabalhadores, diretor...

LV - Eu especificamente, não me lembro assim da atuação do Dante, em qualquer atuação. Eu só me lembro o seguinte: que ele, participando desse órgão, não deixou de participar de todas as atuações sindicais, e de comparecer, de prestar contas e de... Então isso aí já, no meu entendimento, já é ponto favorável a ele. Ele não se encastelou. Agora, não vou concordar com tudo que o Dante fez, porque, inclusive, eu não seria assessor sindical de Jânio, e ele foi. Mais ainda aí, e o respeito que eu tenho também pelo posicionamento dele. Talvez até ele tenha feito uma autocrítica disso. Então agora, não me lembro, de alguma atuação específica dele, não. Só me lembro disso, de que ele embora participando, não se encastelou, e continuou na direção da CNTI, e continuou participando do movimento sindical, continuou participando das reuniões intersindicais que fazia, tudo bem. Isso aí sim.

LO - O.K. Vamos deixar para terminar posteriormente o senhor não prefere?

LV - Tudo bem.

3ª Sessão

Data: 12/08/1986

Fita 7 – Lado A (continuação)

LO - Seu Viegas, eu queria retomar o tema das entrevistas, pedindo que o senhor faça uma comparação entre os serviços médicos oferecidos pelos diversos IAPs, quer dizer,

com a sua visão de pessoa contemporânea aos serviços dos IAPs, que o senhor pudesse fazer uma explanação...

LV - No passado.

LO - No passado, exato.

LV - Bom, a notícia que tenho é de que os serviços médicos do IAPB eram os melhores. Só para a gente ter uma ideia, aqui no Rio de Janeiro havia ambulatórios, chegou a ser adquirido o melhor hospital da cidade, que atualmente é o hospital da Lagoa. Foi adquirido pelo Instituto dos Bancários a Sul América. Essa história do hospital é até interessante, porque a Sul América, Companhia Sul América de Seguros pretendeu construir um hospital - e de fato construiu um hospital. Ainda não tinha acabado, faltando a implementação de equipamentos e tal, mas a parte toda de engenharia estava completa, num hospital dos mais modernos, o mais moderno que havia no País. Mas ela constatou, posteriormente, que aquele hospital não dava, ela não tinha condições de operar aquele hospital, e não só, não tinha estrutura para operar o hospital, como também não teria condições de fazê-lo só para os seus funcionários e tal e coisa, enfim, ia ser um mau negócio para ela. E, recentemente, a massa de securitários que era associada ao IAPC tinha, numa reivindicação da categoria, passado para o IAPB, argumentando-se, inclusive, com a estrutura da CLT, a estrutura sindical da CLT, quando os securitários são da mesma confederação dos bancários, que é a confederação dos Trabalhadores de Empresas de Crédito. Então, os securitários tinham passado para o IAPB. Havia, foi no princípio de 1960, da década de [19]60, havia direção colegiada no IAPB, o IAPB possuía um andar no Hospital dos Marítimos, no Andaraí, mas a necessidade hospitalar dos bancários já exigia coisa maior. Então, a Sul América ofereceu aquele hospital, praticamente pronto ao IAPB e, como era uma coisa de interesse também do atendimento dos funcionários, que iriam ser atendidos, o negócio foi feito como um bom negócio para todo mundo. E o IAPB ficou com o hospital, que naquele tempo não tinha melhor no Brasil. Os marítimos, em segundo lugar, também tinham um atendimento hospitalar razoável, mas fora isso, acredito que o atendimento médico dos IAPs era deficiente. O atendimento era deficiente demais. Pela massa de segurados que possuía o IAPI. O IAPC, o próprio IAPTEC. E as condições que eles possuíam, mas é bom que se diga que os IAPs não foram criados para dar assistência médica. Os IAPs foram criados, como o próprio nome está dizendo, para dar aposentadoria e pensão. No decorrer do tempo, os administradores dos IAPs verificaram que se eles dessem melhor assistência médica, estariam concorrendo para que esses eventos, de aposentadoria, principalmente por invalidez, a pensão que era por morte, os benefícios de enfermidade, e tal e coisa, eram protelados na medida em que se dava uma assistência médica. E aí começaram a dar essa assistência médica, uma vez que o papel do Estado, que a assistência médica, a saúde, o atendimento à saúde, é obrigação do Estado. Isso já é tradicional em tudo quanto é Constituição. Só que o Estado não exerce isso, e cada vez menos e cada vez menos. Então, acabou o ocorrendo uma deformação. O Estado cada vez mais se subtraía à sua obrigação, isso o Estado do ponto de vista federal, estadual e municipal eles tinham obrigação de conceder isso. Cada vez mais o Estado se subtraía dessa obrigação, transferindo-a para a assistência médica dos institutos ou às vezes até das empresas. E aí dando margem até ao desenvolvimento de uma indústria, uma indústria muito bem sucedida hoje em dia, que é a indústria da assistência médica e hospitalar, principalmente depois de 1964, quando, por uma outra anomalia de influência de interesses econômicos, também os IAPs, principalmente depois da fusão, o INAMPS, passou a desprezar sua rede própria, e

estimular os convênios que, por interesses até mais tarde apurados, internos, com empresas constituídas para saúde, financiadas pelo governo, através do custeio de empréstimos adquiridos na Caixa Econômica, se organizavam empresas de assistência médica para fazer convênio com os institutos. Então, foram deformações em cima de deformação, até chegar nisso. Mas a notícia que a gente tinha é de que o campeão da assistência médica em todo o Brasil era o Instituto dos Bancários. Basta dizer o seguinte: naquele tempo, como já foi dito aqui, a tuberculose era a doença principal. Pois bem, havia um sanatório aqui no Rio de Janeiro, o Cardoso Fontes que é Jacarepaguá e que hoje está transformado em hospital de clínica, havia também um em São Paulo outro no Ceará, em Mecejana. Então, só aí toda a população nacional, porque o bancário com tuberculose era transferido para um desses hospitais e era atendido lá. Só sanatório, havia três. Agora, havia hospital aqui no Rio e em São Paulo, havia convênio com hospital, não me lembro qual era o hospital, mas havia. Em todos os estados havia geralmente um convênio assim, onde parte daquele hospital ficava reservada e os médicos do IAPB operavam, quer dizer, trabalhavam nesses hospitais, mas com administração do próprio e ambulatórios em quase todas as cidades. Até falei naquelas distorções que no tempo de Enos Sadock, houve uma espécie de aliciamento do movimento sindical, em troca desses ambulatórios e tal. Acho até que o problema do atendimento médico, em alguns lugares chegava a um exagero. Em segundo lugar estavam os marítimos. Agora, dos outros, a notícia é de que acho que eram deficientes.

MC - É, parece que tanto o IAPM, marítimos, como o Instituto dos Bancários, tiveram desde o início uma preocupação com a assistência médica...

LV - É verdade.

MC - Enquanto que outros institutos, como por exemplo o IAPI, não tiveram essa mesma preocupação. A que o senhor atribui essa diferença?

LV - No caso do IAPB, acredito que seja o problema de origem. Como o IAPB foi conquistado numa greve e inicialmente administrado sob uma grande influência do movimento sindical estruturado por essa mesma corrente que permaneceu dentro do Instituto, acredito que seja decorrência disso. Os marítimos não, não posso dizer, porque não tenho, não tenho informação assim, mas talvez tenha algum sentido também, da parte sindical. Da atividade, assim, de controle e exigência. Até o IAPI, embora seja o mais forte, seria o mais forte, mas como tinha característica de categorias profissionais muito diferenciadas e tal, talvez por falta de uma central sindical e tudo mais, se tornasse difícil influir. Quem é que ia influir? Os tecelões, os metalúrgicos da indústria alimentícia, quem é? Química, indústria química, quer dizer, toda uma gama de sindicatos e tudo mais. No caso dos bancários era concentrado. No caso dos marítimos também era relativamente concentrado. Então dava para caminhar por aí.

MC - Seu Viegas, o senhor colocou que a assistência médica no Instituto dos Bancários era a melhor, e o senhor mencionou o Hospital da Lagoa. Eu gostaria que o senhor colocasse mais detalhadamente porque o Hospital da Lagoa era tão bom assim?

LV - Bom, porque do ponto de vista técnico quem diz são os próprios técnicos em saúde da época, ele era construído da maneira mais moderna para a época. E equipado com o que havia de mais moderno na técnica cirúrgica, hospitalar da época. Era um conjunto arquitetônico. Está lá até hoje, embora bem estragado, mas está funcionando até hoje.

Tinham várias salas de operação, tinha um sistema de esterilização de lixo, de esterilização de instrumentos, e de lavanderia. O que havia de mais moderno na época. Então, de fato, foi um grande avanço. Isso, inclusive, poderá ser melhor aprofundada essa pergunta e tal, com aqueles companheiros que eu indiquei, e que atuaram dentro da administração do IAPB: Osmildo Estafort, José Benício de Melo, Edgar Rocha Costa, Lauro [Jurandir de Castro] Leão, esse pessoal está mais informado. Mas é porque na época, era o que havia de mais moderno.

MC - O senhor chegou a se tratar lá?

LV - Ah! Eu fui tratado antes de 1964. Fui tratado num *check-up*, não foi coisa que eu... Eu não me operei no Hospital dos Bancários, mais engraçado, depois que eu fui demitido em 1964, fui demitido do Banco do Brasil, não era bancário, mas já dentro, na época da unificação dos institutos, sofri um acidente, fraturei o colo de fêmur, e tive que me operar. Fui internado no Hospital da Lagoa, já aí com esse nome, Hospital da Lagoa, em 1976...

MC - 1976?

LV - 1976. E fui operado. Então eu estive internado a primeira vez, eu creio que durante uma ou duas noites, para fazer um *check-up* completo e tal, na época. Isso foi 1963, 1962 ou 1963. E depois, em 1976, estive internado. Então deu para sentir o que fizeram com o hospital. A parte técnica, quer dizer, a parte médica, resiste até hoje. Resiste....

LO - Os profissionais?

LV - Os profissionais, tem lá, porque ainda continuaram grandes profissionais lá. Então ainda tem um grande conjunto de médicos e tal. E a tradição também, acho que influi um pouco nisso. Agora, as condições, vamos dizer, de atendimento, de enfermagem, serviços auxiliares, caíram tanto... Quando eu estive lá pela primeira vez, havia até um dispositivo de cabeceira, que era ligado a uma espécie de microfone, e que se o doente passasse mal, bastava dizer: "Ah, estou com uma dor". Que então bastava sentir a respiração do próprio doente, que podia se controlada, nos casos mais graves, pela central do andar. Agora, quando eu estive lá pela segunda vez, não adiantava tocar a campainha, porque você tocava a campainha e não tinha quem atendesse, porque tinha uma enfermeira para atender um andar inteiro. Eu mesmo tive que, operado, gritar, ficar chamando enfermeiro, para atender um outro vizinho, que eu não cheguei a conhecer, mas sabia da crônica, que estava lá, parece que com a coluna fraturada e não podia se mexer sequer, e estava desesperado pedindo, tocando a campainha e ninguém atendia ele e tudo mais. As baratinhas disputavam com você o copo de café com leite que ficava na sua cabeceira, porque a alimentação era muito cedo. Quando você jantava às cinco horas, quatro e meia para cinco horas, você jantava, e só ia depois tomar café às sete horas da manhã do dia seguinte. Então era um lapso de tempo muito grande e o hospital deixava um copo de café com leite e uns biscoitos para você tomar durante a noite. Mas, se você o tomasse logo às cinco antes de dormir, e se apagassem as luzes, as baratinhas iam tomar por você. Isso eu encontrei, ninguém me disse, encontrei no Hospital da Lagoa. A não ser... Eu estava preso na cama, e não podia circular, mas os doentes que circulavam diziam que lá embaixo, no jardim, as ratazanas corriam para cima e para baixo. E rato perto de hospital é uma barbaridade. Então, antes não havia nada disso. Era mais moderno e tudo mais, mas havia um controle muito grande na época, um serviço muito melhor, e então foi isso. Vamos dizer que tenha sido em 1963, e de 1963 para 1976, a diferença foi fantástica.

LO - O senhor tem ainda uma outra passagem em hospital da Previdência Social, no caso, o Hospital do Andaraí...

LV - Foi. Estive lá...

LO - O senhor esteve lá...

LV - Fui operado lá.

LO - O senhor pode comparar ainda com esses dois, quer dizer, com...

LV - Olha, o serviço lá no Hospital dos Marítimos já era bom na época, porque ele antecedeu o hospital, e mais ainda, tenho dois filhos nascidos também na Previdência Social. É verdade que em casas de saúde conveniadas. Também é outra experiência. E numa das casas de saúde, uma filha, minha primeira filha, contraiu impetigo, que é uma doença infecciosa. Porque no mesmo andar onde ficou a minha mulher, tinham pessoas com doença infecciosa e tal, era o Hospital da Sociedade Espanhola, na Rua do Riachuelo. Quando nasceu meu filho, já ficou melhor, já foi o hospital Santa Maria, na Rua das Laranjeiras. Mas tudo pela Previdência Social. Pelo IAPB. No Hospital dos Marítimos, eu fiz uma operação lá e fui bem atendido, do ponto de vista cirúrgico. Depois, o próprio atendimento de enfermagem era razoável para um hospital coletivo, era razoável. Foi em quartos de dois, também no da Lagoa eram quartos de duas pessoas. O atendimento, a alimentação também não eram ruins. Agora, quando você saia de um hospital próprio, da rede própria e ia para um conveniado, você sentia a diferença na tentativa de cobrar coisas por fora. Então você tinha que fazer depósito, naquele tempo você chegava e fazia um depósito, eles cobravam remédios e tal, era um negócio. Quem bobeasse, mesmo sendo hospital da Previdência, se o sujeito não estivesse consciente dos seus direitos, era passado para trás, porque faziam uma cobrança. Eu sei do caso de Lauro Jurandir de Castro Leão, que foi tirar uma senhora que tinha dado à luz, uma parturiente, portanto, ele foi tirar lá porque a administração do hospital queria retê-la como refém, para o marido pagar uma despesa que eles queriam cobrar. E se não é o Leão ir para lá... Porque o marido não queria criar caso, porque a mulher parturiente iria ficar preocupada, aborrecida, podia ter uma complicação qualquer. Aí...

LO - Só um instantinho, vamos dar uma parada (risos). O senhor pode continuar.

LV - Mas então, o Lauro Leão, o Lauro Jurandir de Castro Leão, ainda não tinha nenhuma função na Previdência. Era apenas um militante sindical, não sei se nessa época ele já era dirigente sindical. Ele foi ao hospital, comprou a briga, mandou embora o casal e disse: "Se quiserem algum refém sou eu, mas vai ser eu e a polícia" e o negócio e criou caso, pronto então, mas era assim o negócio. Sério. Então, já naquele tempo, os bancários brigavam contra os convênios com hospitais particulares, porque dava nisso. O atendimento muitas vezes era bom, mas havia tentativas de extorsão. Aí se marchou no IAPB para essa segunda saída, que foi o Hospital dos Marítimos, que melhorou muito, porque desapareceu essa parte de cobrança, havia um atendimento mais consentâneo, havia uma estrutura permanente. Os médicos eram centralizados nesse hospital, então facilitava o atendimento, e depois quando foi para Lagoa, então, o negócio melhorou muito mais. Isso para não falar do Sanatório Cardoso Fontes que, em matéria de hospital de tuberculose, era citado, inclusive, internacionalmente, como uma das grandes realizações do Brasil.

LO - O senhor sabe se ele atendia somente aos bancários?

LV - Eu tenho a impressão, o Sanatório Cardoso Fontes eu tenho a impressão que não. Eles atendiam ainda em convênio com outros institutos, atendiam a outros. Eu não posso garantir, mas eu tenho impressão que atendiam a outros institutos.

NM - Seu Leão, o senhor falou agora...

LV - Leão? (risos) Mas não tem problema, pois sou muito amigo do Leão.

NM - O senhor falou agora da passagem do Hospital do Andaraí para o Hospital da Lagoa. Isso significou uma ampliação do número de médicos, por exemplo, enfermeiros. Como é que se fazia a seleção dos médicos, enfermeiros para o IAPB?

LV - Olha, eu não sei, não sei exatamente, acredito que não tenham ampliado a parte do corpo médico, não. Lógico que ponto de vista da enfermagem, evidentemente, embora aquele pessoal que trabalhava nos marítimos, já pertencia, uma parte pelo menos, pertencia ao IAPB. Agora, na época em que foi feito o Hospital da Lagoa, me lembro que havia uma religiosa que administrava, inicialmente, a primeira fase do IAPB, do Hospital dos Bancários, a administração...

LO - Vamos virar o lado...

Fita 7 - Lado B

LV - Então, eu estava dizendo que o Hospital dos Bancários, atual Hospital da Lagoa, na primeira fase foi administrado e tinha uma parte de infraestrutura, uma parte, inclusive, de assistência, essa como é que se chama, de enfermagem e tal, por uma ordem religiosa. Eram freiras que faziam. Até quando eu estive internado no hospital, chegava na hora do *Angelus*, porque tinham alto-falantes nos quartos e tal e coisa, então cantava o Ângelus, tinha missa transmitida, era um negócio impressionante o hospital. Missa dentro do quarto. Então o hospital que está, o bancário religioso, o associado religioso que não podia ir à missa, a missa ia ao quarto dele. Era um negócio assim. E quem quisesse desligava também, então quem não fosse religioso desligava aquele negócio. Mas tinha.

LO - Seu Viegas, o senhor acompanhou alguma denúncia de corrupção na compra do Hospital da Lagoa, ou nas possíveis compras, parece que houve um bochicho?

LV - É, sempre há essas coisas porque sempre há gente interessada, eu até me recorro ao Torelli, o Barão de Itararé que dizia que negociata é aquele bom negócio, do qual nós não participamos. Então, tem, evidentemente, pode ter havido gente que tenha falado. Eu não participei das negociações, mas conhecendo pessoas que participaram das negociações, e a administração do IAPB na época, eu não acredito...

Interrupção da gravação

LV - ... nisso. Agora, como o Brasil é um país muito especial, onde acontecem coisas que a gente menos espera, a compra não foi feita por preço exorbitante. A Sul América estava praticamente com um abacaxi, porque para ela era um abacaxi, então, o fato dela passar para alguém, cumprindo uma parte pelo menos das finalidades a que ela tinha se proposto,

que era atender aos seus funcionários, também já era uma parcela do preço. E eu acho que se alguém levou vantagem, foi um grande negociante, sabe, porque conseguiu levar vantagem sem que ninguém levasse prejuízo.

LO - O senhor falou que a Sul América era atendida, no caso, por serem securitários?

LV - É porque os securitários tinham passado para o IAPB, então eles iam ser atendidos no hospital.

LO - Mas havia algum privilégio, de qualquer ordem?

LV - Não. Não, porque eles a parte inicial, eles eram associados do IAPC, mas por reivindicação do movimento sindical securitário, eles argumentaram que, como constituíam a mesma categoria dentro da CLT, a mesma categoria dos bancários, que deviam passar para os bancários. Lógico, os bancários, os IAPBs davam melhor atendimento que o IAPC, senão eles iam defender uma tese diferente. Então eles, defendendo isso tiveram reconhecido o direito de passar para o IAPB. E quando os securitários já pertenciam ao IAPB, a Sul América ofereceu o hospital para ser cômodo. Inclusive essa parte, se houve ou não marmelada lá, eu acho que vocês devem perguntar bem, ao Osmildo Estafort e ao José Benício de Melo, porque eles eram do conselho fiscal. Então, ninguém melhor para dizer a vocês... Eles fiscalizaram esse problema da compra. E o Edgar Rocha Costa, acho que nessa época já era do conselho de administração. Então, essa pergunta, que eu saiba, que se falou, falou, porque todo bom negócio, o sujeito desconfia, e no Brasil, às vezes, a gente tem que ficar desconfiado mesmo. Há um negócio assim e tal e coisa, o sujeito fica desconfiado. Depois, reconhece que não houve, aí ele se convence que não houve, mas em princípio o sujeito desconfia. Tradição.

MC - Seu Viegas, o senhor na última entrevista, no seu último encontro, o senhor colocou uma série de questões relacionadas aos pelegos, e à atuação com eles, numa séria avaliação sobre a ação política, junto aos pelegos. Eu gostaria que o senhor definisse, como o senhor entende essa figura do pelego?

LV - Bom, pelego no vocabulário gaúcho, é aquela manta de couro de carneiro, de pelo de carneiro, que é colocada em cima da cela para proteger o sentante do cavaleiro. Em termos de luta de classe, se adotou o apelido de pelego naqueles caras que, na direção do movimento sindical, amaciavam o sentante da classe dominante, nos atritos de classe. Então, era um cara que amaciava a luta de classes. Agora, isso na teoria está definido, e tal e coisa. Agora, você transportar isso para determinadas pessoas... Houve uma época, se vocês me perguntassem isso lá pelos anos 1947, até [19]50 e poucos, eu desfilaria, tranquilamente, uma porção de nomes aqui, botando o apelido de pelego no cara. Mas, a vida me ensinou que apelido, só a própria pessoa se põe. Porque não adianta você chamar uma pessoa de um, principalmente desse tipo de apelido. Que o sujeito, às vezes, é chamado de pelego e depois prova, na prática, que ele é um lutador muito mais consciente do que o outro que botava o apelido nele de pelego. Então, e também na luta negócio é mutável. Por exemplo, para dar um exemplo a vocês: nós temos um grande companheiro, que vocês ouviram aí, um sujeito combativo, um sujeito dedicado, e tudo mais, que é o Lauro Jurandir de Castro Leão. Em determinado momento nós dissemos que o Leão era pelego. Por que? Porque ele tinha aceito fazer parte de uma interventoria no sindicato, numas condições específicas, em que ele entendia que era mais vantajoso para o bancário ele ser o interventor, em vez de deixar um funcionário do ministério ou um policial como

interventor. Um negócio, uma opinião, que eu acho que eu nunca teria aceito, mas que era respeitável dentro do questionamento a que ele se propôs, ainda mais com a exigência que ele fazia de eleição, que de fato aconteceu. Agora, há certas pessoas que passaram à história do movimento sindical, como pelegos institucionais. Então, o Deocleciano de Holanda Cavalcante, esse tem o seu lugar garantido na galeria. Porque foi um homem que, na presidência da CNTI freou o movimento sindical, impediu a unidade mais de uma vez, não só ele, mas Sindulfo de Azevedo Pequeno, e outros mais. Eu citei esses dois, sem desmerecer os demais, mas numa homenagem até ao exponencial desses. Hoje em dia isso está muito vulgarizado. O sujeito discorda de uma orientação da condução que apresenta e tal, então o chamam de pelego, mas isso é inconsistente. Só, eu acho que isso aí só a história mesmo determina os verdadeiros pelegos. Para mim pelego é aquele que impediu, que retardou, que dificultou o desenvolvimento da classe trabalhadora nos embates de classe. É isso aí.

MC - Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre a relação entre os pelegos, que alguns o senhor mencionou, e outros não, e a Previdência Social?

LV - A partir do momento, daqueles que se consideravam, vamos dizer, os vanguardeiros das lutas e tal, isso é um negócio meio prestigioso, o sujeito se considerar, mas em todo caso, as coisas se dão assim. No momento em que as direções sindicais mais avançadas, vamos dizer, se deram conta de que o conjunto da classe trabalhadora não estava no mesmo nível, não tinha o mesmo nível de compreensão, de luta e tudo o mais e recuou da sua, vamos dizer, posição de vanguarda, e começou a atuar, e aceitar aquele comportamento dos companheiros ativistas sindicais um pouco mais atrasados, mas que eram fiéis à sua categoria, fiéis à classe trabalhadora, e pretendiam fazer às vezes uma luta reformista, uma luta econômica, não faziam uma luta política, não defendiam a paz, não criticavam por exemplo, a existência da bomba atômica, não entendiam a gente lutar pelo direito de greve como um direito de greve. Achavam que se eles fossem bonzinhos, iam conseguir com que o patrão fosse bonzinho também e desse um aumento de salário para sua categoria, mesmo que isso aí não desse para os demais. Essas coisas assim, que existem até hoje. Existem pessoas bem intencionadas, mas que acham que se não catucar [sic] o patrão, vão ter facilidade de conseguir as coisas. Na medida em que os mais avançados compreenderam a posição dos mais atrasados e buscaram trabalhar juntos, o movimento sindical progrediu. Avançou em todos os sentidos, inclusive na Previdência Social. O movimento que eu já assinalei aqui da Lei Orgânica da Previdência Social, a luta pela unificação dos planos de benefício, pela, vamos dizer, sistematização da Previdência Social como um todo, foi feita com dirigentes avançados e atrasados. Mas foi uma coisa que se ganhou todo mundo para aquela compreensão, para aquele trabalho. E nesse momento em que se lutava por isso, em determinadas coisas a gente estava discordando. Em determinadas outras lutas. Foi muito mais difícil, por exemplo, nos unirmos na questão da greve. Não é à toa que até hoje não existe o direito de greve. É porque os trabalhadores não se entendem, os próprios trabalhadores ainda não se entenderam sobre o que compreendem como direito de greve.

MC - Seu Viegas, o senhor considera que os principais líderes sindicais da época, sobre os principais líderes sindicais da época, os líderes...

LV - De que época?

MC - Dos anos [19]50...

LV - Final de [19]50, princípio de [19]60...

MC - Ou mesmo o período após a II Guerra Mundial. O senhor considera que esses líderes sindicais de ponta, os mais conscientes, os mais combativos, eram sensíveis à questão da Previdência Social, ou essa questão estava de certa maneira controlada por esses que são chamados de pelegos, esses que estavam na máquina dos sindicatos, que controlavam a máquina dos sindicatos...

LV - Eu até... Vamos admitir o seguinte: primeiro...

MC - Em termos gerais.

LV - É. Primeiro, logo depois da Segunda Guerra. Eu acho que houve uma fase inicial em que houve um avanço muito grande, houve até uma tentativa de unidade, houve um congresso realizado no Campo de São Januário, convocado pelo próprio Ministério do Trabalho, e todas essas questões, eram questões a serem discutidas dentro desse congresso. Mas, talvez esses que você chamou de dirigentes de ponta não tenham tido a verdadeira compreensão do momento, e tenham pretendido avançar muito na formação da Confederação Geral dos Trabalhadores, na época era CTB, Confederação dos Trabalhadores do Brasil. E não atentaram para a composição das confederações, e esses são os "Diclecianos", os "Sindulfos Pequenos", que eram os dirigentes da época, que se retiraram desse congresso e tal. Se havia uma diferença de dominação na parte de Previdência Social e tal, acho que não era bem por aí no movimento sindical, não. Talvez exceção dos bancários, marítimos... A Previdência Social ainda passava meio ao largo do movimento sindical, sabe. Tinha sido uma coisa até assim meio caída do céu, porque quando houve a conquista do IAPB, antes já tinha havido, se não me engano IAPC, IAPM, é uma fusão das caixas e tal, e os outros foram assim. O Getúlio, com aquele jeito do Getúlio, que toda vez que, com o seu faro político e, principalmente, com a sua consciência de classe, quando sentia que a classe trabalhadora estava próxima a conquistar alguma coisa por suas próprias forças, ele se antecipava, já ia se conseguir, ele se antecipava e concedia. Com isso ele ficava como *pai dos pobres*, e também desestimulava a própria luta dos trabalhadores, porque não era uma conquista, era uma dádiva, embora estivesse madura. Então, quando houve as primeiras conquistas dos institutos, ele pegou e concedeu para todo mundo. Já que vão ser conquistados... E como essas coisas foram mais ou menos dadas, assim, talvez essas categorias não tivessem uma participação mais intensa. Então não havia.... E havia, isso sim, dentro de partidos políticos que estavam no poder, pessoas que compreendiam a importância política daquela máquina, que era a Previdência Social, e procuravam influir dentro dessa máquina. Agora esses homens podiam ser sindicalistas, podiam não ser sindicalistas. Eram políticos partidários. E vamos admitir que muita gente fala que a predominância era de PTB. Talvez, porque o PTB fosse, de fato, o partido mais ligado à classe trabalhadora, mas havia gente que se aproveitava no PSD, na UDN.... Tivesse uma parcela de poder, tivessem condições, eles iam lá buscar. Não tem dúvida.

LO - O senhor tem algum tipo de trabalho publicado sobre Previdência Social? Fez algum curso com relação à Previdência Social? Estudou a questão da Previdência?

LV - Não, não fiz. Não, todo o meu estudo foi nessa grande universidade que é o movimento sindical, o movimento popular. Eu nunca fiz um curso específico de Previdência Social. Tive muitos professores nos congressos, nas palestras, nos contatos,

e na vivência do movimento sindical, mas posso dizer, sou um pragmático, sou um praticista da Previdência Social. É lógico que, em decorrência das responsabilidades assumidas na luta sindical, a gente tinha que ler. Então, algumas coisas eu lia: a legislação, os artigos, alguns trabalhos assim e tal, mais nada. Eu nunca fui de me enfronhar na Previdência Social.

LO - O senhor falou em congressos, o senhor parece que participou de nove congressos nacionais...

LV - De aposentados. Não cheguei a participar de nove pelo seguinte: porque eu só passei a participar do movimento de aposentados depois que fui anistiado em [19]73, aposentado em [19]80, porque não foi aceito meu retorno ao Banco do Brasil, do qual era funcionário até [19]64, e portanto... Mas, sendo aposentado como funcionário do Banco do Brasil, retornando ao *status* de funcionário aposentado do Banco do Brasil, reconquistei a minha situação de bancário, e aí voltei para o sindicato, voltei em 1980 a atuar no sindicato. Com outros companheiros, organizamos o Departamento de Aposentados, que existia estatutariamente, mas estava parado, estava morto, não funcionava. Nós demos vida a esse departamento, começamos a atuar. Aí, o companheiro Elizeu Alves de Oliveira, que era Presidente da Federação das Associações de Aposentados, apareceu aqui no sindicato e nos convidou a participar do sétimo congresso, aliás, do Sexto Congresso, em Volta Redonda. Aí nos participamos do sexto, em Volta Redonda, do sétimo em Praia Grande, do oitavo em Minas Gerais. Como é a cidade lá da siderúrgica de Minas Gerais?

LO - Volta Redonda...

LV - Não, não, não... Ipatinga, Ipatinga, e agora do nono, em Curitiba.

NM - Quais são as principais teses levantadas nesses congressos?

LV - Esses congressos foram profundamente marcados por uma situação de degenerescência que se dava nos proventos dos aposentados e pensionistas. Com a aplicação, vamos chamar assim de selvagem, para fazer um paralelo aí, uma aplicação selvagem da lei salarial aos proventos da aposentadoria, e com uns artifícios de cálculos e de índices, manipulação de cálculos e índices processados dentro da Previdência Social, com o sentido de fazer economia mesmo, de baixar os benefícios para compensar as falcatruas, as negociatas, a inadimplência que havia e que não era combatida na Previdência Social. O congresso, esses últimos congressos, predominantemente, eles protestaram contra essa situação. Mas, lutavam por melhoria de atendimento hospitalar e ambulatorial, a parte de saúde. Lutavam pelo problema do atendimento dos benefícios mesmo, o atendimento aos associados, e com uma - vamos fazer justiça ao movimento dos aposentados - com uma compreensão muito clara de que havia uma tentativa de liquidação da Previdência Social. Isso se dava transformando a Previdência Social em coisa ruim, a tal ponto de não ser defendida pelos trabalhadores da ativa. Nós que, já aposentados, sabíamos o valor disso, nos arvoramos em defensores da Previdência Social e procuramos também levantar todas as reivindicações futuras dos trabalhadores. Aquelas que nós já tínhamos alcançado, mas que se as gerações futuras não alcançassem, poderia ser a própria liquidação da Previdência Social, e a transformação na Previdência privada como... Acreditamos que houve uma orquestração nesse sentido. Então, nós consideramos vanguarda e passamos a atuar dentro dos sindicatos, como assessoria da Previdência Social, como impulsionadores das reivindicações do movimento sindical

geral. Agora, a par disso, também se discutia problemas de organização sindical, os problemas nacionais. Se discutia como, porque a maioria desses congressistas, eram oriundos do movimento sindical. Tinham sido dirigentes sindicais de trabalhadores, então não tinham perdido o uso do cachimbo. (risos) Ainda não tinham se despido das suas atividades sindicais e tal. Então participei, e era um congresso mais ou menos... Só não se falava na relação de trabalho porque não existia, e o patrão era um só. Ainda tem uma característica muito interessante no movimento de aposentados. Quando se está na ativa, se é bancário, se é metalúrgico, se é têxtil, se é comerciário, se é uma série de profissões. Quando se aposenta, se é aposentado. E o patrão é um só, é o INPS. Então, unifica. E fica muito mais fácil, desse ponto de vista, você encontrar os denominadores comuns. O interesse fica comum. Um ou outro tem complementação, como algumas empresas estatais que dão complementação, então a pessoa fica com melhores condições, mas o grosso dos trabalhadores fica na vala comum do INPS. Então, as reivindicações são mais claras, e são mais uniformes. Daí, marchamos para um entendimento de que a nossa luta tinha que ser junto com o movimento sindical, porque nós estávamos defendendo coisas que são próprias dos trabalhadores em atividade. Mas ao mesmo tempo, para conseguir isso, sentimos a necessidade de nos unificarmos nacionalmente. E procurados, então, já no congresso de Ipatinga, fazer uma comissão para estudar a concretização de uma confederação, e no congresso de Curitiba foi criada uma confederação...

MC - Convenção Nacional dos Aposentados e Pensionistas?

LV - Não. Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP). É que nós tivemos um companheiro aqui que, quando sentiu que havia uma tendência de organizar a confederação, por conta própria, chegou num cartório do Rio de Janeiro e registrou o nome de Confederação Nacional de Aposentados e Pensionistas e levou para o Congresso de Ipatinga o prato feito, mas os aposentados não quiseram prato feito, não. Disseram que queriam fundar a confederação, mas queriam que essa confederação fosse criada de baixo para cima, estudando bem o estatuto, estudando tudo, e criaram a comissão. Repeliram essa confederação e criaram essa comissão.

Fita 8 - Lado A

LO - Seu Luiz Viegas, qual o senhor considera a maior contribuição desses congressos?

LV - Bom, os congressos acho que tiveram, no meu ponto de vista, a maior contribuição foi despertar o movimento sindical para a necessidade de retomar a luta pela Previdência Social. Acho que se outra coisa a história não consignar, ela vai consignar, vai creditar ao movimento dos aposentados e pensionistas esse papel, de ter feito com que o movimento sindical geral dos trabalhadores em atividade voltasse a se preocupar com a Previdência Social, que é uma conquista da classe trabalhadora, mas que vinha sendo amortecida para ser levada ao esquecimento, e mais facilmente ser liquidada. Acho que no meu entendimento foi. Agora, a verdade é o seguinte: foi da luta dos aposentados e pensionistas, por pensionistas, por suas reivindicações específicas, que surgiu a demanda da criação de uma comissão em nível do Ministério da Previdência e Assistência Social, para debater essas reivindicações que nós estávamos colocando.

O Ministro, o atual Ministro da Previdência, Rafael de Almeida Magalhães, com a sua sensibilidade, achou que essa comissão talvez fosse modesta e criou uma comissão, criou um grupo de trabalho para estudar a própria reformulação da Presidência Social como um

todo. E convidou a integrar essa comissão, representantes dos aposentados como, evidentemente, acho que não poderia deixar de ser, porque são os pais da ideia. Mas convidou o movimento sindical rural e urbano, convidou os empregadores e todos os setores do governo que, de uma forma ou de outra, têm interesse na vinculação com a Previdência Social, ou seja: Ministério do Trabalho, Ministério da Fazenda, Ceplan, Gabinete Civil da Presidência da República e outros órgãos assim. Então, acho que essa importância existe no movimento. Além, evidentemente, de ter dado uma estrutura nacional a esse esforço esparso que havia dos aposentados. E uma coisa é engraçada, é que se vocês recorrerem aos jornais de um tempo para cá, vocês vêem que os jornais passam a falar em aposentados, que antes não falavam. Porque jornal só transmite o que de fato é notícia. Se o sujeito botar uma coisa que não seja de interesse público pode aparecer uma vez no jornal, mas não aparece nunca mais. Hoje o aposentado é notícia, e essa notícia foi fabricada. E foi fabricada por esse movimento dos aposentados.

MC - Quando o senhor coloca o movimento dos aposentados, gostaria que o senhor especificasse melhor, que tipo de associações com...

LV - Constituem.

MV - Constituem esse movimento?

LV - É um movimento interessante, porque assim como foi, inicialmente, o movimento sindical dos trabalhadores, esse movimento de aposentados é predominantemente do movimento sindical. Então você encontra o departamento de aposentados pertencentes à própria estrutura de um sindicato, como é o caso, aqui no Rio de Janeiro, do departamento dos bancários, dos gráficos, que já existe e que agora está sendo trabalhado para organizar, parece, jornalistas, e outros sindicatos já estão com a preocupação de organizar...

MC - Metalúrgicos?

MC - Não, metalúrgicos todos são ligados aos sindicatos, porque são sindicalistas, apenas como na legislação atual, o trabalhador ao se aposentar continua com todos os direitos de associado do sindicato, apenas ele fica dispensado de contribuição. Não sei, isso é uma bobagem inclusive, mas fica dispensado da contribuição. Agora, ele não tem direito a se eleger para direção. Ele perde o direito de se eleger, na medida em que a Consolidação das Leis do Trabalho exige que a pessoa comprove o exercício efetivo da profissão durante os dois últimos anos. Ora, o aposentado não estando no efetivo exercício da profissão, não tem como ser candidato. Isso já começa a ser vencido. Na prática, os trabalhadores começam a eleger aposentados. Nós que somos favoráveis a que o aposentado possa participar das diretorias do sindicato, achamos que ele não deve participar majoritariamente. Ele deve participar minoritariamente. Ele não dever ser a totalidade de aposentados. Até no último congresso de aposentados se estabeleceu que deveria ser de um terço das chapas, com o máximo de um terço. Mas esses aposentados que continuam associados, continuam votando, continuam influindo, mas não podem ser dirigentes, eles têm reivindicações específicas que não encontram eco ao serem levantadas na grande maioria dos que estão em atividade. Então essas reivindicações ficavam perdidas. Então o que eles sentiram? Começaram a sentir a necessidade de criar associações, grêmios... Então, no caso dos metalúrgicos, especificamente aqui no Rio, é Grêmio Veterano Metalúrgico. Funciona dentro do sindicato, com a sala do sindicato, com contribuição do sindicato, com contribuições do sindicato, o sindicato de vez em

quando dá um dinheirinho lá para o Grêmio e tal, mas ele tem as suas contribuições próprias. Tem registro como sociedade civil independente. Outras associações foram criadas em outros, até em sindicatos que se opunham, como no caso dos comerciários aqui, o Mata Roma persegue os aposentados, sei lá porque. Talvez fosse uma oposição aos dirigentes dos aposentados, então a associação de Aposentados do Comércio que, inicialmente, chegou a funcionar dentro dos comerciários, teve que sair, teve que ir até fisicamente para uma sala separada. Existe outro tipo de organização, por exemplo, a LBA, que tem vários núcleos de aposentados que são filiados, participam desse grande movimento de aposentados. São pessoas que nunca tiveram, muitas vezes, são pessoas que nunca tiveram atividade sindical, não participaram de sindicatos, mas que a sua situação de aposentado é tão difícil, que ele recorre à assistência da LBA e se estrutura em núcleos da LBA, com vida recreativa, com vida associativa independente. Nós congregamos também esses núcleos de LBA. Existem algumas organizações que são ecléticas, por exemplo, a Legião Brasileira de Inativos. Existem várias seções no Brasil. Tem uma em Niterói, tem outra no interior da Bahia, e vários, que são associados desses novos movimentos, e são entidades ecléticas que chegam a congregar servidores civis e militares. Aposentados de polícias militares e dentro dessas organizações também. Daí porque a nossa confederação admite como associado todas as associações de aposentados e pensionistas, sejam elas de estatutários, celetistas, civis ou militares. Se amanhã, por exemplo, a associação dos ex-combatentes da Segunda Guerra quiser se filiar à Confederação dos Aposentados, pode porque o estatuto admite a possibilidade desse movimento, certo? É bem amplo o movimento. E eu acho que teve essa vantagem de congregar... Hoje nós somos onze a doze milhões de almas, espalhadas por esse Brasil afora. Tem mais de duzentos associações, cinco federações, e a confederação. Agora, por experiência, para evitar aquela distorção que há no movimento sindical, a base não tem ligação com a confederação, as nossas federações não são organismos intermediários. A associação é filiada à confederação, mas ela tem que ser filiada também à federação, porque a federação coordena, em âmbito estadual ou regional, a atividade daquelas associadas. Mas a associação se dá diretamente a confederação.

MC - Seu Viegas, é como é que surgiram essas associações? A partir de que momento essas associações de aposentados começaram a surgir, e a se mobilizar?

LV - Eu sugeria que, nesse sentido, vocês procurassem os companheiros que eu vou dar o nome: Giovani Américo Maranhão, dos metalúrgicos...

NM - Seu Maranhão...

LV - É. O Severino, dos urbanitários; Severino e Barbosa, dos urbanitários. E José Mamede, nos portuários, José Mamede. Esses são mais antigos no movimento e eles podem dizer com mais propriedade a origem. Eu já peguei o bonde andando. Eu embarquei no sexto congresso. Eles já tinham feito seis congressos quando eu embarquei no bonde. Mas a necessidade foi essa, a necessidade de coordenar reivindicações e até de dar vida, de manter uma atividade dos aposentados, viu. Tiveram grêmios que foram beneficentes e recreativos, há necessidade do aposentado de não ficar isolado do mundo, paria da sociedade. Eu acredito que seja esse. Mas esses companheiros terão condições de fazer um histórico mais consistente sobre a origem do movimento dos aposentados.

MC - Seu Viegas, eu gostaria de voltar um pouco atrás também, vocês queriam falar alguma coisa agora? Posso continuar? Mais ou menos na época do golpe militar de

[19]64. O senhor estava na CONTEC, o senhor relatou na entrevista passada a atuação da CONTEC, a relação da CONTEC com a Previdência Social. Gostaria que o senhor nos relatasse agora, como é que ficou, como é que se deu esse processo do golpe militar, e como ele atingiu particularmente o senhor e o movimento a que o senhor estava inserido?

LV - O movimento de [19]64 foi um processo. Havia um crescimento de lutas, lutas sindicais e populares, o país avançava num sentido, vamos dizer, de democratização, e havia setores interessados em que isso não caminhasse dessa forma. Então aproveitando a radicalização existente de fato, autêntica, do movimento sindical, eu, pessoalmente acredito que foram infiltrados para exacerbar mais esse movimento e fazer até de certa forma, que ele escapasse à mão dos dirigentes mais conscientes. Os que não estavam naquele negócio - "É agora, e já". Havia no processo, apoiado inclusive pelo próprio Presidente da República, um movimento de reformas... Nós estamos voltando a esse... Então perdemos, perdemos tempo, perdemos aí 22 anos para levantar as mesmas, consignar as mesmas reformas: reforma agrária, reforma urbana, reforma bancária e tantas outras reformas, reforma até da consciência do povo. Isso é que havia naquela época, que se desenvolvia, e as UDRs daquele tempo, resolveram radicalizar o processo, isso encontrou uma gama de colaboradores conscientes e inconscientes, e que serviram a essas caldo de cultura para o desfecho de um contragolpe. Eu chamo que é um contragolpe no desenvolvimento do processo. Não houve revolução de jeito nenhum, não tem característica de revolução, foi um golpe, e que já hoje em dia, com documentação apresentada aí, teve o bafejo do nosso frade irmão do Norte. Interesses alienígenas, interesses americanos, que chegaram até a deslocar frota, que hoje está tudo comprovado aí na documentação do próprio Estados Unidos. E se pretendia fazer aqui, e se o negócio não vingasse de uma forma seria de outra até, um Vietnam, uma revolta, uma briga aqui. Acho que isso dever ter tido a consciência talvez do próprio governo da época. O João Goulart era um homem profundamente pacifista, e até pacífico. Acredito, sinceramente, quando ele chegou a dizer que não quis ver o sangue derramado, o sangue do seu povo, de irmãos e tal, acredito nessa... Porque ele teria condições de reagir... Teria condições e, segundo nós sabemos aí, houve até propostas de, de abortar de uma maneira violenta, no nascedouro, aquele negócio da revolta lá de Minas e tal, que talvez até desestimulasse o resto, e ele não fez. Não quis fazer. Do ponto de vista sindical, marchávamos para um processo de unidade ainda incipiente. O Comando Geral dos Trabalhadores nem ainda era uma organização. Era um encontro de organizações. Periodicamente, as confederações, as federações nacionais, os principais, os dirigentes de entidades mais ativas, se reuniam para debater os interesses comuns, e nesses interesses comuns estava o processo de reformas, estava o desenvolvimento da política nacional... Por que não? Por que negar aos trabalhadores organizados discutir a política do seu País, quando a classe trabalhadora é a maioria do país? Quer dizer, o trabalhador não tem direito de discutir. Como partido político, evidentemente, não. Sindicato não tem objetivo de conquistar o poder, mas de discutir do país tem obrigação, no meu entendimento. Então isso era feito. Era feito e chegou a haver posicionamento dos trabalhadores sobre diversos pontos, até sobre, naquela época de parlamentarismo e tudo mais, houve manifestações a favor de determinados primeiros-ministros, e contra outros determinados primeiros-ministros. Eu me lembro, por exemplo, que nós apoiamos a Santiago Dantas para primeiro-ministro e ele foi recusado. E seria uma solução de não radicalização, porque quem conhece a história de Santiago Dantas sabe. Então nós não éramos tão radicais assim. Evidentemente pode se fazer qualquer outro, se conceder qualquer outro título ao professor Santiago Dantas, mas de radical, eu acho que não se faz jus a ele. Lembro-me mesmo que houve uma greve geral de alerta, entre outras consignas, para que houvesse

eleição do primeiro-ministro, que ficava naquele negócio chove não molha, sem eleger primeiro-ministro e que nós esperávamos que fosse o professor Santiago Dantas. Havia reivindicações, direito de greve, que a greve existia, mas não existia. A Constituição dizia: "A greve é um direito que a lei regulamentará". Como a lei não regulamentava, iam buscar um decreto do tempo da Constituição de 37, que era o 1730, tem um nome assim, um número assim parecido, que era o que regulamentava, regulamentando um direito, uma lei que proibia, que discriminava. Então havia uma série de conflitos assim. Nós, nos bancários, tivemos uma participação muito ativa na Confederação, porque aprovamos em congresso um projeto de reforma bancária. Pela primeira vez, talvez, na história do Brasil, uma categoria profissional apresenta completo, eu tenho ainda hoje esse projeto de reforma bancária, que partia de um enunciado de princípios, de como se admitir o que a gente chamava na época Reforma Bancária Progressista, e entre esses princípios tinha a seletividade do crédito, tinha primeiro o conceito de crédito, o crédito como um bem social, porque se os bancos atuam com a poupança da nação, é um bem coletivo. Os bancos não são donos dos depósitos que têm. Eles são apenas agentes, são instrumentos de aplicação de um bem coletivo. Então nós defendíamos o caráter social do crédito. O crédito tinha um caráter social. Então se tinha um caráter social, cabia ao governo orientar a aplicação desse crédito, estabelecendo faixas seletivas. Chegávamos a argumentar assim, no exagero, para mostrar, por exemplo, financiar plantação de arroz, era uma necessidade social. Mas talvez não fossem muito lucrativos. Pelo menos não tão lucrativa quanto financiar maconha. Mas evidentemente que financiar maconha não era interesse social, então, cabia o financiamento do arroz, não cabia o financiamento da maconha. Isso no exagero, para argumentar e a gente mostrar. Mostrava que, uma vez que o crédito tinha caráter social, e era produto da poupança nacional, não deveria haver banco estrangeiro. Se houvesse banco estrangeiro, era só como escritório de bancos estrangeiros para aplicar a recursos estrangeiros aqui.

Mas nunca um caso como temos aí, City Bank, Banco de Boston, Banco de Tóquio e tudo mais, que vem para cá com uma carta de crédito, um papelzinho, sem trazer um tostão, se instala aí, fazem poupança nacional, emprestam às empresas a eles ligadas, que eles não são bestas. Vão financiar e essas empresas vão trabalhar com recursos nacionais, produzindo lucros para exportar. Então, quando a gente precisa de recursos e o recurso nacional que é drenado para o exterior. Então defendíamos que não deveria haver... Ou mais, a nacionalização dos bancos. Defendíamos a desnecessidade de um Banco Central, porque o Banco do Brasil atuava como Banco Central, e nós mostrávamos o seguinte: que o Banco do Brasil era uma instituição que se confundia com o próprio desenvolvimento nacional. Aonde havia uma ponta de progresso no território, a história dessa ponta de progresso, você ia encontrar o Exército, você ia encontrar um trator, o Banco do Brasil, a Igreja, mas o Banco do Brasil estava nessa ponta de progresso sempre. Desbastando, quando ficava lucrativo vinham os outros. Mas enquanto era onerosa estava só lá o Banco do Brasil. Mostramos o perigo, até um negócio que foi assim, a gente lendo hoje em dia, eu estou dizendo isso, porque já li, foi levantado o problema novamente quando surgiu aí uma tendência de liquidar o Banco do Brasil e não sei o que, que o Banco do Brasil fez uma campanha de defesa, e, porque o Banco do Brasil é proibido de atuar no mercado de capitais, é incrível, o principal banco do país, banco que é de fato do país, era proibido, enquanto os outros viviam na especulação aí. Então quando houve isso o presidente do Banco do Brasil nos convocou, nos convidou a participar desse debate e nós fomos. As nossas brigas, que tivemos como sindicalistas contra o Banco do Brasil, funcionário, o Banco era uma coisa, a instituição outra. A gente defende a instituição. Uma instituição como uma questão patriótica.

LO - Isso em que período você está falando?

LV - Agora recente, no ano passado. Nós fomos chamados e participamos de um seminário no Rio de Janeiro, participamos de um seminário em São Paulo, defendendo o Banco do Brasil, e aí revitalizamos esse projeto. Fomos reler e encontramos atualidade, inclusive nós prevíamos que se fosse tirada a fiscalização bancária de dentro do Banco do Brasil, ela seria ineficiente. Está mostrando aí... As falcatruas que existiram no sistema de crédito foram produto, inclusive, da incapacidade de fiscalização. Teve que se criar uma outra rede no Banco Central para fazer a fiscalização que o Banco do Brasil já fazia. E várias *otras cositas más*. Pois bem, isto era uma atuação, esse projeto de reforma bancária, é [19]62/[19]63, foi apresentado no congresso em [19]63. Então, nós atuávamos em todos os sentidos. Atuávamos na Previdência Social, defendendo a lei orgânica, e defendendo, fazendo uma luta pela moralização, porque não era fácil, não foi o advento da lei orgânica que resolveu os problemas, não. Continuavam os embates, nos lutávamos contra a corrupção, contra o empreguismo... Agora, em defesa do funcionalismo da Previdência Social, pessimamente remunerada, sem condições de trabalhar, e defendamos que ele fosse, o funcionalismo conceituado, tecnicamente capaz, mas pessimamente remunerado e tudo mais. E quando chegava na hora da administração, vinha gente de fora, interferência política...

Fita 8 – Lado B

LO - Pronto, pode continuar...

LV - Pois é, quando chegava então num momento, vinha gente de fora em detrimento daqueles técnicos capazes, da administração da previdência, vinham, por injunções políticas, pessoas de fora para dirigir. E nós representantes da categoria defendíamos e prestigiávamos os funcionários competentes dentro das funções técnicas da Previdência. Lutávamos contra o empreguismo, foi uma luta tremenda que nós travamos... O negócio de empreguismo que havia por esse Brasil afora, com denúncias e tudo o mais. Dentro do IAPB. Ih, nós falamos, brigamos com meio mundo por causa desse negócio. E não foi, vamos fazer justiça, que não foi só no governo Juscelino e Jango, não. Porque no do Jânio também. Com toda a vassoura dele, nós tínhamos que lutar contra o empreguismo na previdência, que não deixou de existir.

NM - O senhor nos traçou um quadro da perspectiva sindical, da conjuntura sindical, da conjuntura política em [19]64...

LV - É...

NM - Agora, para avançar nas questões que nós temos, eu gostaria de saber o que aconteceu na sua vida, o que aconteceu com o senhor a partir do contra-golpe militar de [19]64?

LV - Olha nessa vida, tudo, nós sentimos boatos, inclusive chegou a haver um processo, eu fui cabeça de citação, num processo que contra vários dirigentes do movimento sindical, deram movidos Ademar de Barros e Carlos Lacerda, porque nós afirmávamos que eles conspiravam contra o governo federal. Aliás, eu não sei se já fiz referência a isso, que esse processo mais tarde, depois de [19]64, nós fomos absolvidos porque o advogado mostrou, pela própria documentação posterior, que eles aí começaram a bancar de

revolucionários, e nós conspirávamos antes e não sei o quê - o advogado muito inteligente (risos), pegou essa documentação e mostrou, ninguém pode ser condenado por dizer a verdade. Então, nós sentíamos que havia alguma coisa no ar conspirando contra aquele avanço. Mas, evidentemente, nós não tínhamos clareza de como isso se dava. No dia mesmo do comício da Central, foi no dia 13 de maio de [19]60 e...

MC - 13 de maio...

LV - De março, 13 de março de 1964, eu compareci ao comício da Central, participei lá daquele... Foi um comício normal, como outro qualquer, fizeram exploração, inclusive dizendo que houve arruaça, porque houve um princípio de incêndio, pelo seguinte: porque os companheiros da Petrobrás levaram estopas embebidas em petróleo nacional, como uma manifestação nacionalista, levaram numas latas, estopa embebedadas no petróleo nacional, e de noite tocaram fogo naquilo, então faziam aquela marcha ao flambar, aquele negócio, e aquelas coisas encostaram numas faixas e pegou fogo em faixas, então, no susto e querendo apagar aquelas faixas, houve quem se ferisse, houve quem se queimasse. E, multidão, é perigoso um negócio desse, então, um pequeno pânico na multidão, causado por essas tochas, provocou um desajuizado ali, mas não era de briga nem de adversários não, foi um incidente. Isso foi explorado mais tarde como tendo sido não sei o que e tal. Agora, eu participava daquilo, agora dentro do meu peito, tinha alguma coisa que catucava e eu não estava gostando muito daquilo, não. Eu não estava gostando porque eu via.. Nós participamos de vários outros acontecimentos, eu me lembro, fiz, participei como rapaz das passeatas, pedindo o rompimento com o Eixo, pedindo declaração de guerra, de apoio à FEB, participei do movimento da Constituinte de rua e eu via a gente desfilar, os que estavam desfilando, e o povo nas laterais aplaudindo, participando. Nesse comício do dia 13 de março estava tudo deserto, porque até o patronato tinha decretado feriado e fechou as portas. O comércio fechou as portas, tudo mais, a cidade estava deserta. E eu desfilei com outros companheiros pela Avenida Presidente Vargas e não tinha povo. Então aquilo eu não me sentia bem. E certas formulações radicais me doíam no ouvido, que eu já tinha tido a minha fase radical, mas já estava curado dela, pelo menos eu pensava que estava curado. Eu não participava muito e, por exemplo, eu recusei a ir lá ao Sindicato dos Metalúrgicos naquela revolta dos marinheiros, não porque eu não achasse as reivindicações dos marinheiros justas... Alguma coisa me dizia que aquele processo é que não estava certo. Certo? Por um sexto sentido, mas eu não tinha consciência dele apenas isso. Então se isso acontecia comigo, acredito que acontecia com a maioria, porque não posso dizer que eu fosse dos menos esclarecidos do movimento sindical. Nós, de certa forma, tínhamos consciência política daquelas coisas que estavam acontecendo. Mas se a gente não tinha consciência daquele processo, acredito que a maioria não tinha consciência daquele processo. E uns tantos estavam radicalizados, tomados por um idealismo exacerbado, achando que já tinha tocado a clarineta da aurora da libertação nacional e tudo mais. Então isso, em verdade, houve uma grande exploração dos sentimentos justos de progresso do povo, através de uma radicalização consciente, e outra inconsciente, quer dizer, utilizada. Houve muitas pessoas que foram utilizadas no processo de radicalização. Nós chegamos a fazer a segunda greve geral, decretada pelo CGT. Foi decretada como um caso consumado. A maioria dos dirigentes não estava convencida da sua necessidade, mas como já havia determinados companheiros que tinham tomado iniciativa e parado, nós achamos que seria falta de companheirismos não seguir aquele negócio, e com uma compreensão errada.

Na época, se tivéssemos clareza suficiente, teríamos dito: "Então façam voltar, nós não vamos arriscar todo um processo nacional por causa desse ou aquele mais apressado" - mas isso aconteceu. Na segunda greve de um dia, ela não era para ter saído. Ela foi, ela foi...

MC - E quando foi essa greve?

LV - Eu acho que foi em princípio de [19]64, eu me perco no tempo. Mas houve duas greves gerais de um dia de paralisação antes de [19]64, e que foram coordenadas pelo Comando Geral dos Trabalhadores. A primeira, não, a primeira foi conscientemente preparada, foi marcada e tudo mais, as reivindicações bem definidas e tal. A segunda, eu acho que foi, não sei até que ponto não tenha sido fabricada. E nós fomos de roldão. Nós fomos de roldão. Então isso nos pegou de surpresa pelo seguinte: o golpe de [19]31, de [19]30, de 1º de abril de 1934, de [19]64, nos pegou reunidos, aqui no Rio de Janeiro, a confederação, porque se vocês verificarem o calendário das organizações sindicais, há uma obrigatoriedade do Ministério do Trabalho de apresentação de relatório de contas. Isso geralmente se dá em março. Então nós tínhamos convocado uma reunião do conselho de representantes da confederação para os dias 30 e 31 de março, e estávamos reunidos os representantes, e aproveitávamos, geralmente quando havia essa reunião, para convidar mais alguns sindicatos importantes e tal, e fazíamos uma reunião nacional, para tocar... Nessa reunião, me lembro até que chegou a ser trazida pelo companheiro Palhano, que mais tarde foi morto na tortura, no DOI-CODOI de São Paulo. Esse companheiro trouxe um relato da existência de um plano, de que ia haver uma passeata da família, com Deus...

LO - Pela liberdade...

LV - Pela liberdade. Isso ia ser realizado nos primeiros dias de abril. Estava marcado para o dia 4 ou 5 de abril, por aí assim. Então, ele disse, veio denunciar que alguém teria apurado que havia uma trama, teria sido organizada uma trama para assassinar o Eurico Gaspar Dutra, o ex-Presidente, nessa passeata, e aí jogar a culpa nos comunistas e no CGT, como era de praxe, e então ensejar o movimento, que eles estavam precisando deflagrar o movimento, mas precisam de uma motivação. E a precipitação de lá de Minas, fez... Teve até um companheiro nosso que sofreu muito com isso porque, na ânsia de relatar bem o informe que foi trazido dessa perspectiva, ele tomou nota de alguns tópicos, então dizia: "Passeata com Deus pela família, assassinato do Dutra, não sei o que" - Uns tópicos assim, e ele é de Natal, no Rio Grande do Norte. Quando aconteceu o negócio e tal, que desmanchou a reunião, ele embarcou na esperança de chegar ao Rio Grande do Norte. Ele era Presidente do Sindicato do Rio Grande do Norte, do CGT de Natal, lá do Rio Grande do Norte, com aquele papelzinho no bolso. E foi apanhado em Recife, e em Recife ele foi preso, foi preso com aquele papel. Daí que ele explicasse o que era o assassinato do Dutra, já viu o que é que esse companheiro não passou. Mas isso a título assim de pitoresco. E nós então, esse negócio de dizer que CGT tinha armas, que não sei o quê, fazia parte da preparação da motivação. Da atemorização que se pretendia lançar na classe dominante e na pequena burguesia, principalmente, a pequena burguesia apoiasse aquele golpe. Então, isso foi alcançado, e nós fomos pegos de surpresa. Eu pessoalmente, a reunião lá, e nós quando soubemos que o João Goulart tinha pego um avião e saído do Rio de Janeiro, do Brasil, tinha saído de Brasília, já viajando para Rio Grande do Sul, eu cheguei na confederação e tinham ainda companheiros discutindo Previdência Social... E era Previdência Social, exatamente, (risos) era um movimento

separatista que havia dentro do Banco do Brasil, de constituição de um SASEB, que era um organismo que pretendia ser SASE, feito a SASE que existe, é Caixa Econômica. Dentro do Banco do Brasil havia, por coincidência, um grupo que era antissindicalista, tinha intenção de organizar um SASE.

MC - Que quer dizer SASE?

LV - É...

LO - É uma companhia seguradora ligada...

LV - Serviço de Assistência Social é....

LO - E seguro dos economiários...

LV - E Seguro dos Economiários, SASE. E no Banco do Brasil era SASEBB, era Serviço de Assistência Social...

MC - E Seguro dos Empregados do Banco do Brasil...

LV - Dos empregados do Banco do Brasil, SATEBB, SATEBB, Previdência, era isso aí. Então de repente eu encontro lá companheiros. Eu digo: "Por que vocês estão discutindo isso, o negócio, a mesa virou, já não tem nem governo, nós já estamos sendo cassados na rua, Pereirinha já foi preso!" Houve uma reunião da intersindical aqui, o Lacerda... Uns conseguiram escapar, até o Pacheco estava nessa reunião e tal e conseguiu fugir, parece, não sei se Hercules Corrêa também estava...

LO - Batistinha...

LV - Batistinha. O Pereirinha foi preso. Então nós: "Poxa! O companheiro Pereirinha já está preso, o Lacerda já tomou conta da cidade, está tudo com lenço azul no pescoço, vocês estão discutindo Previdência aqui, estão atrasados, se manda daqui". E nós nos mandamos. Então eu não tive ilusões. Nesse dia eu não fui mais nem dormir em casa. Para dar tempo de ficar esperando o que é que acontecia. Aí, fiquei assuntando, andava, continuava tendo contatos com companheiros e tudo mais. Acompanhamos a primeira fase que tinha esperança de que o Rio Grande do Sul com Brizola e não sei o quê, apoiasse, segurasse, fizesse uma nova...

LO - Cadeia da legalidade...

LV - É, cadeia de legalidade, mas o negócio era diferente dessa vez, e aí, quando estávamos por aí, dependendo da coragem e da fraternidade dos amigos, nós nos hospedávamos hoje numa casa, amanhã noutra: Ouvimos pelo rádio a primeira relação dos cassados. Primeiro problema de cassação e a primeira relação dos cassados. Quando não é a nossa surpresa, entre os primeiros 101 brasileiros cassados, junto com João Goulart e com outros, está o meu nome. Eu digo “Espera aí, estão me dando uma importância demasiada. Se eles estão me dando essa importância, na certa me consideram importante mesmo e, como eu não sou importante, se eles me pegarem não vai ser brincadeira". Então, tive a consciência exata do que estava feito para mim e disse, achei primeiro, que eles não podiam me pegar. Segundo, que se me pegassem, eu estava

preparado inclusive, se fosse o caso até morrer, mas que não ia fazer papel feio, porque meu pai me ensinou que "é preferível morrer fisicamente, do que morrer moralmente", porque dizia ele "morrer moralmente, a pessoa tem que conviver com o cheiro da própria carniça". Então, para isso a natureza me ajudou um pouco, e se deu um processo que mais tarde, muito tempo depois, eu pensei que eu estava ficando com amnésia, estava perdendo a memória e tudo mais, e um médico psiquiatra me explicou que tinha sido um processo, que o cérebro tinha então impedido que eu me lembrasse de determinadas coisas. Isso custou muito. Eu custei a recuperar, hoje tenho facilidade já de citar alguns nomes, mas se vocês tivessem me entrevistado em [19]68, não ia me lembrar nem de nomes, nem de locais, e muitas coisas de que hoje já lembro, naquela época não me lembrava. Mas não me lembrava mesmo. E ficava fazendo esforço, ficava nervoso, ficava suando e tal e coisa, e não lembrava mesmo. Então isso aconteceu, e quando estava nesse processo, os colegas mais chegados acharam que eu devia ir para o exterior. Eu não queria, mas eles me convenceram a sair para que não fosse utilizado como bode expiatório. Aí fui praticamente colocado pelos grandes companheiros Olímpio Melo e Lauro Melo, irmão dele, praticamente que pegaram e me atiraram dentro da Embaixada do México. Aí fiquei na Embaixada do México vinte e cinco dias, e foi a primeira leva de brasileiros que saíram exilados para o exterior, os dez primeiros, eu estava indo para o México. Os dez primeiros que foram para o México. Estava eu; estava o Estafort que era dirigente da confederação também; estava o Humberto Meneses Pinheiro, diretor; e a Palhano estava exilado na Embaixada do México. Aí nós fomos para o México. Aí nós fomos para o México, lá ficamos hospedados por conta do governo mexicano, numa pensão, cerca de setenta dias, mas, se lá havia dificuldade de trabalho para mexicano, imagine para um brasileiro que lá era analfabeto. Eu não tinha, não dominava nenhuma técnica. Quem fosse técnico talvez pudesse até arranjar um grande técnico e tal. Mas eu não. O que é que eu era? Era contador. Lá é muito conceituado o contador, mas um contador analfabeto. Um contador que não domina o espanhol. Só sabia falar portunhol e português. Então eu vi que não tinha... Quando saí daqui, meu pai trabalhava na Tchecoslováquia, e eu me dirigi a ele para ver alguma coisa para fazer por lá, para que eu pudesse ir para lá. Ele aí se entendeu lá com as autoridades sindicais, a Central Sindical da Tchecoslováquia resolveu fazer uma solidariedade e mandou para o México passagem para seis brasileiros. E aí nós fomos. Vivi lá na Tchecoslováquia dez meses, depois, ainda em pleno 1965, vim chegando de mansinho, fiz uma viagem direta para Buenos Aires, passando pelo Rio de Janeiro, e o piloto da Air France disse: "Ali, à direita, a cidade do Rio de Janeiro, a cidade mais bonita do mundo" e eu fui olhar lá a minha cidade, não podia saltar de paraquedas, se saltasse ia em cana, fui para Buenos Aires. Em Buenos Aires aconteceu uma coisa maravilhosa, do ponto da solidariedade internacional, que eu, em [19]64, em abril de [19]64, estava para se instalar um congresso internacional de bancários. Bancários e comerciários porque naquele tempo era junto bancário e comerciário, na FSM. E nós da confederação tínhamos sido convidados, e eu era o delegado que iria…

MC - FSM é federação...

LV - Federação Sindical Mundial, com sede em Praga. Então, eu iria, era o delegado que iria à Praga. Então estava com passaporte tudo certinho, para viajar. Eu ia, estava de viagem marcada para o dia 4 de abril de 1964, para Praga, como delegado. Como houve esse negócio todo, eu escondi o passaporte, disse na Embaixada que não tinha passaporte, porque se eu dissesse que tinha eles me tiravam o passaporte, cancelavam. E escondi o meu passaporte nas minhas roupas e viajei para Europa. Até à Tchecoslováquia eu estava apenas com uma carta assim, de cidadão apátrida, com salvo conduto que foi aqui no

Brasil, depois de outro documento mais ou menos satisfatório dado pelo México, cheguei em Praga. Quando cheguei em Praga, aí peguei o meu passaporte e fiquei em Praga, aí peguei o meu passaporte e fiquei legalizado. Então fui ao congresso da CGIL, Confederação de Trabalhadores Italianos, o congresso foi numa cidade do Norte, já me lembro daqui a pouco. Ainda de vez em quando a memória escapa. E cheguei a ir à Hungria, convidado também pelos sindicatos húngaros para fazer uma visita lá para conhecer sindicatos húngaros, e voltei com esse passaporte, viajando num avião da Air France, que faz Paris - Dakar - Buenos Aires, sem tocar aqui no território proibido. Minha mulher que tinha ido encontrar comigo em Praga veio diretamente de Paris para o Rio de Janeiro, e eu fui para Buenos Aires. Mas eu fui para Buenos Aires já com passagem marcada para Montevidéu, meu destino era Montevidéu. Quando eu desembarquei em Buenos Aires, era um domingo, mostrei o passaporte e companheiro lá da alfândega, lá da fiscalização disse: 'Mas como, não tem visto?' Eu disse: 'Mas não precisa, brasileiro não precisa de visto para vir à Argentina.' Ele disse: Quando vem do Brasil, quando vem da América Latina, quando vem da Europa, não. Quando vem da Europa precisa.' Eu disse: 'Mas olha, eu não vou ficar aqui. Eu só vou atravessar, porque são dois aeroportos, o Ezeiza e tem um outro, são dois aeroportos, vou passar apenas para o outro aeroporto. São dois aeroportos, vou passar apenas para o outro aeroporto porque já tenho aqui a passagem marcada, vou para Montevidéu hoje, agora. Diferença de horas. Ele disse: 'Mas é irregular, precisava do visto. Você devia ter apanhado um visto lá.' Eu disse: 'E agora, como é que eu faço?' Ele aí olhou e entendeu, deve ter entendido o problema. Aí disse: 'Bueno, somos todos hermanos'. Carimbou o processo, o passaporte e me deixou passar. Então, durante esse tempo todo, recebi várias manifestações de solidariedade. Agora essa do cara, de um sujeito que eu não conhecia na Argentina, foi muito grande.

NM - Seu Viegas, o que representou um militante no exílio encontrar um pai também militante, em Praga?

LV - Bom, eu já, já falei isso aqui, na primeira sessão nós tivemos um encontro, e tivemos muitas conversas, porque lá não estava somente o meu pai. Lá estava o Armando Ziller, que era meu companheiro de direção da confederação e, como nós tínhamos esse congresso, no dia 4 de abril, e ele era dirigente da FSM, era vice-presidente, era vice-presidente da FSM, ele tinha viajado com antecedência, pra participar dos trabalhos de organização desse congresso. Então estava lá em Praga. Isso, não obstante depois dele ter sido condenado aqui, por tentativa de envenenamento do reservatório de Belo Horizonte, hein. De Praga, deve ter sido por controle remoto, qualquer coisa, ele foi condenado a trinta anos. Um absurdo. Ele lá em Praga... Mas essas são um outro Febeapá que Stanislaw [Ponte Preta] escreveu. Mas eu, quando cheguei lá, encontrei todos esses e mais outros companheiros que trabalhavam na Rádio Praga, faziam lá um programa em língua portuguesa, eu também, Cabral, um jornalista que já faleceu, Georges Cabral, e todos me questionavam: "Como é que foi isso, como é que foi acontecer?" - Porque tempos, pouco tempo antes de [19]64, Prestes tinha passado por lá, e tinha dito que o negócio aqui estava uma maravilha, chegou a usar a expressão de que não estamos no governo, mas participamos do governo'. Eu nunca vi essa participação, mas ele deve ter visto. E dizia mesmo lá que havia uma tendência. A direita tentava se levantar, mas que no momento em que se levantasse a direita seria esmagada... Enfático. E eu aí cheguei, um simples fichinha, apenas dirigente sindical... Para dar explicação disso tudo, evidentemente que eu não tinha explicação. E eu dizia: 'Não, eu acho que você deve perguntar ao mesmo que afirmou que eu nunca achei, que isso não estava assim não. Mas ele deve saber do que eu, então perguntem.' Então fui muito questionado. Agora, teve um lado bonito, foi

de reencontro. Meu pai não era exilado. Meu pai trabalhava lá. Meu pai tinha uma vida regular e tal. Estava lá, com apartamento, morando lá e tudo mais. Tem um lado sentimental afetivo muito bom... Agora, exílio, não recomendo para ninguém. Não é coisa que se deseje. Lógico que é melhor que cadeia. Eu, aliás, pretendo ver se continuo invicto em matéria de cadeia. Porque as únicas vezes que eu estive na polícia fui detido para interrogatório; uma vez naquela greve de [19]46, que eu contei a vocês, mas não dormi. Foram horas, e depois já em [19]68, quando me redescobriram aqui no Brasil, e que eu fui chamado para prestar depoimento, mas também não, não dormi.

Fita 9 - Lado A

MC - Seu Viegas, o senhor volta para o Brasil em 1965, se não me engano...

LV - É...

MC - Então o senhor, de certa maneira, retomou os contatos com o movimento sindical...

LV - Não. Não. Aí não pelo seguinte, porque eu voltei sem avisar que tinha voltado. Não botei no jornal, pelo contrário, eu voltei por meios não ostensivos. E então...

LO - O que o senhor chama de meios não ostensivos?

LV - Eu não cheguei, por exemplo, eu vim para Buenos Aires, de Buenos Aires fui para Montevidéu, de Montevidéu eu peguei um ônibus, fui para a fronteira, passe para o Brasil. E vim chegando, fui para Porto Alegre, fui para São Paulo, fui bater no Rio e fiquei... Ainda não fui para casa. Fiquei na casa de amigos, para assuntar, para ver como é que estavam as coisas, depois... E faz uma diferença... Passar um ano fora de Brasil faz uma diferença... Eu saí e deixei o bonde, voltei não tinha mais bonde e era tanta, tanta... E o dinheiro então, as coisas, você perde noção de preço, tudo. Então você era um estranho, e se eu caísse de repente assim, eu seria facilmente apanhado. Inclusive uma coisa interessantíssima que aconteceu, que eu estou passando da fronteira em Rivera, Livramento, e em Livramento eu encontro com um companheiro que era dirigente bancário do Rio Grande do Sul. Por sinal, foi um grande companheiro que mais tarde até foi cassado, vereador cassado lá de Livramento. Mas o encontro, e ele: 'Oh, você por aqui e tal e coisa...' Eu disse para ele: 'Você não me viu, eu não estou aqui, esquece...' 'Não mas eu estou querendo saber notícias do pessoal...' disse ele. E eu falei: 'Tudo bem, dentro do possível, mas me esquece, não me viu' e tal e coisa, e passei. Então é isso o que se chama passar por... Como é que eu disse, meios não ostensivos. É isso aí. Cheguei aqui, fiquei assuntando até voltar a ser, vamos dizer, um carioca. Conhecer as coisas, a saber, tomar consciência das modificações que tinham havido, para poder me movimentar. Arranjei um emprego em que não precisava aparecer registrado. Fui trabalhar sem registro. Porque eu tinha saído daqui, justamente para que me esquecessem, para que aliviasse a barra. De repente se eu voltasse e tal, me integrasse, iam me pegar e com desvantagem até para mim, até.

MC - O senhor foi trabalhar em quê?

LV - Eu trabalhei como fiscal de obra, construção civil. Fiscal econômico, para um amigo que estava construindo um prédio para a empresa dele. Então eu fui, e por mais que me esforçasse, por mais que me ocupasse, não gastava quatro horas nesse trabalho. Então, eu era um cara que trabalhava dezoito, dezenove, vinte horas por dia, depois de ter passado um ano praticamente sem trabalhar, no exílio, ainda ficar com um trabalho de quatro horas, aquilo começou a me dar uma agonia, então fui estudar. Fui estudar, entrei para um cursinho na faculdade de Economia, e fui fazer vestibular de Economia. Então, para não usar meu nome todo, que o nome felizmente é muito grande, eu passei a usar o Luiz Lima. Então trabalhei como Luiz Lima, e meu nome. Eu me inscrevi no cursinho, que não era uma coisa oficial, como Luiz Lima. Tive que voltar a estudar depois de vinte e tantos anos sem estudar assim... É um negócio, uma experiência terrível também. Dava a impressão de que era um quadro embaciado que você de repente, estudar matemática. Fui fazer vestibular para economia...

MC - Aonde. Aonde é que o senhor fez?

LV - Na UEG naquele tempo... UERJ hoje. Era ali na Rua Mem de Sá, na Avenida Mem de Sá. Então, tinha um cursinho na própria faculdade, eu fui para lá, fiz o cursinho, um ano o cursinho, depois fiz o vestibular, passei... Só que quando terminou o vestibular, quando estava terminando, eu aí já passei, larguei esse emprego de quatro horas e já fui ser contador, eu era formado em contabilidade, e estava com meu diploma registrado. Eu nunca deixei de pagar o conselho e tudo mais... Fui trabalhar como contador... Por incrível que pareça, atendendo a um convite de jornal, e cheguei lá, o dono da empresa era um ex-colega do Pedro II, internato, um sujeito rico, dono da Carvalho Hosken, mas que tinha sido meu colega de Pedro II, internato. Então... 'Ah, mas você é contador?', disse ele 'Sou e estou precisando do emprego, mas estou nessa base aqui que eu não posso me expor muito. Ele ainda perguntou: Você tem alguma condenação?' Eu disse: 'Não, condenação não, mas IPM você pode jogar que eu estou em quase todos.' Ele disse: 'Ah, não tem importância'. Ai fui trabalhar com ele. Fui ser contador e aí já tive que usar o meu nome todo. Mas o Luiz Lima, eu dava ênfase ao Luiz Lima, o danado do nome que me marca é o Viegas e também para alguns é o Motta Lima, por questão de herança. Então esses dois nomes eram nomes... Luiz Lima não, é um nome simpático, aliás, eu gostaria de ser Luiz Lima, é mais fácil. Então, quando fiz vestibular, foi aí o primeiro ato oficial, me registrei numa universidade do estado, e acho que ainda em pleno governo, era Lacerda ainda, se não me engano, porque em 1967 já era Negrão. É, já era Negrão. Mas me registrei num oficial, aí, e levando todos os documentos, inclusive título de eleitor, que eu estava cassado, mas tinha que apresentar o título de eleitor. E como o povo brasileiro ficou cassado também, junto comigo, eu só não votei duas vezes, em todos os dez anos que eu estive cassado, então me registrei e fiquei esperando que a qualquer momento me localizassem, mas não me localizaram, e eu comecei a trabalhar e passei a ser contador da Carvalho Hosken, estudando economia, dando um duro aí. Aí voltei àquela batida de tantas horas por dia, porque saía do trabalho, emendava à noite com o estudo. Eu me formei em [19]70... Mas quando chegou em 1968, a empresa precisou que eu fosse fazer uma auditagem na filial de Brasília, e aí eu fui, me hospedei num hotel e, lógico, botei meu nome completo. E era naquela época que tinha havido aquele problema com o Flávio Tavares lá em Brasília, então estava um negócio, vigilância mais do que exagerada. Na certa apanharam as fichas no hotel e vinte dias depois, fui convidado amavelmente, pela polícia federal, a prestar depoimento. Mas isso já em [19]68. Quer dizer, levaram três anos para me encontrar. Aí, não houve nada, prestei depoimento e saí. Vinte dias depois, veio a polícia do estado para que prestasse o mesmo depoimento. Aí, já de uma maneira

mais rude, mas também fui lá e saí, prestei o depoimento. já estava... Aí já não tinha graça, já estava trabalhando, já era alto funcionário de uma empresa nacional e tal...

NM - Seu Viegas, 1968 foi um ano de intenso movimento estudantil...

LV - Estudantil, foi barra pesada...

NM - Como é que o senhor se sentia ali dentro daquela universidade...

LV - Pois é, pois é... (risos) Para você ver como é que a gente vai buscar sarna para se coçar. Eu participava, mas a maior parte dos colegas não sabia quem eu era. Havia alguns poucos colegas que sabiam quem eu era, sabiam meu *pedigree*, sabiam...(risos) tudo. O nome, era o mesmo nome porque eu usava o nome todo. Embora na faculdade eu fosse o Luiz, não fosse o Viegas. No finzinho eu já era Viegas, porque esse nome é marcante, é um nome mais afônico e tal, o pessoal acaba me chamando. Mas então havia aqueles movimentos todos, havia as assembleias, e eu ficava, e participava das assembleias, não falava, mudo, mudinho, sempre sentado lá, vendo. Para alguns colegas eu conversava, com alguns colegas e tudo mais. E quando a barra ficava mais pesada, eu dizia para esses colegas mais chegados que ia me retirar da faculdade e ficava num boteco que a gente costumava se reunir, ficava assim, dizia: 'Olha se precisar de mim eu estou lá, mas eu não vou ficar aqui porque é dar sopa de graça. Primeiro porque se eu for apanhado aqui, vou levar a pior pessoalmente, e vou complicar o movimento, porque ninguém vai dizer que eu não estive na preparação disso, e vão dar outras conotações ao movimento de vocês. Então, eu fico lá, qualquer coisa mais importante...' E assim fiz. Participei, vi aquele... Agora, cheguei a fazer uma passeata na rua, mas no movimento de trote, mas mesmo no trote... O trote também era perseguido de estudantes naquele tempo, e eu tinha conseguido uma vitória dentro da faculdade, porque no ano que eu entrei, contra toda a tradição da faculdade, rasparam a cabeça da minha turma toda, e eu fui poupado, talvez porque fosse o mais velho, e porque disse claramente para os companheiros que achava aquilo um ato indigno, porque achava que era, cheirava a fascismo, não achava que era uma manifestação de carinho e congraçamento que o trote podia ter, já estava muito velho para receber um trote daquele, para raspar a cabeça... Se eles quisessem raspar a minha cabeça, iam raspar a minha matrícula, porque eu ia pedir cancelamento da matrícula e ia sair e eles iam proibir que eu estudasse. Então isso chegou aos veteranos, e no comando lá dos veteranos tinha gente que devia saber quem eu era, e por uma questão de solidariedade, inclusive, me pouparam. E pouparam poucas pessoas, o resto tudo... Nós éramos cento e tantos na faculdade, todo mundo de cabeça raspada. Aquilo me deixou revoltado então, eu com outros companheiros, resolvemos que quando chegasse a nossa vez de aplicar - porque o trote era aplicado pelos segundanistas, tinha gente querendo ir à forma - e eu com outro companheiro, travaríamos uma luta para impedir a forra, porque se nós não impedíssemos a forra, podia se acabar tornando tradição da faculdade uma manifestação fascista, no meu entender, de desfiguração da pessoa e tal. Então, essa luta foi travada, foi travada abertamente e tudo o mais, e isso já deu para mim assim uma ligação... Aí eu tive que descer, porque eu já estava com quarenta e muitos anos, 43 anos eu tinha [19]66, [19]67, 44 anos quando eu ingressei na faculdade. E a idade mais frequente era 20, 21, 22 anos. Então não era justo que eu quisesse impor o meu conceito de 44 anos, também não seria artificial eu ser um jovem de 20, 22 anos. Mas eu, da mesma forma que sindicalmente desci à compreensão daqueles companheiros mais atrasados, na faculdade desci à compreensão dos companheiros mais inexperientes. E formei, ombreei com eles e tal, foi uma grande experiência que me ajudou, inclusive, no convívio com meus filhos.

Voltar a ter convívio com jovens, como colegas, como iguais. Não havia um pátrio poder, não havia nada. Era pau, tão bom quanto tão bom. Isso foi fabuloso, foi uma experiência fabulosa, e conseguimos derrotar o trote. Vencemos numa votação apertada... Aí eu voltei, eu revivi a época de orador, e de tudo mais, quebrei lança, discuti, dialoguei e tal. Então, em razão dessa atuação, os companheiros, os colegas de turma, já começaram: 'Ah, o coroa, vamos eleger o coroa representante de turma, não sei o quê.' E eu tive que recusar sem explicar porque recusava. Aos mais chegados, aos mais conscientes, aos que me conheciam, eu dizia: 'Não pode, é um absurdo, eu sou cassado. Eu sou um cassado que posso trazer complicação para o movimento estudantil. Para mim também, mas para mim eu não estou livre. Fazendo ou não fazendo eu não estou livre. Mas pára aqui só vai dar besteira. Não vai ter vantagem.

NM - O senhor entra na universidade praticamente com seu filho.

LV - Junto com meu filho. Meu filho entrou no ano seguinte. Os filhos aliás...

NM - Pois é. Anos de luta...

LV - É...

NM - Repressão logo em seguida...

LV - É...

NM - Como é que o senhor conviveu...

LV - É muito mais duro a gente militar, do que ver um filho militar, sabe. Quer dizer, um filho atuar...

LO - Militando... (risos)

LV - Militando... Militar não, militante. Militar fui eu, pois sou oficial da reserva. E fui até *caxias*. Fui um bom oficial, não tem dúvida nenhuma, fiz estágio e tal. Oficial de artilharia, e acho até que o Exército é uma boa escola. As distorções não são do Exército, são das ideologias que levam para dentro Exército. O Exército tem passagens gloriosas. Mas a gente ver um filho... Uma vez eu ia fazer uma prova na faculdade e eu sabia que o meu filho, estudante ultimanista do [Colégio] Pedro II, estava metido num negócio da UMES*, congresso clandestino da UMES, não sei o quê, e ele me disse, e eu dizia para ele... Bom, o que é que eu ia dizer para o meu filho... Não faça? Não. Era justo que ele fizesse. Eu apenas procurava transmitir a ele os ensinamentos que eu tinha aprendido: 'Não se exponha, não se destaque. Esteja sempre junto com todos. Participe do conjunto... Nem muito à frente, atrás.' E essas coisas assim que eu aprendi meu pai, aprendi com a vida e procurava transmitir a ele. Mas com alguns amigos dele, radicais, dizendo: 'Esse velho está ultrapassado, esse velho não quer mais nada, não sei o quê'... Envenenavam... E o meu filho vinha me questionar e tal. Era uma parada dura. Mas eu sempre falei com meu filho com lealdade, expondo meu ponto de vista e tal, discordando, concordando, mas debatendo com ele... Porque o filho tinha atividade, a filha não. A filha não tinha, e o filho era lá do grêmio do Pedro II e tal. Esteve ameaçado de ser expulso do colégio e

* UME - União Metropolitana de Estudantes Secundaristas.

tal, por causa disso... E eu soube que ele tinha saído para o congresso, quando eu vou saindo de casa tinha um carrinho, fui saindo de casa com o meu fusquinha para fazer a prova na faculdade, vejo passar um camburão da polícia, quem está sentado dentro do camburão? Meu filho menor, garoto, devia ter 17 anos... Ele fez 15 em [19]64... Então ele devia ter aí uns 17, 16, 17 anos... Está ele lá. Aí eu fiquei doido. Mas tinha que ir fazer prova. Ir à polícia buscar o meu filho era besteira, porque eu não ia buscar um filho, ia me entregar. Não tinha sido ainda localizado. Tinha que usar a cabeça. Então fui para a faculdade, liguei para casa, falei com a minha mulher... Deixei ela, para ela avisar aos amigos que pudessem ficar de sobreaviso, e vamos ver o que vai acontecer. E fui fazer a prova, fiz essa prova nem sei como... Aí voltei para casa e toca a procurar o meu filho junto aos outros amigos dele, para saber da localização e tal... E o diabo do guri saiu... Foi relaxada a prisão dele, porque era jovem e o encontraram com a credencial, que tinha credencial do grêmio junto ao congresso da UMES, e tudo mais, foi encontrado com a credencial, com tudo, mas os policiais não sei, talvez não fossem dos piores, não fossem do DOI-CODI, largaram... Disseram: 'Vai para casa. Não se mete mais nisso, não sei o quê' Ele em vez de ir para casa, ou em vez de dar um toque para casa, já foi se reunir com outros companheiros para fazer um manifesto de protesto, aquelas de jovem... E eu doido, procurando localizar onde é que estava esse filho... Finalmente eu consegui, por falta de vigilância de um companheiro dele, que não me conhecia, mas suspeitando assim, eu aí tive que conversar uma palavra: 'Eu sou o pai do André e tal e coisa...' Aí, finalmente ele disse: 'Não, o André não tem nada com ele, ele está solto e tal'... 'Então, se você encontrar com ele'... Eu sabia, pela conversa eu sabia que ele ia se encontrar com meu filho, mas para valorizar a vigilância dele e a segurança do esquema que ele estava armando, eu disse: 'Se por acaso você o encontrar, diz a ele para telefonar para casa porque a mãe dele está preocupada, porque nós o vimos no carro de polícia. Aí, vinte minutos, ou quinze minutos depois, o telefone bate, e ele então em pessoa. É duro, sabe? É mais duro ser isso do que enfrentar exílio, enfrentar tudo. Militância de filho é uma parada.

MC - Seu Viegas, esse processo que o senhor está relatando, foi de certa maneira junto com outro processo que se deu em relação à Previdência Social. A partir de [19]64 existe todo um projeto de unificação da Previdência Social. E eu gostaria de saber se o senhor de certa maneira teve algum contato com um companheiro seu, acompanhado de alguma maneira esse processo, e como esse se deu dentro do Instituto dos Bancários?

LV - Não. Eu não participei disso porque, como eu disse a vocês, quando eu voltei em [19]65, não me liguei a bancários. Até por um problema de segurança. Eu evitava frequentar os mesmos lugares que costumava frequentar, ia procurando ganhar a minha legalidade, mas sem comprometer outras pessoas e também sem tomar riscos desnecessários. Então, como eu estava com uma atividade, que nada tinha haver... Problema de construção civil, eu como sindicalista sabia que a primeira empresa em que fui trabalhar era de construção civil, os primeiros quatro anos que eu trabalhei. Ora, nos antológicos, o Arnaldo da construção civil é um dos que merece com todos os qualificativos, inclusive de policial que é...

MC - O Arnaldo é presidente do sindicato?

LV - Presidente perpétuo nos sindicatos de construção civil. Ainda é, ainda hoje. Então, eu que conhecia de sobra, o que é que eu tinha que me meter em sindicato de construção civil? Não fazia sentido nem coisa nenhuma. Era camicase. Então fiquei vivendo, tendo contatos com os amigos, de certa forma atuando no movimento estudantil, dessa maneira

capenga que eu já descrevi. Então não tomei, tomava revoltado por exemplo, e na minha empresa, mesmo como chefe, com certa habilidade porque não só não ficava bem um contador da empresa estar fazendo agitação dentro da empresa, como não era o caso... Mas eu, por exemplo, vi o advento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, discuti para burro, contra o advento do Fundo de Garantia. Contra a unificação da Previdência Social, não pelo princípio da unificação, mas pela forma como estava sendo feita, que, pelo que eu conhecia de previdência, sentia que era um liquidacionismo [sic].

LO - O senhor discutia com os empregados?

LV - De certa forma sim, sempre que possível eu passava, e até com os meus companheiros de administração. Tinha inclusive um general reformado, que era meu superior dentro da empresa, e que sabia que eu era e tudo mais, inclusive na primeira prisão, eu mereci, era um sujeito formidável esse general, ele telefonou para o comissário que estava me convidando e me recomendou, inclusive, pediu proteção para mim e tudo mais. Quer dizer, eu fui sob a proteção de um general... (risos) E mais de um, tinha também um outro coronel reformado que trabalhava na empresa, porque os coronéis estavam todos trabalhando em empresas. Então, fiz amizade com esse general, com o outro coronel, eu já... Aliás, já me referi até que é casado com uma colega de colégio, de escola primária... Então, com eles, eu discutia isso e por mais que estivesse dentro do possível, porque o gérmen do sindicalismo a gente não perde. Sempre que possível eu mostrava para aqueles que estavam entusiasmados com o Fundo de Garantia, eu dizia: 'Isso é um logro, é acabar com a estabilidade. Isso é liquidar com a estabilidade, isso é um negócio terrível'; porque antes, a empresa, às vezes, não pagava a indenização, mas a penalidade por ela demitir representava um desembolso muito grande na época, então restringia a demissão. Com o Fundo de Garantia não, ela ia pagando suavemente, então na hora de mandar embora, é só os 10% do saldo e olhe lá e pronto. Então era isso... E a Previdência Social, os poucos companheiros que eu encontrava e tudo mais, eu manifestava... Mas isso é um descalabro e tal... E uma vez encontrei na rua com o então presidente do Sindicato daqui dos bancários e que me fez muita festa ao me encontrar...

MC - Quem é?

LV - Pois é. Eu estava querendo fazer um esforço para me lembrar o nome dele... Estou com a fisionomia dele e tudo mais... Era um companheiro, desses companheiros dedicados, solerte.... Agora não estou conseguindo me lembrar. Mas ele disse: 'Porque você não aparece para nos ajudar? Eu digo: 'Olha, ajuda eu faço em não aparecer.' No sindicato, lógico, tinha consciência de que se eu viesse para ajudá-lo na diretoria, eu estava era prejudicando a administração dele. Então, isso eu tinha perfeita consciência da forma como eu estava. Agora, eu não deixava de me manifestar. Sempre, sempre que aparecia oportunidade, sempre que tinha, vamos dizer, plateia, ou tinha alguém discutindo, eu entrava na discussão.

LO - Seu Viegas, o senhor falou que era contra a unificação da forma como ela foi feita: eu gostaria de saber o que o senhor atribui a essa hegemonia dos setores ligados ao ex-IAPI nesse processo de unificação, quer dizer dessa unificação que levou ao INPS, quer dizer, a que o senhor atribui essa hegemonia desse setor que o senhor já chamou de...

Fita 9 – Lado B

LV - Sei que houve na unificação, predominaram os técnicos do IAPI. Eu acredito que isso se deu porque, primeiro, o IAPI era o maior instituto, inegavelmente era o maior. E pelo que sei, pelas informações que tenho, tinha um número muito grande de técnicos competentes de Previdência Social, que até havia assim um certo espírito de corpo dentro do IAPI, que se orgulhava daquele *status*, e nos outros Institutos havia bons técnicos também, mas em menor proporção, e talvez sem espírito de corpo. E prevaleceu o espírito de corpo. Agora, o INPI, o IAPI, tinha técnicos excelentes mesmo. E eu não condeno técnico não, porque o técnico está em função numa política. Eu condeno a política que se estabeleceu. Os tecnocratas só existem na medida em que as políticas são nocivas, então dão prevalência à má técnica. Quer dizer, um bom técnico, mas aplicando a técnica com uma política distorcida. Aí é que se cria a tecnocracia, em função disso. Mas o técnico é um sujeito excelente. Nós mesmos da administração do IAPB, quando do colegiado, fomos buscar um técnico do IAPI para fazê-lo diretor do IAPB, Gérson Carvalho é o nome dele. Gerson era um atuário, um excelente técnico, uma pessoa com sensibilidade, e como havia conhecimento dessa pessoa e nós precisávamos ter na direção, por um problema político o IAPB precisava desse bom técnico, fomos buscá-lo no IAPI. Então não havia assim um negócio, uma hostilidade. Eu acho que é isso.

MC - O senhor se lembra da atuação de Jessé Montello dentro do IAPB? Ele foi, se não me engano, ele foi atuário.

LV - Talvez, inclusive, por causa disso é que a gente tenha ido buscar o Gérson...(risos). Porque inegavelmente, como técnico, é uma pessoa que eu acho que só quem pode, vamos dizer, debater a parte de competência técnica, é um outro técnico, como o Jessé Montello. Mas, politicamente, por alguns pareceres, algumas coisas, talvez ele não estivesse muito afinado. E aí foi necessário buscar um outro para ser diretor do IAPB nessa época.

MC - Eu gostaria que o senhor esmiuçasse mais esse...

LV - Eu não estou afirmando, mas quando você lembrou, de fato quem tem o Jessé Montello como técnico dentro de uma instituição e vai buscar um outro técnico para ser diretor desse. Eu acho que foram buscar uma pessoa que era técnico, mas que tinha uma concepção e uma noção do posicionamento político, mais afim com aquele tipo de administração. E Jessé não.

MC - Em que o Jessé Montello destoava da política do IAPB?

LV - Eu não estou afirmando que destoasse, compreendeu? Eu estou dizendo, quando vocês me surpreenderam agora com esse.... Eu fiz uma hipótese: é possível, talvez. Talvez vocês perguntando àqueles colegas que foram administradores, talvez eles possam falar concretamente. É que a gente já viu certos pareceres do Jessé e tudo mais, e que ele fica muito na parte técnica e, às vezes, não aprofunda do ponto de vista político e tal...

MC - E o senhor se lembra dentro do IAPB...

LV - Não, não me lembro. De um caso concreto não.

MC - E no caso desses pareceres que o senhor está falando, depois em outro cargo público?

LV - É, no geral. No IBGE e tudo mais, o posicionamento é recente, no problema dos índices, dentro do regime autoritário, então eu agora, vocês até me bateram assim, eu digo: 'Quem sabe se não foi por isso. Então, inclusive Jessé foi meu professor na Fundação Getúlio Vargas, num curso que eu fiz lá, que eles chamavam de pós-graduação de economia, marcado de capitais e tudo mais, ele foi meu professor de estatística, e é um homem tão profundo, que como o nosso caso era de rudimento, nós nos demos mal, e acho que ele também, e ele acabou largando o curso, botando outro, pois ele estava elevado demais para nós, que éramos elementares.

LO - Quer dizer que o senhor fez mestrado em mercado de capitais?

LV - Não chegou... Eles chamavam esses cursos que têm na Fundação. É pós-graduação de economia. Um curso de mercado de capitais, porque eu estava trabalhando nessa época no Banco Novo Rio de Investimentos, então, sempre que me sobrava tempo, acho que em vez de zanzar e tal e coisa, aprofundar mais conhecimento é sempre bom.

LO - Bem, nós estamos percebendo que a todo momento em que estamos falando com uma pessoa estudiosa, uma pessoa capaz, com pouco tempo de Rio de Janeiro fez uma faculdade em três anos. É cassado, estava fazendo faculdade, agora um curso de pós-graduação. O senhor se considera um intelectual?

LV - Eu não me considero um intelectual, eu considero o seguinte: dentro da sociedade brasileira tem algumas pessoas que tem a felicidade, a sorte, de ter acesso à instrução. Então eu tive essa sorte, até privilégio, vamos dizer, que dentro da sociedade brasileira chega a passar a ser um privilégio, e tive condição de cursar bons colégios. Pedro II foi um excelente colégio. E o resto foi a vida e curiosidade.

LO - O senhor teve algum [tipo] de formação política aqui no Brasil ou no exterior?

LV - Não... Não... Não. Inclusive eu, talvez assim, formação política, eu esteja muito aquém ainda das necessidades que desejava do ponto de vista teórico, porque inclusive tive na faculdade um professor, é verdade que era ano de 1968, [19]69, mas um professor... - Não sei se já relatei isso aqui- de desenvolvimento econômico-, que se recusou a analisar o desenvolvimento econômico dentro do ponto de vista do marxismo. Porque disse que era um problema polêmico. Então, nem dentro da faculdade tive oportunidade de fazer um estudo mais aprofundado. E as nossas faculdades são muito insuficientes, sabe. Quando cursei a faculdade diziam que era a melhor faculdade de economia e eu ficava preocupado em como deviam ser as outras... Porque quando a gente vai mais maduro para uma faculdade, a gente fica com um espírito crítico muito maior, porque, já tem consciência da realidade da vida aqui fora e verifica como é que se engana muitas vezes os jovens, e se faz um negócio assim, de, quase que de apostilha. Faculdade, universidade de apostila é uma coisa terrível. Eu tive alguns bons professores que eram homens que nos davam noção das coisas, nos davam bibliografia, e nos orientavam para o estudo. A gente é que não tinha tempo, porque a gente trabalhava, estudava de noite, e não tinha tempo para se aprofundar.

NM - Seu Viegas, mesmo de longe, como é que o senhor observou, como o senhor avaliou a criação do INPS?

LV - Por esse enfoque que eu já disse. Achei que foi açodado. Açodado e eu tenho até cá as minhas dúvidas, se não houve uma preocupação também, de se criar uma estrutura superdimensionada para possibilitar a colocação de empregos, de atendimento político. Porque não vejo necessária essa estrutura de um ministério com SINPAS*, um SINPAS com, praticamente, quatro autarquias, porque é INPS, IAPAS, INAMPS e DATAPREV, e ainda mais, pendurando na Previdência Social coisas que não têm seguridade social, que é a LBA, FUNABEM, Associação Cristo Redentor. Quer dizer, que são coisas beneficentes aí, pode ser até de política do governo, mas que nada tinha que misturar com Previdência Social. Então, eu tenho cá minhas dúvidas se não, também... Nós, do movimento dos aposentados, já estamos achando que houve uma intenção de liquidar. Com a intenção de liquidar, fazer um negócio mal feito, que não desse certo, para então virem os técnicos e mostrar: "Olha, infelizmente isso não dá certo, vamos passar para o sistema de seguro americano..." Pinochet conseguiu fazer isso no Chile. E era isso aí.

NM - Nesse momento, foi ampliado o sistema de convênios, surgimento dos novos convênios, e novas formação de vínculo entre a Previdência Social, e o chamado complexo médico-hospitalar. Entre essas formas todas surgiu uma chamada convênio Previdência Social-Sindicato. Como o senhor avalia essa situação?

LV - Olha, hoje é uma realidade que dificilmente você pode liquidar. Mas eu acho que nisso, até nisso, houve uma intenção política. Uma intenção de desvirtuar, primeiro a finalidade do sindicato. Sindicato não é uma instituição assistencial. O sindicato é uma organização de reivindicação de luta, inclusive de fiscalização da parte assistencial. Na medida em que você transfere para o sindicato o encargo dessa assistência, o trabalhador fica brigando com o trabalhador e alivia, olha uma pelegada aí. Alivia aqueles responsáveis verdadeiros pela... Em princípio, sou contra o sindicato assistencialista, embora a gente tenha que conviver com a realidade hoje, por exemplo, dentro desse sindicato, o que se gasta com Previdência, médico, dentista, eu não sei nem se de maneira satisfatória. Tenho cá as minhas dúvidas de maneira... E mais ainda, havia certas gangues dentro do movimento dos sindicatos, que faziam o seguinte: para receber a verba, muitas vezes tinham determinadas pessoas, a gente sabe, não conheço nenhum caso concreto, não posso acusar, senão acusava, não tenho nenhuma comprovação, mas havia pessoas que forçavam os sindicatos, inclusive, a receber mais esse, mais aquele, mais aquele outro médico, para ter mais verba, para ter mais disposições de verba. Então era... Olha, o que se fez nesses vinte anos, vai levar muito tempo para escrever sobre isso, sabe. Principalmente nesse sentido. Esse problema de você deixar a rede própria, não era pouco não... A rede hospitalar da Previdência Social no Rio de Janeiro... Você tem o Hospital da Lagoa, Hospital de Ipanema, o Hospital do IAPETEC, em Bonsucesso; você tem o Cardoso Fontes, você tem... Puxa, têm vários. IAPM, lá do Andaraí. Você tem uma série de hospitais que davam para atender o problema de assistência médica. Esses hospitais estão sucateados. Inclusive há coisas que médicos não podem falar, porque eles são empregados, mas há contratos pra compra de material descartável, numa economia pobre como a nossa, quando esse material podia ser um material permanente, de aço inox, não sei o quê, que fosse esterilizado, que comportasse esterilização. Por exemplo, para ginecologia, para a proctologia... Você não precisa ter, na nossa sociedade, se dar ao luxo

* SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social.

de ter instrumentos de alargamento, de coisa que sejam descartáveis, porque eles podem ser esterilizados. A região é supercarregada de germes e tudo mais. Então você, vamos dizer, uma esterilização de sala de operação é uma esterilização de estufa ou de água fervendo, já resolve o problema. Então tem muita defesa, aquela região tem muita defesa... Isso é dito por médicos, no entanto, a gente se dá ao ponto de importar dilatadores, isso. Atrás disso só pode ter negociata. Então uma série de coisas aí que fizeram, é criminoso, é criminoso.

NM - O senhor hoje aceitaria... Bom, numa entrevista que nós fizemos com Waldemar Luiz Alves, entrevistando o Senhor Leão, nós sentimos neles uma certa expectativa quanto ao retorno de ideário da LOPS. O senhor comunga com eles?

LV - Eu acho que na vida a gente não volta atrás, nunca volta atrás. Agora, há princípios que são permanentes. Eu acredito que voltar com aquela separação de bancários, de comerciários e tudo mais... Acho que isso provavelmente é irreversível.

LO - Eu penso que se colocava a questão da direção colegiado...

LV - Ah, quanto a isso aí não tem dúvida nenhuma: isso acaba de aprovado por consenso, no grupo de trabalho que eu estou participando. Grupo de trabalho da Previdência Social, na reunião agora do dia 8, por consenso, ainda sem formular, mas o princípio da participação dos associados na administração da Previdência Social, foi aprovada por consenso, nesse grupo de trabalho de que eu estou participando.

MC - Eu gostaria que o senhor [...] desse grupo de trabalho que o senhor está participando.

LV - O grupo de trabalho foi criado por um decreto do Presidente da República, em maio, é integrado...

MC - Maio agora, de [19]86?

LV - Maio de [19]86, isso, o histórico foi o seguinte: como eu já disse, os aposentados fizeram uma concentração em Brasília, levando suas reivindicações e, como forma de obter essas reivindicações, pediram ao Ministro Rafael de Almeida Magalhães, a constituição de uma comissão de aposentados e de elementos do Ministério para levar à prática o estudo da viabilização daquelas reivindicações. O Ministro, na audiência que nós tivemos, foi uma audiência assistida por dois mil aposentados, lá naquele auditório amplo de Brasília, Sua Excelência manifestou o desejo de fazer grande comissão para estudar a reformulação da Previdência Social, porque achava que determinadas coisas estavam mal postas na Previdência Social e tudo mais, e pediu ao presidente da confederação que indicasse três nomes para constituir o grupo. Nós estávamos num entendimento que seria aquele grupo que estávamos pleiteando pra estudar as reivindicações dos aposentados, que eram os reajustes dos benefícios, atualização, que estavam defasados, que nenhum benefício fosse inferior ao salário mínimo, a participação dos trabalhadores na administração da previdência, e mais um outro que agora me escapa, mas eram quatro que nós tínhamos nos concentrado, dentro de uma gama de...

LO - Isenção da cota da Previdência?

LV - Ah! E aquele, exatamente a isenção da cota da previdência que já foi alcançado. Veja só, hein? Como já foi alcançado, já me esqueci. Então, isso, nós dentro de um ponto temário maior. E estávamos convencidos que era isso. Qual não foi a nossa surpresa ao ser convocada para Brasília, e lá então tomarmos conhecimento da constituição desse grupo de trabalho integrado por dois - não são três, nós tínhamos indicado três - por dois representantes dos aposentados e pensionistas, dois da CUT, dois da CGT, sendo que atende no caso aí, um rural e um urbano. Tem mais três representantes dos empregadores que não estão dando muita bola para esse grupo de trabalho, raramente aparecem, e geralmente quando aparecem, é por representação, não são os titulares. Mais quatro pessoas de notória competência...

MC - Notório saber?

LV - É de Previdência ou sociólogos e tal. Hélio Jaguaribe é um que só foi na da instalação, não foi mais, porque está aí com a Constituinte, está naquela comissão Afonso Arinos. Tem uma senhora, a Marilza, também está na comissão da Constituinte, e não tem aparecido muito, com muita assiduidade. Tem o professor Neves, que é da Previdência Social...

LO - Professor Neves?

LV - Eu tenho o nome, aliás, prometi a vocês que traria esse nome, esqueci...

LO - Luiz Felipe da Costa Neves, não?

LV - Não, não, não. E tem mais um outro, são quatro.

MC - Wanderley Guilherme dos Santos?

LV - Wanderley é o presidente da comissão. Tem mais quatro. Tem a secretária executiva, que é representante do Ministério Previdência, que é aquela, ontem... Da outra vez nós falamos no nome dela ... Muito eficiente, muito capaz... Já não me lembro...

LO - Como o senhor avalia o trabalho dessa comissão?

LV - Bom, o trabalho, nós gastamos umas quatro sessões em conhecimento da análise da previdência. Então foi feito para nós um retrato da Previdência, por técnicos da própria Previdência e, diga-se de passagem, um retrato muito próximo do autêntico, porque houve um espírito assim de falar aberto e de falar a verdade, ainda que envolvendo críticas à própria estrutura da previdência, sabe. E não foi escondido, pelo menos não houve a intenção de esconder nada, em mazelas e tal, fórmulas de cálculo, toda aquela patacoada que foi feita durante esse tempo todo, foi colocado um retrato em corpo inteiro pelos técnicos da Previdência que foram conversar conosco. Depois disso, começamos então a discutir ideias e no final vamos ter que apresentar ao Ministro um relatório, com sugestões, com apreciações que, evidentemente, já ficou claro para o grupo, que não descerá ao varejo, será no atacado. Nós vamos traçar, vamos dizer, ideias políticas, conceitos da previdência e algumas recomendações mais objetivas, e não há limites para a apreciação do grupo. O grupo está com liberdade de fazer a crítica em todos os setores, em todos os campos da atuação. Então estamos buscando alguns consensos. E agora começam a refletir os consensos, e eu não quero repetir todos os consensos de memória,

porque posso, minha memória não é lá das melhores, apesar de eu ter falado esse tempo todo aqui, mas pode escapar alguma coisa. Mas, entre os consensos, nós já definimos isso, por exemplo: achamos que a saúde é um encargo do Estado, coerente com aquela definição da Conferência Nacional da Saúde, ocorrida em Brasília.

MC - A VIII Conferência?

LV - A VIII Conferência Nacional de Saúde. Então nós estamos de acordo com aquilo. É uma atribuição do Estado e já temos pessoalmente manifestado, dentro do grupo, que houve uma deformação. Se aproveitou a estrutura do INAMPS e está querendo se estender essa estrutura do INAMPS a todo o povo, quando não é o correto. O correto é capacitar no município, no estado, e em âmbito da União, os orçamentos com aportes suficientes para poder atender a toda população. Dizemos até pessoa humana, para não fazer discriminação de ninguém. E inclusive, talvez em decorrência disso, na medida em que isso passe a funcionar, o INAMPS tem que acabar. Então a Previdência Social deve se voltar para o sentido de seguridade social mesmo, que é aposentadoria, pensão, auxílio enfermidade, auxílio funeral, o problema do seguro desemprego, seguro de acidentes de trabalho, isso aí. Na última reunião já se firmou um consenso no tocante à participação, é dito, foi formulada em termos de contribuintes, na administração e fiscalização de toda a estrutura da Previdência Social. E houve mais, houve quatro pontos de consenso, mais eu agora não estou me lembrando. Eu vou receber o documento por escrito, por isso nem sequer anotei. Já antes tinha sido aceito, por exemplo, a possibilidade de diversificação da contribuição do empregador. Já em consenso também isso, quer dizer, aceitar que, não se desprezar a folha de pagamento, não. Mas admitir que uma parte, até foi esclarecido que não seria substitutiva, seria um reforço, escoimando da contribuição do empregador aquelas alíquotas que não dizem respeito à Previdência, talvez negócio de seguro, a educação, não sei o quê, que nada têm haver. Aquilo é outra forma de arrecadação que as empresas vão pagar, mas não através da Previdência Social. Porque? A educação, como é que chama aquilo? A ajuda ou auxílio educação, um negócio assim...

LO - Da Caixa Econômica, crédito educativo, não é?

LV - Não, não é crédito educativo, é uma contribuição que o instituto... É salário educação...

LO - É salário educação, é isso mesmo...

LV - Salário educação, que depois se dá aos assalariados de acordo com o número de filhos e tal e coisa, é isso aí. Então, escoimando essas coisas, reduzindo exclusivamente ao que seja de previdência e somando a isso uma parcela sobre o lucro da empresa. Para diversificar, para não haver... Isso também já foi aceito como consenso. Foi constatado que...

Fita 10 – Lado A

LV - Foi aceito também um consenso que a União não tem porque ficar restrita a uma contribuição, como diz a lei hoje em dia, de pagamento das despesas de pessoal e com a administração. Não. Nós achamos que a União deve ser obrigada a contribuir, quando se fala União, a verdadeira compreensão é de que todo o conjunto da população é que paga, então está bem claro isso, que deve aportar à seguridade social, valores definidos, e não

fazer o sistema que existe hoje em dia de caixa única, porque não vai para a previdência. Então o que é cobrado a título de cota da Previdência, que seja de fato recolhido à Previdência, e que não se atenha, que pelo menos seja um valor tal que cubra, pelo menos, as despesas de pessoal e administração, mas não obrigatoriamente se restrinja a isso ou se restrinja a atender às insuficiências de caixa, porque historicamente foi visto que a União nunca cumpriu com a lei, nunca pagou. Outro problema já caracterizado no grupo é a necessidade de dar uma fiscalização maior para acabar com essa sonegação de contribuições, que é muito grande. Foi apresentado um trabalho que estimava em torno de 30% a sonegação dos empregadores. Ora, nessa sonegação dos empregadores, há apropriação indébita, porque existe parte que é recolhida dos empregados e a não recolhida. É arrecadada e não é recolhida. Então essas coisas estão amadurecendo e está havendo... Embora a gente tenha estabelecido que haveria votações, que na hora de votar só votariam os titulares que tinham sido nomeados por decreto, e reconhecido também o direito da parte vencida fazer manifestação de voto, de forma que o seu ponto de vista consta do relatório - embora tudo isso - nós estamos caminhando nas discussões, e as discussões estão sendo muito amplas, muito francas. Estamos caminhando para um consenso. Então o presidente Wanderley tem tido a habilidade de, assim que ele capta um conceito, formula o conceito e registra... O consenso, aliás. Quando ele formula um consenso, formula-se o consenso, vê se é aquilo mesmo, e aí passa, todo mundo concorda e aí registra. Então, até agora as poucas decisões que já ocorreram, e só ocorreram nessas duas últimas sessões, foram consensuais. Para falar do grupo, é isso. O grupo continua se reunindo. A próxima reunião vai ser, se não me falha a memória, no dia 25, tenho registrado na agenda... Quer dizer, temos nos reunido mais ou menos com intervalos de quinze dias. Sempre numa sexta ou numa segunda, que é para facilitar o problema da interrupção da atividade, porque a maior parte do pessoal lá trabalha. Só os dois aposentados é que teoricamente não trabalham.

NM - Seu Viegas, quando o senhor sai dessas reuniões, ou antes mesmo de uma dessas reuniões, o senhor deve fazer reunião preparatória com os membros da COBAP*... Deve levar o que foi discutido, e a pauta da próxima reunião. Como é que eles vêm se comportando, quais são as expectativas, quais são as propostas que os aposentados vêm reivindicando através do senhor?

LV - Bom, nós estamos até muito além disso a primeira providência que nós tomamos na reunião, que houve primeiro uma reunião formal, que foi só de apresentação, instalação em Brasília e tal. Na primeira reunião de trabalho, buscamos contatos com os representantes dos trabalhadores: CGT, CUT e nós, aposentados, os seis. E buscamos com eles um compromisso de nos reunirmos e trocarmos ideias. Trocar pontos de vista. Isso tem acontecido. Lógico que no princípio não aconteceu porque eram diagnósticos, mas assim mesmo chegamos a formular uma série de princípios básicos que levantamos na base do conhecimento que nós temos de resoluções de congressos sindicais, de resoluções de congressos de aposentados e tal e coisa. Então colocamos aquela pauta, fizemos uma série de pontos. Nós temos isso por escrito. Agora, imediatamente, como nós fomos surpreendidos com a criação desse grupo de trabalho, constatamos que era uma tarefa grande demais para nós, e quando eu digo nós, não são só os representantes dos aposentados, como também os próprios companheiros da CGT e da CUT. Então nós reivindicamos através dos companheiros da CGT e da CUT, um seminário, um conclave, uma reunião de caráter nacional, em que eles tivessem condições de se organizar com

* COBAP - Conferência Brasileira de Aposentados.

urgência para debater o próprio temário do decreto, para nos dar a orientação. Isso não foi possível, porque a CUT estava preparando o segundo congresso e estava toda voltada para o segundo congresso, e a CGT voltada também, saída de um congresso recente, voltada para sua estruturação. Então não dava pé. Aí, nós, não satisfeitos, apelamos para as confederações, através do companheiro Rangel, Presidente da Federação dos Urbanitários, Federação Nacional dos Urbanitários, que é diretor da CNTI** também... E ele levantou o problema com os companheiros da CNTI, e a CNTI levantou com os outros, e eles acharam que, para realizar um conclave desse tipo, precisariam também de tempo. Não teriam condições de fazer um negócio assim, sob o risco de serem chamados, vamos dizer, de carta marcada ou qualquer outra coisa desse tipo. Então nós começamos a apelar para o que fosse possível e, dentro do que fosse possível, convocamos fórum de debates que está acontecendo. Já se realizaram duas reuniões. A primeira reunião na Federação dos Urbanitários. Aliás, já realizamos três reuniões. A segunda reunião no Sindicato dos Urbanitários, e a terceira também no Sindicato dos Urbanitários. E nós logo na primeira reunião, levamos para os companheiros aquele e aqui no Rio de Janeiro, e fazendo um apelo para que esse fórum se repita também em São Paulo, se repita nos outros Estados. Então há um esforço para vencer inclusive os efeitos da tal política de liquidação da Previdência Social, que existe hoje no movimento sindical... Hoje é tão sério o alheamento do movimento sindical, que você não consegue mobilizar os companheiros de sindicato da ativa para debater o problema da Previdência Social. Para vocês verem, não estou fazendo crítica, não vou fazer crítica, não vou fazer crítica, mas para vocês verem como essa política penetrou fundo no movimento sindical, a CUT acaba de realizar seu segundo congresso aqui no Maracanãzinho, discutiu tudo durante três dias, não tocou na Previdência Social.

MC - Seu Viegas, será que antes de 1964, em congressos sindicais, a questão da Previdência era...

LV - Profundamente discutida, profundamente discutida. Era um ponto, como era o salário, como era a organização do trabalho, como era a organização sindical... Era um ponto, como era o da política nacional... era um ponto. Bancário então chegava ao exagero. Talvez fosse o ponto enfático. Mas era discutido, tem resoluções, se você pegar os anais dos congressos de trabalhadores, anteriores a 1964 e tudo mais, e mesmo logo depois de 1964, se houver qualquer congresso feito por aí assim, você vai ver a Previdência Social sendo discutida. Agora se chega a tal ponto, que houve recentemente um congresso de bancários, da confederação, da CONTEC, que não tinha no temário do congresso a Previdência Social. Foi preciso que o nosso representante dos aposentados, que estava dentro da delegação do Rio de Janeiro, levantasse previamente o problema, escrevesse para lá protestando, na reunião preparatória que levantaram, para que a CONTEC se desse conta da falha e colocasse o problema da Previdência Social, que não foi discutido em profundidade, não. O que o Leão apresentou lá foi aceito assim como uma coisa ótima, aprovado por unanimidade, mas sem participação, sem uma discussão profunda. Isso inclusive nos assusta, nos assusta em termos de responsabilidade. Quem está representando a CGT, felizmente, é um advogado, o Aníbal Fernandes, com quem eu falei, inclusive transmiti que vocês estavam interessados em entrevistá-lo e ele está à disposição de vocês para um contato. E o companheiro Rodolfo, que é médico, que representa a CUT, Rodolfo Repul Filho, Júnior, que é de São Bernardo, ele não tem muita profundidade, ele tem sensibilidade como médico, como homem que vive os problemas,

** CNTI - Confederação Nacional de Trabalhadores na Indústria.

como um estudioso. Ele é um estudioso da Previdência Social e tudo mais, mas a gente sente que ele está aprendendo muito nessa participação, na vivência e tudo mais. Então vocês veem que essa política de liquidação da Previdência Social calou fundo... Estava, quase que fizeram com que a Previdência Social fosse esquecida dos trabalhadores. É dureza! Então esse fórum de debates que está acontecendo aqui no Rio de Janeiro, a maior participação ainda é de dirigentes aposentados. Começam a participar os representantes de sindicatos, companheiros da ativa, e na verdade, um presidente de confederação está participando, que é o companheiro Aluísio, presidente da Confederação Nacional dos Transportes Marítimos Fluviais e Aéreos. O Calixto veio à primeira reunião, e eu até admito que o Calixto não possa estar comparecendo a todas as reuniões, mas ele podia, ele está talvez confiando na presença do Rangel, que é também diretor, mas a CNTI deveria talvez mandar... Ficou de haver uma reunião das confederações em Brasília, e eu me coloquei à disposição e sugeri que outros, os outros companheiros desse grupo de trabalho fossem a essa reunião das confederações, também, para discutir o problema, porque eu não quero amanhã que a gente resolva coisas, e que depois seja dito que não era o que o movimento sindical desejava. Então, nós estamos fazendo esse esforço. Mas é difícil, não é fácil. E não é fácil porque? Porque houve uma política de afastamento do trabalho da previdência. E como é que se dava isso também? Através dos convênios de empresas, principalmente na área de assistência médica. Uma empresa que, muitas vezes por interesse, porque no seu conglomerado tem uma organização de saúde, que contrata o serviço de assistência médica para os funcionários da sua empresa com aquela empresa. Com isso, ela se dispensa de contribuir para o INPS no tocante à parcela do INAMPS. Ela fica, ela tem redução e contribui para essa empresa de saúde. Acontece que essa empresa de saúde, que dá até uma assistência melhor que o INSP, porque pior é difícil, só por isso, mas em algumas, o atendimento é mais ou menos, porque já fui também nessas aí, um atendimento condigno. A primeira coisa que as empresas fazem quando um funcionário é demitido, é pegar esse cartãozinho de atendimento de saúde e retirar. Mas na Previdência Social há aquele dispositivo que o desempregado ainda tem um ano de atendimento, se ele tem menos de dez anos de contribuição para previdência, e dois anos de carência, se ele tem mais de dez anos de contribuição. E isso fica por conta de quem? Vai para Previdência Social que não recebeu o dinheiro. Então, se liquidou a Previdência Social de todas as formas. Sucateando os hospitais, sucateando os ambulatórios, atendendo mal, reduzindo os benefícios. Nós temos companheiros que foram aposentados com dez ou mais salários mínimos, hoje já perderam três a quatro salário no valor das suas aposentadorias e pensões... É um absurdo. Para quê? Para fazer com que o sujeito ache que a Previdência Social é coisa que não presta, então joga no saco. Joga no lixo. E com isso entram, então, as seguradoras, entram as organizações internacionais de saúde e tomam conta da praça fazendo vicejar o comércio onde a insegurança e a doença passam a ser matéria-prima. Essa é o quadro. E é isso que a gente está querendo ver se reverte dentro desse grupo de trabalho.

MC - O senhor participou da VIII Conferência Nacional de Saúde?

LV - Não, porque no mesmo momento em que se realizava a Conferência Nacional de Saúde, tínhamos a concentração de aposentados em Brasília. Mas o Leão foi representando o movimento nacional de aposentados. Ele foi o nosso representante e participou.

MC - Talvez o senhor possa nos responder essa questão a partir dos informes que o senhor tem do Leão...

LV - É...

MC - Já que o senhor está dizendo que o movimento sindical, pelo que parece, não está muito sensível atualmente à questão da Previdência Social, qual foi a participação do movimento sindical na VIII Conferência Nacional de Saúde?

LV - De acordo com o relato do Leão foi insuficiente. Foi insuficiente porque a maior participação foi de estudantes, médicos, funcionários da Previdência. Esse foi o maior contingente. Foi desse pessoal: estudantes da saúde, profissionais de saúde e profissionais da previdência. Foi o maior contingente, o contingente sindical era muito pequeno, muito pequeno ou quase nulo, também.

LO - A Associação de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social do Rio de Janeiro... O senhor conhece? Ela é presidida pelo...

LV - ASAPREV é presidida pelo Roberto Pires...

LO - Ela participa?

LV - Participa, é associada da federação, e inclusive o Roberto Pires é atualmente o diretor de Imprensa e Divulgação da Federação Estadual dos Aposentados e Pensionistas: ASAPREV. A ASAPREV tem características interessantes porque ela é uma entidade eclética e congrega um grande número de autônomos e de empregadores. Quer dizer, empregadores que se aposentaram pela Previdência Social, mas que estão participando da luta porque, por incrível que pareça, a aposentadoria nivela até os empregadores e os empregados nessa luta, porque os proventos da aposentadoria são os mesmos, são pagos. Lógico que eles têm outros recursos, não chegam a ficar na situação aflitiva que ficam... Mas se você pegar um pequeno empregador, ele deve estar passando também dificuldades na Previdência Social. Então ele está na ASAPREV, está lá. Tanto que é uma das associações mais novas, foi fundada no ano passado, e tem melhor situação econômica, porque tem gente com condições de pagar mensalidades que não são grandes, que não são pequenas. Já nas nossas associações é uma dureza para você cobrar qualquer coisa, porque o aposentado ganha pouco, pensionista...

MC - Eu gostaria que o senhor nos falasse detalhadamente sobre o projeto do Roberto Campos...

Não, 136/83, e além de falar sobre esse projeto, gostaria também de saber qual é a atuação que a COBAP está tendo atualmente...

LV - A respeito desse projeto?

MC - A respeito desse projeto?

LV - Nós já repudiamos esse projeto no IX Congresso de Curitiba. Ele foi repudiado e nós expressamos já em mensagens a senadores, deputados, políticos... Encaminhamos a mensagem de repúdio pleiteando a não aprovação desse projeto. Agora o projeto, como quase todas as obras do Doutor Bob Fields (risos)... Ele é inteligente e sibilino. Porque ele não acaba com a Previdência Social. Ele não diz assim: 'Artigo lº: Fica extinta a Previdência Social; artigo 2º: É passada a Previdência Social para as companhias de

seguro e as instituições de saúde; artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.' Não. Não é. Ele é isso, mas de uma forma muito mais bonita, complicada e elegante. Ele estabelece o seguinte: concede ao SIMPAS a faculdade de delegar suas atribuições a entidades de seguro, no tocante aos benefícios. Tocante à aposentadoria, à pensão, seguro, toda forma de seguro. E a delegar a entidades respeitáveis de assistência médico-hospitalar o atendimento médico. Para dourar a pílula diz o seguinte: 'Na medida em que isso seja delegado, as empresas ficam dispensadas de contribuir para Previdência Social'. Então, cessa o vínculo daquela empresa e ela passa a contribuir só para aquela entidade privada. Quer dizer: já tira a característica universal da Previdência. Setoriza a previdência... Mas, para dourar mais o pílula, ele estabelece o seguinte: que isso não se dá à revelia dos empregados, não. A concessão, a passagem para essa entidade privada, tem que ser aprovada em assembleia dos empregados da empresa por um quórum de dois terços dos presentes. Agora, quem realiza essa assembleia é o empregador. Não tem uma palavra sobre sindicatos, esquecendo propositadamente que ele não é um homem... É um homem que sabe das coisas, ele conhece. Sabendo que quem representa o empregado é o sindicato, por lei. Mas ele se abstrai, não diz uma palavra sobre sindicato, estabelece então que tem que haver liberdade lá dentro... A liberdade do lobo que reúne todos os cordeiros e bota ali... Então eu faço assim a ideia, por exemplo, sem querer estar fazendo isso como prevenção... não. O Itaú, o Banco Itaú quer fazer um contrato com o Hospitaú, que é a empresa dele. Então chama os funcionários numa assembleia - não diz nem que a votação é secreta... Chama os funcionários, bota todos ali com os chefes de pessoal olhando na frente deles ali, os diretores todos olhando, bota todos os funcionários... E bota mesmo... Todos, vai dar quórum, vai dar 100% de presença aí... Bota todo mundo dentro da sala, e faz uma votação simbólica... Provavelmente haverá uns heróis que podem até se manifestar, um sindicalista e tudo mais que se levante e tal. No dia seguinte, passa no setor de pessoal e bota na rua, porque o fundo de garantia está aí para isso mesmo. Então imediatamente as grandes empresas saem da Previdência Social. E o contrato vai ser o de um seguro com uma empresa privada, que você não tem nem a garantia de que ela exista. A CAPEMI* está aí, que não deixa ninguém mentir. O Montepio da Família Militar está aí, que não deixa ninguém mentir. E a Previdência Social, com todos os descalabros, com todas as marmeladas, com todas as falcatruas que aconteceram, não foi à falência porque não vai a falência, porque é universal. Então como é que fica um trabalhador que, vamos admitir fique a vida toda naquela empresa, 30 anos naquela empresa. Qual a garantia que ele tem de que a seguradora dele não vai falir? E o que vai garantir para o resto da vida dele aquela aposentadoria a que ele faz jus? E outra hipótese: com a rotatividade de mão-de-obra que existe no Brasil, qual vai ficar a situação desse cara que foi vinculado à seguradora A, e que, por dispensa, vai trabalhar numa outra empresa que está segurada a uma seguradora B, e por aí em diante? Então, é terrível esse projeto. É terrível porque ele tem toda a aparência formal para o incauto, parece até que é uma melhoria. Mas para quem vive o problema social brasileiro, não precisa nem viver o problema de previdência, quem vive o problema social brasileiro se dá conta do crime que pretendem perpetuar com isso.

MC - Seu Viegas, o senhor falou agora há pouco que a previdência não vai à falência. A Previdência não vai à falência porque é universal. Eu gostaria que o senhor dissesse para nós como é que os aposentados, a associação dos aposentados, a confederação, viu o endividamento crescente da Previdência, em anos recentes, só agora saindo dessa, desse

* CAPEMI - Caixa de Pecúlio e Aposentadoria dos Militares.

endividamento. Como é que o senhor avalia agora os determinantes para esse endividamento?

LV - Quero afirmar uma coisa, o seguinte: eu, quando afirmei que a Previdência Social não vai à falência é porque se não foi dessa vez não vai, está. Se não foi dessa vez não vai mais. Porque o que fizeram não está no gibi. É impressionante... O que nós vimos, nós vimos com luta, com processo, e inclusive o movimento de aposentados cresceu na luta contra esse descalabro. Nas denúncias... Nós temos carta aberta à nação, nós temos manifestações à Presidência da República, nós temos depoimento na comissão parlamentar de inquérito que existe ainda, não concluiu, e eu acho que talvez nem vá concluir os seus trabalhos, uma comissão parlamentar de inquérito do Senado. É presidida pelo senador de Santa Catarina, como é? Jaison...

Fita 10 - Lado B

LO - O senhor estava falando...

LV - Ela é presidida pelo senador Jaison Barreto e tem como relator a Chiarelli, Senador Chiarelli. Pois bem, nós fizemos um depoimento na comissão parlamentar de inquérito denunciando tudo isso...

LO - O senhor fez o depoimento?

LV - Não. O Leão foi para lá como porta-voz do nosso movimento, foi lá. Foi até em nome do sindicato dos Bancários, porque esse depoimento dele foi em nome do Sindicato dos Bancários, porque nós conseguimos ser convidados para depor. Mas a pedido, também, nos oferecemos para depor. Já antes o Dr. Gentile, que é um grande médico...

LO - Carlos Gentile de Melo...

LV - Carlos Gentile de Melo, que infelizmente já faleceu... Ele fez denúncias terríveis a respeito dessa situação da Previdência Social. Então, na Previdência Social, não só fizeram esse negócio do sucateamento da parte médica, como os convênios de favores, como o superfaturamento, como essas compras, com o problema de farmácia que é terrível também, outro problema lá dentro da Previdência Social, ligado à farmácia, à CEME... Sabotagem da CEME: a CEME é sabotado na própria organização da República, porque nas Forças Armadas, tradicionalmente, as Forças Armadas fizeram remédios, e depois foram proibidas de fazer remédios, por pressão dos laboratórios, só pode ser... Pois bem, com tudo isso ainda desviavam recursos da Previdência Social, para construir Brasília, para construir Itaipu, para construir a ponte Rio-Niterói, para Nuclebrás... Tudo isso está financiado pela Previdência Social. Então, se apesar de tudo isso, sem o governo pagar e uma grande parcela - que foi apurada em 30% - dos empregadores não pagando, a Previdência Social ainda continua aí, dizendo até que está dando superávit agora... Quer dizer, superávit não é bem o termo, um saldo de caixa, entre o que recebe e o que paga, porque Previdência não é para dar superávit. Previdência é para ter inclusive recursos, recursos para se garantir de uma, vamos dizer, uma imprevidência, uma situação de emergência... Mas então, se não liquidaram com a Previdência Social dessa vez, e felizmente agora esses assuntos, inclusive, já são discutidos assim, abertamente, na esfera oficial. Isso tudo é registrado nesse grupo de trabalho, e todo mundo está consciente disso.

Então se não faliu dessa vez, acredito que é uma instituição muito forte, que não vai falir, não.

LO - Seu Viegas, tem uma questãozinha que nós pulamos no nosso roteiro. Eu gostaria de colocá-la agora... O senhor acha que o SAPs* era alguma coisa de benefício para Previdência Social, e poderia ser retomada a experiência do SAPs?

LV - Você vê o seguinte, nem a proposta... Na última reunião do grupo de trabalho foi levantado o problema da assistência alimentar. É importante. O SAPs cumpriu um papel importantíssimo, porque, veja bem, o trabalhador no Brasil passa fome. O trabalhador na cidade, por exemplo, o rural, a gente... É triste até conversar que, eu fui tomar conhecimento de certas coisas de campo, que são mais terríveis ainda do que eu achava. Agora nesse grupo de trabalho também, no tocante à Previdência Social são uns desassistidos ainda, totalmente. Mas o trabalhador urbano, que trabalha longe da residência e, por deformação da nossa sociedade, quanto menos ganha o indivíduo, mais longe mora, por especulação, falta de uma reforma urbana, mais caro paga de transporte... Então esse homem não tem condições de se alimentar. Então o SAPs, mal ou bem, cumpriu o papel de permitir que aquele trabalhador de baixa renda tivesse uma alimentação pelo menos balanceada, e não deteriorada, porque eu trabalhei na construção civil, acompanhando a construção civil e mais de uma vez eu vi marmita fermentar, e o operário não ter condições de comer, ter que pedir vale por conta do salário para ir comprar pão, mortadela e cerveja barriguda. E diz: 'Ah, por que cerveja? Porque cerveja ajuda a inchar. Bate com o pão e aquela mortadela, faz um volume danado e engana o estômago.' Pois bem, o SAPs era uma coisa... Foi levantado na última reunião, se não me engano, foi levantado pelo Dr. Aníbal Fernandes, que uma das falhas do grupo é que não tinha sido ventilado o problema da assistência alimentar e que era momento... Porque é seguridade social. É seguridade social.

NM - Continuando a pergunta dele, e a questão referente ao SAMDU*?

LV - Ah, SAMDU, SAMDU é... Isso aí eu acho... De uma forma geral a assistência médica não deveria estar na Previdência Social. SAMDU devia ser atribuição municipal, distrital ou qualquer coisa assim. Quer dizer, nos centros mais adiantados do mundo, nos países mais adiantados, a saúde é uma saúde distrital, pelas autoridades governamentais que prestam essa saúde. Então, assistência de urgência era a velha ambulância do pronto-socorro que teria que ser disseminado isso. Não fazer como aqui, que se morre por falta de ambulância até. Eu acho que na Previdência Social é uma deformação. Qualquer coisa que a gente examinar de assistência médica dentro da Previdência Social, que vai persistir por muito tempo, acredito eu, mas é deformação.

LO - Tem alguma coisa ainda Nilson? Marcos? Ana quer perguntar alguma coisa?

MC - Eu tinha uma curiosidade assim, queria que o senhor falasse o que vai ser difícil, é que tanto o senhor como o Leão mencionaram um líder bancário que foi morto torturado. Gostaria que o senhor falasse rapidamente sobre o Palhano.

---

* SAPs - Serviço de Alimentação da Previdência Social.
* SAMDU - Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência.

LV - Aluísio Palhano Pedreira Ferreira. Hoje, inclusive, é nome de rua. Na Barra. O Aluísio Palhano era funcionário do Banco do Brasil. É um companheiro não, não, pelo menos até o ponto que eu convivi com ele, não tinha filiação partidária. Andou namorando com o Partido Comunista...Participava conosco de todas as lutas e tal e coisa, mas nunca chegou a se filiar a partido político. Tinha uma militância, era advogado, advogado militante, atuava também como funcionário do Banco do Brasil e advogado militante, e participou desde muito tempo, desde depois de 1946, porque na greve de 1946 eu não me lembro de Palhano. Mas depois, já no movimento de reconquista do sindicato - foi um movimento para acabar com as intervenções e tudo mais - Palhano se incorporou. Era uma figura pessoalmente, um sujeito alegre, muito inteligente, gostava, tinha um espírito crítico muito grande, gostava de espicaçar os companheiros nas brincadeiras, para beber alguma coisa, algum reflexo de inteligência dos companheiros. Era muito querido entre nós, um sujeito corajoso, pessoalmente forte. Ele morava em Niterói. Durante a juventude morou em Niterói, inclusive como rapaz, chegou a participar daquelas lutas de *kart*, luta livre, aquelas simulações, aquelas brincadeiras. Até uma vez que um louco igual a ele, nessas brincadeiras...(risos) comeu demais e foi para o ringue e desmaiou na mão dele e ele ficou assustado e resolveu parar com a brincadeira. Tudo simulação, aquilo era brincadeira, mas vê... E forte, o Palhano era forte, corajoso. Então participava abertamente do movimento sindical e de tudo que era preciso. Inclusive quando eu tinha que fazer certos comícios, assim numa época mais dura, e que escalavam alguns colegas mais fortes, pelo menos para não deixar eu ser preso, ficava muito contente quando via que nesses colegas, meus guarda-costas e eventualmente, estava o Palhano. Um orador, grande orador, o Palhano. Participava das lutas sindicais do Banco do Brasil, específicos, junto com a gente. Muito querido no banco por isso mesmo, por essa sua atividade, honestidade, fraqueza, lealdade com que ele se conduzia. Foi eleito presidente do sindicato, deste sindicato, exerceu... Eu não sei a data, eu não sei, sei que ele, quando foi eleito para confederação, era presidente do sindicato... Teve que, inclusive se afastou... Pereirinha que era o secretário passou à presidência, parece que ele se licenciou, nem se afastou, não renunciou, implicaria em incapacidade de eleição noutras vezes e tal. Ele se licenciou, Pereirinha assumiu, e ele foi para confederação. Na confederação, acredito que ele chegou a ser reeleito, não tenho certeza se foi logo no primeiro mandato ou se ele chegou a ser reeleito. E em 1964 ele era o presidente da confederação. Foi um companheiro de atuação intensa dentro do CGT... Foi cassado logo na primeira relação, também, junto comigo... Asilou-se na Embaixada do México, foi para o México. Do México ele tinha, inclusive, condições de ir para a Tchecoslováquia, porque foi convidado, mas preferiu ficar em Cuba. Em Cuba teve atuação... Foi *speaker* na Rádio Havana, num programa feito em língua portuguesa, voltado para o Brasil. Denunciava as perseguições havidas aqui e tal. Mas Palhano, inclinação e por convicção, e nós discutimos isso muito no exílio, em que eu achava que aquela luta armada e a luta de focos, de grupos, não daria consequência. Eu só acreditava na ampla luta de massas, numa ampla frente democrática capaz de derrubar a ditadura, que não era o esforço armado, porque nós, por mais que nós armássemos, seríamos fracos. Mas ele acreditava, honesta e sinceramente na possibilidade de que um foco armado despertasse o povo para a resistência... Então veio para o Brasil e se aliou ao movimento, a um dos movimentos que fazia isso, e por desgraça dele, segundo um livro de Moniz Bandeira, militou junto com esse Anselmo, e diz Moniz Bandeira que ele foi entregue pelo Anselmo.

MC - Qual era o movimento do Anselmo?

LV - Olha, eu não sei se era o mesmo do... O Anselmo devia estar em todos... (risos), porque ele devia ter interesse de prestar serviço. Ele não saiu da embaixada para vir para cá, depois foi preso? Foi preso para dar serviço...

MC - Ele foi...

LV - E depois fugiu da cadeia, e era...

MC - Aí foi dedurado pelo...

LV - Diz o Moniz Bandeira que ele foi dedurado. Agora, preso no DOI-CODI, ele foi violentamente torturado, porque há testemunha, há uma carta em poder da viúva dele, da família dele, uma carta desse companheiro de cela que disse que o viu chegar ensanguentado, gemendo, sem poder se levantar. Foi jogado no catre, e, mais tarde, foi apanhado de novo para ser levado para uma nova sessão e não voltou. E desde aí ele desapareceu. Então a gente tem a convicção de que ele morreu na tortura. Era um bravo, era um companheiro que não ia ceder a ameaças nem a torturas. Eu acredito que ele tenha continuado fiel às suas convicções, então exageraram.

MC - É isso, seu Viegas, nós estamos terminando nossa entrevista e a gente gostaria de saber se o senhor tem alguma coisa a colocar, os microfones estão abertos...

LV - Não, só quero louvar essas iniciativas, porque acho que o povo brasileiro, sem nenhuma intenção de trocadilho, é desmemoriado, na medida em que não existe uma autêntica história. Nós estávamos até conversando aqui, antes da gravação, na história nova do Brasil, que foi proibida, como de uma forma geral a história no Brasil é proibida, para que o povo pense que ele é um povo poltrão, que é um povo sem capacidade de resistência, sem luta, essa figuração que dão aí para o brasileiro. 'Ah, o brasileiro concorda com tudo, o brasileiro participa de tudo', esquecendo os Palmares, esquecendo a Balaiada, esquecendo a Revolução do Equador e tantas outras lutas que o povo brasileiro travou pela sua independência, que não está completa. Sem independência econômica não há independência política. Quero louvar essa iniciativa porque você falar sobre Previdência Social, tem que falar num contexto. Ao falar no contexto você vê se, talvez aqui na minha entrevista, nesse longo período em que vocês me escutaram aqui, talvez eu tenha falado nem 50% de Previdência. Falei de toda uma luta que não é só minha, que é uma luta dos trabalhadores brasileiros, a luta do povo brasileiro, de um período pequeno, mas que isso, se vocês tiverem condições de fazer, de levar a cabo esse trabalho que estão realizando, vão dar uma excelente contribuição para a memória do povo brasileiro, para a história do povo brasileiro. E, não pelo seu depoimento, mas pelo somatório dos depoimentos que venham a ser testados, porque muitas vezes, sem intenção, mas por um ângulo, uma ótica, a pessoa pode até deformar a verdade. Está conscientemente achando que é uma verdade, mas não é nada mais nada menos que a interpretação da verdade. Mas na medida em que vários depoimentos coincidem, então surge a verdade, que a verdade existe e é uma só. Apenas precisa separar a interpretação da verdade, da verdade pura. Então quero me congratular com vocês, com a FIOCRUZ e com o Ministério da Previdência por essa iniciativa. E, qualquer coisa, estou à disposição.

MC - E nós gostaríamos de agradecer ao senhor por esse depoimento que foi muito...

LO - Pela dedicação, pela franqueza, pela confiança que depositou na equipe...

LV - Só, só me escusar porque eu fui chamado aí meio de mineiro em certas coisas... (risos) de não abrir guarda em certas... Isso não tem nenhuma desconfiança pessoal, é apenas um vício, talvez ainda um atavismo, do qual só irei me libertar no dia em que de fato eu reconhecer aquele País livre e democrático com que todos nós sonhamos. Então eu gostaria inclusive de ter uma cópia, se possível, desse depoimento...

LO - O senhor terá.